

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR:
A COMPREENSÃO DE PSICÓLOGOS QUE ATENDEM EM INSTITUIÇÕES
CRIANÇAS DO SEXO MASCULINO, VÍTIMAS DO ABUSO SEXUAL**

MOACYR FERREIRA PIRES FILHO

RECIFE/2007

MOACYR FERREIRA PIRES FILHO

**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR:
A COMPREENSÃO DE PSICÓLOGOS QUE ATENDEM EM INSTITUIÇÕES
CRIANÇAS DO SEXO MASCULINO, VÍTIMAS DO ABUSO SEXUAL**

Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica na linha de pesquisa Construção da Subjetividade na família, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Zélia Melo, apresentada à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Recife/2007

P667v

Pires Filho, Moacyr Ferreira

Violência intrafamiliar : a compreensão de psicólogos que atendem em instituições crianças do sexo masculino, vítimas do abuso sexual / Moacyr Ferreira Pires Filho ; orientadora Zélia Melo, 2007.

150 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Curso de Mestrado em Psicologia Clínica, 2007.

1. Psicologia clínica. 2. Psicanálise. 3. Violência familiar. 4. Crime sexual contra crianças. 5. Vítimas de abuso sexual. I. Título.

CDU 159.922.1

MOACYR FERREIRA PIRES FILHO

**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR:
A COMPREENSÃO DE PSICÓLOGOS QUE ATENDEM EM INSTITUIÇÕES
CRIANÇAS DO SEXO MASCULINO, VÍTIMAS DO ABUSO SEXUAL**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a.Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto
Universidade Federal da Paraíba

Prof^a. Dra. Cristina Maria de Souza Brito Dias
Universidade Católica de Pernambuco

Prof^a. Dra. Zélia Maria de Melo
Universidade Católica de Pernambuco

Recife, 06 de agosto de 2007.

DEDICATÓRIA

Dedico

Este trabalho a minha esposa Dunya,
aos meus filhos Graco, Layla , Erik
e ao meu genro Orlando.

AGRADECIMENTOS

Ψ Agradeço a DEUS, Senhor do meu refúgio, da verdade de todas as coisas, que nos ilumina e nos abençoa. OBRIGADO SENHOR!

Ψ A minha esposa *Dunya*, com quem compartilhei as minhas angústias e ansiedades, pela sua presteza e disponibilidade sempre que precisei; pelo carinho e doçura que se revelavam ao perguntar, discretamente: “Como está a dissertação?” Isso me encorajava;

Ψ Aos meus filhos, *Graco*, *Layla* e *Erik*, e ao meu genro *Orlando* pela ajuda que me foi dada nos momentos de necessidades;

Ψ À minha mãe *Maria do Socorro Xavier Pires* que sempre me estimulou à busca do conhecimento e, sempre esteve atenta ao nosso esforço e a nossa saúde.

Ψ A *Fernanda Griz* e ao *Prof. Dr. Junot Cornélio Matos*, pelo incentivo que me foi dado para fazer o Mestrado;

Ψ A *Profª. Drª. Ana Lúcia Francisco*, por ter me situado no Curso, ainda, como Aluno Especial, fornecendo as primeiras informações relativas ao Mestrado em Psicologia Clínica;

Ψ À equipe de técnicos da UNIAT - Unidade de Apoio Técnico da Gerência da Polícia da Criança e do Adolescente - GPCA - do Estado de Pernambuco, em particular a *Noemi Andrade*, *Edvaldo Rosa Alves* e *Alexandre Moura*, que sempre me atenderam com presteza e boa vontade;

Ψ À minha orientadora *Profª. Drª. Zélia Maria de Melo*, pelo acolhimento que me foi proporcionado, por sempre ter acreditado no meu projeto, incentivando-me, pela paciência e confiança com que aguardava as minhas produções, pela literatura fornecida, pela orientação e acima de tudo pela garra que tem e que transpassou para mim.

Ψ A *Cleide Paixão*, *Danielle Araújo*, *Geysa Maria Bezerra de Melo*, *Gilvana Sueidy Silva*, *Liliane Martins Melo*, *Marcelo Teles de Mendonça*, *Maria Helena de Oliveira*, *Nilza Daniela Braga Mendes Pontes*, *Pablo César*, *Rosemary Ferreira de Almeida*, *Terezinha Albuquerque* e *Valéria Nepomuceno* que viabilizaram a realização desse trabalho;

Ψ A *Fernando Carmino*, pelo entusiasmo com o meu Trabalho e pela disponibilidade em colaborar com o empréstimo de parte da literatura consultada;

Ψ Aos professores do mestrado, em especial as *Dr^{as}. Albenise Oliveira Lima e Cristina Maria de Souza Brito Dias*, pelos textos específicos fornecidos, pelos estímulos, sugestões e por apontarem os equívocos da minha pesquisa;

Ψ Ao Mestre *Prof. Jorge Cândido de Lima* pela sua presteza em corrigir a ortografia da minha dissertação e, acima de tudo, pelo seu entusiasmo, sua sabedoria e generosidade em contribuir, debatendo comigo, sobre alguns pontos da dissertação;

Ψ Muito especial, em particular, a compreensão, ao carinho, a generosidade, a solidariedade, ao apoio e ao incentivo da *Prof^a. Dr^a. Cristina Maria de Souza Brito Dias*;

Ψ A todas as pessoas que, diretamente e indiretamente, contribuíram para a elaboração desse meu Trabalho;

“O homem é um animal de relações e de crises. Relações que não se excluem e têm, na pessoa humana, o seu ponto de convergência. Político, religioso, social, econômico, lúdico, racional, individual, etc., o ser humano é tudo isso; mas, não é nada disso isoladamente. E, embora, mantenha uma relação consigo mesmo, é no limiar do encontro com o outro, no concreto mundo da vida, que constrói sua identidade” (MATOS, 2006, p. 7).

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender, a partir dos relatos de psicólogos que atendem em instituições, o impacto do abuso sexual intrafamiliar, nas crianças do sexo masculino vitimizadas. A natureza da pesquisa é qualitativa tendo sido entrevistadas sete psicólogas. Como instrumento de coleta de dados, um roteiro de entrevista foi utilizado individualmente com as participantes. As entrevistas foram transcritas e analisadas com base na técnica de Análise de Conteúdo (MINAYO, 2004). Foi constatado que o sofrimento trazido por essas crianças e suas famílias, em confronto com os procedimentos dominantes nas instituições que lhes prestam atendimento, tendem a recolocá-las em uma nova situação de estresse, pois trazem à tona todo o processo da violência sofrida. Evidenciou-se a importância do vínculo da criança com a psicóloga para uma abordagem mais adequada do problema, como também do investimento familiar, pois as conseqüências psicológicas se tornam mais ou menos difíceis de serem superadas, de acordo com as reações da família frente à situação do abuso. Geralmente as crianças que sofreram o abuso apresentam sintomas do “transtorno de estresse pós-traumático e transtornos dissociativos”. As entrevistadas apontam como conseqüências psicológicas mais freqüentes: pesadelos, terror noturno, depressão, rebaixamento da auto-estima, autonomia comprometida, medo da homossexualidade, confusão e dúvidas com relação a orientação sexual. Nas relações interpessoais, demonstram apatia, passividade, inconstância de comportamento, com expressões de agressividade e de exacerbação da sexualidade, dificuldade para criar vínculos afetivos e bloqueios na expressão de sentimentos. Na escola há indícios de embotamento na participação com o grupo social, apresentando bloqueio cognitivo, o que compromete o processo de aprendizagem. Esperamos que o presente estudo contribua para elucidar melhor o tema investigado e que propicie outras pesquisas e intervenções com vistas ao enfrentamento deste tipo de violência.

Palavras-chave: Violência intrafamiliar; abuso sexual; criança do sexo masculino.

ABSTRACT

This study is based on reports given by psychologists working at several institutions and aims at understanding the impact of interfamily sexual abuse in victimized male children. The research is qualitative. Seven female psychologists were interviewed. In order to collect data, an interview guideline was followed individually with each participant. The interviews were transcribed and analyzed according to the Contents Analysis technique (MINAYO, 2004). It was observed that the suffering brought by the victimized children and their families, when faced with the main procedures at the institutions, which attend them, tend to put those children in a new situation of stress because they bring back the violence process suffered. It became evident the importance of the bond between the child and the psychologist so that he or she can have a more suitable approach to the problem. Family investment is also important since the psychological consequences become more or less difficult to be overcome depending on how the family reacts to the situation of abuse. Children who suffered sexual abuse usually present symptoms of "post traumatic stress disorder and dissociative disorder". The psychological consequences seen from the interviews are: nightmares, night terror, depression, lowered self-esteem, autonomy impairment, fear of homosexuality, confusion regarding sexual orientation. In interpersonal relationships they show apathy, passivity, inconstant behavior, aggressive expression and sexual exacerbation, difficulty to create affective bonds and difficulties to express feelings. At school there is evidence of participation blunting with a social group, cognitive obstruction, which has influence on the learning process. We hope the present work would help understanding the subject studied and stimulate further research and interventions so that this kind of violence is confronted.

Key-words: Interfamily violence; sexual abuse; male child.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo comprender, desde los relatos psicólogos que atienden en instituciones, el impacto del abuso sexual intrafamiliar en los niños del sexo masculino que son víctimas. El tipo de investigación hecha es cualitativo, teniendo entrevistado siete psicólogas. Como instrumento de recogimiento de datos, una guía de entrevista fue utilizada individualmente con las participantes. Las entrevistas fueron transcritas y analizadas a partir de la base técnica de Análise de Conteúdo (MINAYO, 2004). Fue constatado que el sufrimiento traído por estos niños y sus familias, en confrontación con los procedimientos en las instituciones que les hacen atención, propenden a reponerlas en una nueva situación de estrés, pues alumbran a la superficie todo el proceso de la violencia de que fueron víctimas. Se quedó clara la importancia del vínculo del niño con la psicóloga para un abordaje más adecuado del problema, como también de la embestida familiar, pues las consecuencias psicológicas más frecuentes se vuelven más o menos difíciles para que sean superadas, de acuerdo con las reacciones de la familia delante de la situación del abuso. Generalmente los niños que sufrieron el abuso presentan síntomas de “trastorno por estrés post traumático y trastornos disociativos”. Las entrevistadas apuntan como consecuencias más frecuentes: pesadillos, terror nocturno, depresión, rebajamiento de la autoestima, autonomía perjudicada, miedo de la homosexualidad, lío y dudas con relación a la orientación sexual. En las relaciones interpersonales, aún muestran desgana, pasividad, inconstancia de conducta, con expresiones de agresividad y de exacerbación de la sexualidad, dificultad para crear vínculos afectivos y bloqueos en la expresión de los sentimientos. En la escuela existen señales de enflaquecimiento en la participación del grupo social, presentando bloqueo cognitivo, lo que compromete el proceso de aprendizaje. Esperamos que este estudio contribuya para aclarar mejor el tema abordado y que propicie otras investigaciones e intervenciones con vista al enfrentamiento de este tipo de violencia.

Palabras-clave: violencia intrafamiliar; abuso sexual; niños del sexo masculino.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A FAMÍLIA: ORIGEM, RELIGIOSIDADE E A INFÂNCIA.....	16
1.1 A origem.....	16
1.3A religiosidade, o reconhecimento e a inclusão da infância no seio familiar.....	17
1.4 A educação, a socialização das crianças e as interações simbólicas afetivas familiares.....	22
1.5A família a partir do Século XX.....	27
2. A FAMÍLIA: SISTEMA DE RELAÇÕES, MATRIZ DE IDENTIDADE, LIMITES E FRONTEIRAS DE CONTATO, PAPÉIS E DISFUNCIONALIDADE.....	31
2.1 Família um sistema de relações.....	31
2.2 Família como Matriz de Identidade da criança.....	33
2.3 Limites e fronteiras de contato.....	34
2.4 Papéis sociais na família.....	39
2.5 A disfuncionalidade da família.....	42
3. ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: UMA FORMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	44
3.1 Histórico.....	44
3.2 Abuso sexual: conceito e características.....	46
3.3 Definindo os termos: incesto, atentado violento ao pudor, estupro.....	49
3.4 As características das famílias com ocorrência do abuso sexual intrafamiliar.....	55
3.5 As conseqüências do abuso sexual para a criança.....	61
3.6 O segredo: a negação, a mentira e o silêncio.....	66
3.7 A abordagem do abuso sexual.....	73

4. OBJETIVOS.....	76
4.1 Geral.....	76
4.2 Específicos.....	76
5. MÉTODO.....	77
5.1 Participantes.....	78
5.2 Instrumento.....	79
5.3 Procedimentos éticos para coleta de dados.....	80
5.4 Procedimento de coleta de dados.....	80
5.5 Procedimento de análise de entrevistas.....	81
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	82
6.1 Percepção das participantes, com relação ao menino, objeto do abuso sexual.....	82
6.1.1 Comportamentos observados.....	86
6.1.2 Sentimentos identificados nos meninos.....	94
6.2 Percepção das participantes com relação à família.....	106
6.2.1 As pessoas que mais abusam.....	106
6.2.2 Funcionamento das famílias antes e depois do conhecimento do abuso.....	107
6.2.3 Os comportamentos adotados pela família, em relação ao perpetrador e ao menino, após o conhecimento do abuso.....	111
6.2.4 As atitudes das mães frente à situação do abuso sexual contra o filho.....	114
6.2.5 Quem denuncia o abuso.....	117
6.2.6 Atitude da família frente à intervenção psicológica.....	118
6.2.7 A existência de outros casos de abuso sexual na família.....	120
6.3 Percepção de diferenças quanto ao abuso sexual contra meninos para o abuso sexual contra meninas.....	121
6.4 As atitudes dos profissionais de Psicologia frente à situação do abuso sexual infantil.....	124
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127

REFERÊNCIAS.....	136
ANEXOS.....	142
ANEXO A.....	143
ANEXO B.....	144
ANEXO C.....	145
ANEXO D.....	146
ANEXO E.....	147
ANEXO F.....	149

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do Século XX e nesses primeiros anos do Século XXI, as preocupações com a violência tornaram-se objeto de discussão por parte de toda a sociedade, envolvendo as Famílias, os Poderes Executivos, Legislativos e Judiciários, a Imprensa, as Organizações Governamentais, as Organizações Não Governamentais e as Universidades. Atualmente, convivemos com uma realidade em que a violência, nas suas mais diversas formas de expressão, vem marcando presença no nosso cotidiano. Dentre elas, de caráter universal, a violência doméstica tem sido objeto de atenção crescente, sobretudo em face da conscientização generalizada de que não deve ser vista como um drama particular, um problema, exclusivamente, privado, cumprindo, ao Estado, intervir, sempre, que abusos forem constatados.

Diante do caos social que vive a população brasileira, a violência intrafamiliar tem despertado, em nós, um enorme interesse no estudo das suas causas e conseqüências e, por conseguinte, das relações internas familiares dessas famílias vitimizadas. Ao tomarmos conhecimento de que crianças do sexo masculino, objeto do abuso sexual, estavam sendo atendidas, por algumas Instituições, uma grande inquietação nos ocorreu, na busca do conhecimento maior e de mais profunda compreensão, em torno desses meninos e de suas famílias, uma vez que a literatura pouco trata do assunto, refletindo, talvez o preconceito, o aspecto de uma sociedade culturalmente machista, o incomodo que é trazer à luz o referido tema ou, por fim, considerá-lo insignificante. Em nossa condição de psicólogo clínico, ouvimos relatos de pessoas que, quando eram crianças e adolescentes, foram vítimas de abuso sexual, praticado por pai, cunhado, irmão, tio e amigos da família. Em todos esses

casos, as conseqüências psicológicas estavam instaladas e sem tratamento, havia vários anos. Em seus relatos, pudemos constatar a existência de uma dor psíquica, acompanhada, às mais das vezes, de comportamentos associados ao uso excessivo do álcool, de drogas lícitas e ilícitas, desequilíbrio na vida afetiva, bissexualismo, homossexualismo, culminando com tentativas de suicídio, levadas ou não a termo.

Este trabalho, portanto, tem como objetivo geral, Investigar, a partir da experiência clínica de psicólogos que atendem, em Instituições, crianças em situação de abuso sexual, o impacto do abuso sexual intrafamiliar praticado contra meninos.

Os nossos olhares dirigem-se à percepção que as profissionais psicoterapeutas têm da repercussão do ato abusivo no desenvolvimento sexual, emocional, social e intelectual da criança, como também, do sistema familiar em que ela vive. A pesquisa de campo constituiu-se de entrevistas com as psicólogas que acompanham as crianças, no processo psicoterápico.

Esta dissertação consistiu na revisão teórica sobre os temas, envolvidos na pesquisa, dos objetivos, do método, da apresentação e análise dos resultados. Sua estrutura é composta da Introdução que expõe a motivação e o interesse pelo desenvolvimento do trabalho. O primeiro capítulo, “A família: origem, religiosidade e a infância”, aborda o sentimento de família e de infância que surge nos Século XVI – XVII e a família, a partir do Século XX até os dias atuais. Nesse capítulo, procuramos moldurar a posição dada à criança, dentro de uma visão histórica das reconfigurações pelas quais passou a sociedade ocidental até os dias atuais. O segundo capítulo, “A família: sistema de relações, matriz de identidade, limites e fronteiras de contato papéis e disfuncionalidade”, trata da família, enquanto sistema de relações e como Matriz de Identidade da criança, suas interações, os

subsistemas que a compõem, limites, fronteiras de contato e disfuncionalidade sistêmica da família. O terceiro capítulo, “O abuso sexual da criança”, aborda o surgimento da noção de abuso sexual, na sociedade ocidental, as características, as conseqüências, o abuso sexual sistêmico e o segredo que o acompanha. O quarto capítulo corresponde aos objetivos e método, utilizado na pesquisa. O quinto capítulo diz respeito à apresentação e análise dos resultados. Por último, apresentamos nossas considerações finais, acerca do trabalho realizado.

No sentido de prever e ampliar os conhecimentos técnicos de grande utilidade, para o atendimento psicológico às crianças, adolescentes e até mesmo, aos adultos e suas famílias, envolvidos nesse tipo de violência, bem como para o desenvolvimento de estudos, voltados para a política de enfrentamento, ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, interessamos-nos em realizar esta pesquisa.

1. A FAMÍLIA: ORIGEM, RELIGIOSIDADE E A INFÂNCIA

1.1 A origem

No princípio, Deus criou os céus e a terra (Gn 1, 1). Deus criou o homem à Sua imagem, criou-o à imagem de Deus; Ele os criou homem e mulher. Abençoando-os, Deus disse-lhes: << crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a Terra. Dominai, sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se movem na terra>> (Gn 1, 27-28). O Senhor Deus disse << não é conveniente que o homem esteja só; vou dar-lhe uma auxiliar semelhante a ele >> (Gn 2, 18). Por esse motivo, o homem deixará o pai e a mãe para se unir à sua mulher; e os dois serão uma só carne (Gn 2, 24).

Etimologicamente, o termo família tem sua origem no latim *família,ae* do vocábulo *famulus*, que significa domésticos, servidores, escravos, séqüito, comitiva, cortejo, casa, família. (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2004). Em latim *família,ae* é um vocábulo derivado de *famel* = *famulus* que significa servo, fámulo, escravo. (QUICHERAT; SARAIVA, 2000)

Segundo Quintas (2000), a família foi, durante muito tempo, considerada, tanto pelo senso comum como pela comunidade científica, como uma realidade com características naturais. Apenas, na segunda metade do Século XIX, ao ser enfocada como uma instituição social e histórica, por alguns autores como Morgan, Engels e Bachofen, passa a despertar interesse científico. Para a autora, na família pouco existe de natural, se assim fosse, seria, apenas, o grupo formado pela mulher e sua prole.

De acordo com Prado (1988, p. 12) “família não é um fenômeno natural. Ela é uma instituição social, variando através da História e apresentando até formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo observado”.

Quintas salienta que, toda família é circunscrita em um contexto cultural e social e a conceitua “como sendo um grupo de indivíduos ligados por elos de sangue – consangüinidade – e/ou de aliança – afinidade -, organizados socialmente, visando à procriação/reprodução e à divisão sexual do trabalho” (2000, p. 33). Enriquecendo o seu conceito, a autora acopla a noção de que “a família é uma construção ideológica, plena de símbolos, e jamais poderá se afastar do contorno de representações culturais e sociais” (QUINTAS, 2000, p. 33).

1.2 A religiosidade, o reconhecimento e a inclusão da infância no seio familiar.

Philippe Ariès (1981, p. 50), em seus estudos iconográficos da Idade Média, registra que a arte medieval em torno do Século XII, “desconhecia a infância ou não tentava representá-la”. Segundo o autor, uma miniatura otôniana do Século XI, cujo tema é a cena do Evangelho em que Jesus pede que venham a ele as criancinhas, estas estão representadas com corpos de homens reduzidos em seus tamanhos sem nenhuma característica de infância. Nessa época, a criança era caracterizada com traços da musculatura abdominal e peitoral de um homem, reproduzido em escala menor, sendo distinguido do adulto, apenas, pelo seu tamanho. Embora já demonstrando algum sentimento, em relação à infância, os artistas do Século XIII permaneceram fiéis a esse procedimento. Pontua o autor, que a representação ou a idealização mais realista da infância, tenha começado, com os povos gregos, os pequenos Eros, desaparecendo da iconografia juntos, com outros temas Helenísticos e que os românicos regrediram às épocas arcaicas anteriores ao helenismo, recusando a expressar as crianças com os traços específicos da infância.

Isso sem dúvida significa que os homens dos séculos X-XI não se detinham diante da imagem da infância, que esta não tinha para eles interesse, nem mesmo realidade. Isso faz pensar também que no domínio da vida real, e não mais apenas no de uma transposição estética, a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida (ARIÈS, 1981, p. 52).

Através da pintura, influenciada pelo Cristianismo, começa a despontar na segunda metade do Século XII, o segundo tipo de representação: o menino Jesus. Áries observa que, numa miniatura, “Jesus em pé veste uma camisa leve, quase transparente, tem os dois braços em torno do pescoço de sua mãe e se aninha em seu colo, com o rosto colado ao dela” (ARIÈS, 1981, p. 53). Evoluindo, a pintura, assim, para uma representação mais realista e sentimental da criança, o que viria a se tornar o modelo e o ancestral de todas as crianças “pequenas” da História da Arte. Segundo Ariès, a maternidade da Virgem inspirou e deu origem às outras raras cenas de família, apesar de que, até o Século XIV, o sentimento de tenra infância ter permanecido restrita ao Menino Jesus. Dessa forma, a infância começou a fazer parte do mundo das representações. No final da Idade Média, o que raramente havia acontecido antes, pois sempre fora representado envolto em cueiros ou vestido com uma camisa ou uma camisola, o Menino Jesus foi representado de forma desnuda. Assim, de a criança nua ser representada, aconteceu na fase gótica, caracterizando a terceira fase de representação da infância. A partir do referido Século, o tema da infância Sagrada não deixou de se ampliar, passando da representação do Menino Jesus para a infância da Virgem Maria, às histórias de crianças nas lendas e contos populares. Aponta o autor, que esse movimento é uma demonstração da consciência coletiva do sentimento de infância. Dessa iconografia religiosa, chegou-se aos Séculos XV e XVI, a uma iconografia leiga com a representação das crianças, sempre, em grupo, com as famílias, nas brincadeiras com os companheiros e com outros adultos. Identificando, o autor, que a representação da criança morta, no

Século XVI, foi um marco na história do sentimento de infância. Já no final deste mesmo Século e no início do Século XVII, surgem as efígies de crianças, isoladas, como pode ser visto em Westminster, nos túmulos das filhas de Jaime I. No entanto, os retratos permanecem raros, até o final do Século XVI, tornando-se numerosos, a partir do início do Século XVII, indicando a aquisição do hábito de se conservar a fugacidade da infância, através da pintura, salientando, ainda, o autor, o surgimento, neste mesmo século, de ex-votos de crianças doentes. Daí por diante, esse costume da pintura não mais desapareceu, sendo, então substituído pela fotografia no Século XIX (ARIÈS, 1981).

Enfim, os estudos de Ariès (1981), nos fornecem a idéia de que, a partir do Século XVI, nos Países Baixos, na Itália, na Inglaterra, na França e na Alemanha, a figura da criança, até então desconhecida nas iconografias, entra em cena nos calendários. Surge, também, nos meados do mesmo Século, a idéia de representar a duração de vida, através da hierarquia familiar. Os seus fundadores são retratados, na juventude e na maturidade, em torno dos filhos; na velhice, na doença e na morte, rodeados por seus familiares. Tais imagens simbolizam o período do surgimento do sentimento de família.

Áriès (1981, p. 210) comenta: “O sentimento da família, que emerge assim nos séculos XVI-XVII, é inseparável do sentimento de infância”. Concluiu, a partir dos seus estudos iconográficos, que o sentimento da família, antes desconhecido na Idade Média, nasceu nos Séculos XV-XVI, exprimindo-se, definitivamente, no Século XVII. Para o autor, a família conjugal moderna foi conseqüência de uma evolução, no final da Idade Média, com o enfraquecimento da linhagem e as tendências à indivisão datada do Século X e que teve seu maior progresso entre os Séculos XI e XII. Nessa época, os cônjuges, ainda, não estavam unidos nos bens comuns: tanto o

marido quanto a mulher geriam, isoladamente, os seus bens, sem que um pudesse interferir na decisão do outro. Essa indivisão, também, era estendida aos filhos, que não obtinham adiantamento da sua herança, muitas vezes persistindo, mesmo após o falecimento dos pais, nas *frereches*. “A *frereches* ou *fraternitas* agrupava em torno dos pais os filhos que não tinham bens próprios, os sobrinhos ou os primos solteiros” (ARIÈS, 1981, p. 211). No entanto, os laços de sangue eram muito frouxos, inúteis, pois os órgãos de paz do Estado franco eram, suficientemente, fortes para permitir, ao homem livre, viver, independentemente, e preferir a companhia de outros que não fossem seus parentes. O fortalecimento da linhagem e da indivisão dos bens ocorreu, graças a dissolução do Estado, como uma necessidade de proteção. Comenta, o autor: “Demasiado independentes e mal defendidos contra certos perigos, os cavaleiros procuraram refúgio na solidariedade da linhagem” (ARIÈS, 1981, p. 212). Os camponeses, ao contrário dos cavaleiros, subjugaram-se à tutela dos Senhores, em substituição à proteção do Estado franco, pois a comunidade aldeã forneceu-lhes um sistema de defesa e proteção superior à família.

No Século XIII, com uma nova economia monetária, a ampliação do patrimônio mobiliário, o aumento no volume de transações e com o avanço da autoridade do Príncipe e da segurança pública, mais uma vez a situação se inverteu: houve “um estreitamento das solidariedades de linhagem e um abandono das divisões patrimoniais. A família conjugal tornou-se novamente independente. Contudo, a classe nobre não voltou à família de laços frouxos do Século X” (ARIÈS, 1981, p. 212). Por sua vez, o pai da classe nobre aumentou o poder que lhe havia sido conferido, em função de manter o patrimônio indiviso. Nesse mesmo Século, registra o autor, foi instituído e difundido entre os nobres o direito da primogenitura, como também o início do declínio do poder da mulher, no final da Idade Média.

Segundo Ariès, foi a partir do Século XIV, então, que aconteceu o desenvolvimento da família moderna. Citando M. Pelot, (ARIÈS, 1981, p. 214), assinala:

A partir do século XIV, assistimos a uma degradação progressiva e lenta da situação da mulher no lar. Ela perde o direito de substituir o marido ausente ou louco... Finalmente no século XVI, a mulher casada torna-se uma incapaz, e todos os atos que faz sem ser autorizada pelo marido ou pela justiça tornam-se radicalmente nulos. Essa evolução reforça os poderes do marido, que acaba por estabelecer uma espécie de monarquia doméstica.

Ao contrário do sentimento da família (ligado à vida na casa, ao seu funcionamento e a sua administração), observado nos estudos iconográficos dos Séculos XVI e XVII, o único sentimento de caráter familiar, existente na Idade Média, era o de linhagem, o qual se estendia aos laços de sangue, sem considerar os valores que surgem da vida íntima e coabitada. Sentimento leigo, ignorado e visto com desconfiança pela Igreja.

O Sacramento do Matrimônio, de acordo com Ariès, por sua vez, era um contrato, realizado do lado de fora da igreja, diante do pórtico, que, apenas, legitimava a união sem ter a função de lhe dar o valor espiritual e à família. Essa união sexual, abençoada pelo Casamento, deixava de ser pecado e isso era tudo, pois nessa época, a Igreja não conhecia a santificação da vida leiga, exceto o rei que fora consagrado ou o bom cavaleiro, iniciado, após uma cerimônia que se tornara religiosa.

Segundo Ariès, o sentimento de família e a promoção de religiosidade do leigo, fora da vocação religiosa, na prática dos deveres civis, seguiram caminhos paralelos. Observa-se em certos textos manuscritos do Século XV, que um novo tema entra em cena:

Criança, diz o *benedicite*... quando estiveres num lugar onde haja um prelado da igreja, deixa-o dizer, se ele assim o desejar, o *benedicite* e as graças. Crianças, se prelado ou o senhor te

mandarem com sua autoridade dizer o *benedicite*, fá-lo com ardor, pois assim deve ser feito (ARIÈS, 1981, p. 218).

Já no Século XVI, segundo os seus manuais de civilidade, essa tarefa cuja função é de abençoar a mesa, passa a ser uma atribuição da criança mais nova da família. O *benedicite* foi, durante muito tempo, a única prece dita, então, com a família reunida. Mais do que ser o indicativo da integração dos sentimentos de religiosidade, com o de família, a associação da criança a essa prática religiosa confirmava a promoção do sentimento de infância, no Século XVI, predominando durante todo o Século XVII.

No final do Século XVII, segundo Ariès, a família é colocada no mesmo plano que Deus e o Rei e este sentimento mais geral de família dá origem a um sentimento particular de infância, associando as três forças afetivas: a religiosidade, a infância e a família. A partir de então, a família foi se transformando, na medida em que modificou suas relações com a criança.

1.3 A educação, a socialização das crianças e as interações simbólicas afetivas familiares

Com base em um texto italiano do Século XV, extraído pelo historiador inglês Furnival, Ariès verificou o processo de educação, das crianças, vigente entre os ingleses na Idade Média.

“Após conservá-las em casa até a idade de sete ou nove anos, elas as colocam, tanto os meninos como as meninas, nas casas de outras pessoas, para aí fazerem o serviço pesado, e as crianças aí permanecem por um período de sete a nove anos. Elas são chamadas então de aprendizes. Durante esse tempo, desencumbem-se de todas as tarefas domésticas. Há poucos que evitam esse tratamento, pois todos, qualquer que seja sua fortuna, enviam assim suas crianças para casas alheias, enquanto recebem em seu próprio lar crianças estranhas” (ARIÈS, 1981, p. 226).

A família medieval inglesa acreditava que essa era a forma mais adequada para educar suas crianças, pois para eles, nas famílias alheias, a criança teria mais empenho em servir e, por conseqüência, seriam melhor atendidos. Era, através do serviço doméstico, que o mestre transmitia seu conhecimento, sua experiência de vida e o valor humano aos filhos de outros homens. O serviço doméstico e o processo de aprendizagem estavam, aí, misturados, eram praticados, indiferentemente, pelos aprendizes como também pelos serviçais que lá estavam, enquanto sendo pagos. A única diferença, entre eles, era que a criança servidora paga era uma criança maior e ali colocada, por um período limitado ou não, sem a esperança de passar de “criado a mestre”, em função de sua origem.

A partir do Século XV, ocorreram transformações profundas e lentas: a educação das crianças antes garantida pela aprendizagem, junto aos adultos, mudou, transformando-se em tarefa da escola, passou a ser fornecida pela escola, antes destinada, exclusivamente, aos clérigos.

A partir da segunda metade do Século XVII, os moralistas e os educadores contestaram a prática da progeneritura, sendo o início do sentimento de igualdade entre os filhos, que resultou na igualdade do Código Civil, o qual se estabeleceu nos costumes no final do Século XVIII. Tal sentimento de igualdade entre as crianças, possibilitou o desenvolvimento de um diferente clima afetivo e moral.

A escola se tornou um instrumento de iniciação social e de passagem do estado da infância para o estado adulto. Ela promoveu, assim, uma aproximação do sentimento da família ao sentimento da infância, surgindo, daí, uma concentração da família em torno da criança. Inicialmente, tal escolarização não generalizada, estendeu-se apenas aos meninos da classe média da hierarquia social, permanecendo uma boa parcela da população infantil, sendo educada de acordo

com os métodos antigos de aprendizagem. Foi o caso dos meninos pertencentes à alta nobreza, como também dos meninos, pertencentes à classe dos artesões que eram oferecidos, como pajens, aos grandes Senhores e como aprendizes aos diferentes artesões. As meninas, por sua vez, em alguns casos, eram enviadas às “pequenas escolas” ou a conventos, enquanto a grande maioria era educada em casa, na residência de outras pessoas, parentes ou de vizinhos. De um modo geral, o acesso à escola para as meninas ocorreu, apenas, no Século XVIII e início do Século XIX.

Do Século XV ao XVII, as casas dos ricos europeus ocidentais abrigavam, além da família, os criados, empregados, clérigos, caixeiros, etc. Nesse emaranhado de residentes, os servidores, os aprendizes e as crianças da família eram tratados da mesma forma. O conjunto de mudanças que emergiram com o surgimento do sentimento de infância e as restrições dos moralistas com relação aos serviçais, ainda não havia conseguido dissociar a criança dessa rede complexa de relações. Ao lado dessas grandes residências, havia casas minúsculas que abrigavam, apenas, um casal, e algumas das suas crianças mais novas. A Casa Grande desempenhava a função pública, servindo para local de encontros dos amigos, parentes e clientes. Nas salas realizavam-se as refeições, dormiam, dançavam, trabalhavam e recebiam as visitas. No Século XIII, a família começou a ser distanciada da sociedade, limitando e estendendo cada vez mais a sua vida privada, de modo que a casa tornou-se o local de defesa contra o mundo. Os investimentos, inicialmente realizados entre a burguesia e a nobreza, na especialização dos cômodos da habitação foi um marco na vida cotidiana. Essa reorganização da casa agregada à mudança dos costumes propiciou um espaço maior para a intimidade,

que foi ocupado por uma família reduzida aos pais e às crianças, excluindo-se os demais.

No Brasil, a família colonial regulava-se pela distinção entre o papel social e as atividades do homem e da mulher. Segundo Costa (1999), com a chegada da Corte, inicia-se, então, a corrida pelo enobrecimento, “pois a condição para introduzir-se, junto à aristocracia era a de aristocratizar-se” (COSTA, 1999, p. 106). A aristocracia européia trazia, consigo, os serviçais brancos, de modo que, como consequência do processo de aristocratização, em conjunto com as ações da Medicina Social, os escravos vieram a ser vistos como nocivos à saúde, à moral e aos bons costumes sociais.

A Medicina Social, ao se impor como reguladora do contato entre indivíduos, Família, Cidade e Estado, redefine formas de convivência familiar. Pais e filhos começam a valorizar e desenvolver o sentimento de intimidade e privacidade, os pais passam a ter mais interesse pela educação dos filhos e o amor entre pais e filhos torna-se a energia moral da coesão familiar. Por outro lado, as crianças escravas, a partir dos sete anos, tinham que entrar no mundo dos adultos, saindo, assim, do convívio na casa do senhor para a produção, pois elas seriam, apenas, valorizadas na medida em que cresciam e se tornavam hábeis para produzir valor econômico, sendo constante a separação, entre si, dos membros das famílias escravas.

Dessa forma, a colonização do Brasil aconteceu, sob o paradigma hegemônico do homem branco europeu, com suas práticas de dominação e violência excludentes, em relação às mulheres, aos índios e aos negros. As primeiras, as mulheres, eram consideradas inferiores aos homens, enquanto que os

índios e negros eram considerados como destituídos de alma - “sem alma” - pecadores e hereges.

Quintas (2000, p. 34-35), com o intuito de valorizar o contexto familiar e atribuir-lhe um peso maior, na dinâmica social entre o privado e o público, traz quatro concepções basilares, que se acoplam ao seu conceito de família, anteriormente, descrito, ou seja, a sua noção de casa, a metáfora do útero, cooperação econômica e interações simbólicas afetivas. Para a autora, “a casa, o viveiro da família, tem a identidade de um eu acolhedor, pólo de situações ambíguas”. Na sua acepção “a casa recebe a família e esta possui uma identidade própria, oriunda de uma simbologia intimista que deságua na metáfora do útero” e insiste: “é a família que imprime à casa a simbologia uterina de concha agregadora”.

A cooperação econômica, segundo a autora supramencionada, apresenta-se como um jogo de sobrevivência, existente entre os membros do grupo, que consolida a ideologia dominante, nas relações intrafamiliares. Independentemente de classe social e de poder econômico, essa cooperação, nessa perspectiva, está presente em todas as famílias. No entanto, a sua intensidade torna-se mais evidente, nas famílias de menor poder aquisitivo e, também, retrata, de certa forma, o grau de afetividade entre seus membros, expressa nas interações afetivas simbólicas, em forma de gestos de afinidades, como também os de solidariedade. “É, pois o afeto que dá sustentabilidade às pilastras da família e sem ele, será impossível aguardar um fio condutor responsável pela sua evolução” (QUINTAS, 2000, p. 36).

As interações simbólicas afetivas são responsáveis pelas aproximações e afastamentos entre seus membros. O homem, como sabemos, é um organismo que interage com o seu meio. Essa interação, o intercâmbio vivo entre o indivíduo e o

meio, ou seja, o contato (grifo nosso) ocorre, no limite entre ambos, isto é na sua – do contato - *fronteira*. Desse contato, surgem as necessidades. Tais necessidades psicológicas ou orgânicas provocam um desequilíbrio do organismo. Elas são percebidas e conscientizadas, mobilizando o indivíduo, o qual procura sua adaptação e reorganização, através do restabelecimento da homeostase com a satisfação da sua necessidade. As emoções, que surgem na fronteira de contato, energizam, então, o organismo à ação que pode ser de aproximação ou afastamento. Segundo Perls, a emoção é a força que fornece energia a toda ação.

Pois as emoções são a própria linguagem do organismo; modificam a excitação básica de acordo com a situação que é encontrada. A excitação é transformadora em emoções específicas e as emoções são transformadas em ações sensoriais e motoras. As emoções energizam as catexis e mobilizam os modos e meios de satisfação de necessidades (PERLS, 1988, p. 37)

A dimensão afetiva, como se refere Coll (1999, p. 166), “é estruturadora das experiências educativas da família”. Quintas (2000, p. 35), ao se referir às interações simbólicas afetivas da família, busca expressar a intensidade das relações existentes entre seus membros, no “convívio do cotidiano familiar e as possíveis imagens que jazem por trás do mosaico da afetividade”. Para a autora (2000, p. 35), as “rachaduras desse mosaico são de suma relevância para as transformações do doméstico e podem provocar desarranjos demolidores”.

1.4 A família a partir do Século XX

Nas últimas décadas do Século XX, dispositivos sociais e ideológicos de natureza estratégica, na ordem do Poder e do Mercado, incidiram sobre a Instituição familiar. As mudanças na vivência do amor, a sexualidade, a paternidade, a maternidade, a situação econômica e social, e os vínculos estabelecidos no contexto

familiar, mostram como a família tem sido desafiada a mudar (grifo nosso). Os problemas da vida privada invadiram o cotidiano, os direitos e deveres do marido e da mulher e a autoridade sobre os filhos transformaram-se em grandes proporções numa questão do Estado.

Referindo-se ao contexto social e econômico como um fator desagregador da família, Ferrari e Kaloustian pontuam:

É consenso que a situação de vulnerabilidade das famílias encontra-se diretamente associada à sua situação de pobreza e ao perfil de distribuição de renda no país. No Brasil, como também em outros países, os programas de transição econômica e de ajustes macroeconômicos têm funcionado como fator desagregador daquelas. Têm-se verificado, por exemplo, um aumento das famílias monoparentais, em especial aquelas onde a mulher assume a chefia do domicílio; a questão migratória, por motivos de sobrevivência, atinge alguns membros, tornando-se motivo de desestruturação do espaço doméstico; o domicílio está sujeito a ameaças frequentes causadas pela degradação do meio ambiente; o acesso aos serviços urbanos básicos, aos recursos produtivos e aos diferentes métodos de planejamento familiar é problemático. Estas são algumas questões que afetam diretamente o entorno familiar, sobretudo daquelas famílias caracterizadas pela situação de pobreza e vulnerabilidade (FERRARI; KALOUSTIAN, 1994, p. 12-13).

A cultura de Mercado e seus dispositivos estabelecem uma relação funcional caracterizada pela competição individualista, privilegiando a inserção no Mercado de Trabalho, a carreira profissional e o acesso ao consumo, favorecendo, enfim, a fragmentação das pessoas.

O amor, a sexualidade e a fecundidade que, tradicionalmente, caminhavam numa interdependência, constituindo o núcleo do matrimônio e da família, afastam-se entre si e a sexualidade, distanciando-se da esfera da cultura, aproxima-se, cada vez mais da esfera da natureza, ou seja, do instinto. A lógica do Mercado e da produção torna-se o dispositivo de controle da fecundidade em virtude da relação custo-benefício.

Considerando os influxos sociais que afetam a família, Ferrari e Kaloustian alertam:

A situação das famílias é também caracterizada por problemas sociais de natureza diversa, tais como atentados freqüentes aos direitos humanos, exploração e abuso, barreiras econômicas, sociais e culturais ao desenvolvimento integral de seus membros. Faz-se necessário um contínuo acompanhamento do processo de mudanças que as afetam, bem como o desenvolvimento de perspectivas e abordagens teóricas que possibilitem o seu entendimento, cobrindo não somente os aspectos relacionados ao mundo intrafamiliar, como também os relacionados à dinâmica das políticas sociais no país” (FERRARI; KALOUSTIAN, 1994, p. 12).

No entanto, a família, apesar de não ser o único, é espaço primário, privilegiado de socialização, partilhando de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, permanecendo como condição fundamental da sociedade, por ser o “*locus*” inicial para o exercício da cidadania, sob parâmetro de igualdade do respeito e dos direitos humanos. Argumentando sobre a sua - da família – importância, Ferrari e Kaloustian ressaltam que ela é:

Espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância e divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência e lugar inicial para o exercício da cidadania sob o parâmetro de igualdade do respeito e dos direitos humanos (FERRARI; KALOUSTIAN, 1994, p. 11).

Osório (2002) é radical, quando afirma que família não é fácil de conceituação, mas tão somente de descrições. Segundo o autor (1996, p. 15),

Família é uma unidade grupal onde se desenvolvem três tipos de relações pessoais – aliança (casal), filiação (pais e filhos) e consangüinidade (irmãos) – e que a partir dos objetivos genéricos de preservar a espécie, nutrir e proteger a descendência e fornecer-lhe condições para a aquisição de suas identidades pessoais, desenvolveu através dos tempos funções diversificadas de transmissão de valores éticos, estéticos religiosos e culturais.

Considerada, por Moreno, como a Matriz de Identidade da criança, a família é a responsável pela proteção e cuidados para o seu desenvolvimento. É ela – a

família - que garante a transmissão da herança cultural, através dos desempenhos de papéis, correspondentes a cada um dos seus membros. É nesse “*locus*” que a criança se prende e ganha significado. A integridade do seu Eu dependerá dos vínculos, da organização e do funcionamento dos papéis sociais e psicológicos desta célula social. As variações e os desequilíbrios, nessa estrutura, nos papéis e no seu funcionamento durante o seu desenvolvimento, constituirão as características e os distúrbios do Eu (FERRARI, 2002a).

A família é definida por Ferrari (2002a, p. 28), “como a constituição de vários indivíduos que compartilham circunstâncias históricas, culturais, sociais econômicas e afetivas”. No contexto social, é uma unidade básica emissora e receptora dos fluxos e dos influxos culturais e de acontecimentos históricos.

Como Matriz de Identidade, agenciadora das primeiras aprendizagens emocionais, bem como as sociais para a criança, o seu desempenho depende, funcionalmente, da colocação dos limites e do estabelecimento das fronteiras, por parte dos pais, no desempenho dos seus – dos pais - papéis. A qualidade do desempenho do papel social está relacionada às vivências anteriores, propiciadoras do desenvolvimento psicossomático e social. Nessa perspectiva, para os pais que, em seu desenvolvimento, não vivenciaram essas aprendizagens, torna-se mais difícil o estabelecimento das hierarquias necessárias, agindo, de maneira invasiva, como é o caso do abuso sexual, praticado pelos pais contra os seus próprios filhos.

Nos casos de violência intrafamiliar, de vitimização física e sexual da criança, praticada pelos pais, fica caracterizado o fracasso da família, em apreço, com a deterioração das funções hierárquicas, não cumprindo o seu papel de protetora e de transmissora dos valores culturais, hegemonicamente, adotados pela sociedade.

2. A FAMÍLIA: SISTEMA DE RELAÇÕES, MATRIZ DE IDENTIDADE, LIMITES E FRONTEIRAS DE CONTATO, PAPÉIS E DISFUNCIONALIDADE

2.1 Família um sistema de relações

A Teoria Geral dos Sistemas (TSG) considera o homem um “*sistema aberto*”, em interação permanente com o ambiente, “*um sistema de personalidade ativa*”, um organismo “*intrinsecamente ativo*”, acentua a importância dos aspectos individuais, o seu lado criador, sua capacidade de auto-organização (BERTALANFFY,1975), transformando o mundo ao mesmo tempo em que é por ele transformado. Vasconcelos (2003) denomina-a como Pensamento Sistêmico.

Bertalanffy (1975, p. 24) considera que:

Os acontecimentos parecem implicar mais do que unicamente as decisões e ações individuais, sendo determinados por “sistemas” sócio-culturais, quer sejam preceitos, ideologias, grupos de pressão, tendências sociais crescimento e declínio de civilizações.

Este pensamento acredita que os fenômenos se tornam inteligíveis, apenas, quando estudados de forma sistêmica, sendo o sistema, segundo Bertalanffy (1975, p. 84), “um complexo de elementos em interação” ou “um certo número de elementos em interação” (1975, p. 119).

Tellegen (1984, p. 68) pontua que:

Se um conjunto de objetos forma um sistema, dependendo das inter-relações sob consideração, podemos dizer que um sistema corresponde a uma perspectiva, um ângulo sob o qual uma parcela da realidade pode ser vista.

Segundo Vasconcelos (2003), observando em que circunstâncias ocorrem, as relações intrassistêmicas e intersistêmicas, considerando as variáveis, mutuamente, dependentes, o observador poderá dar-se conta de uma cadeia de “*fenômenos*

recursivamente interligados". Essa complexidade é caracterizada pelo dinamismo das relações presentes que gera uma instabilidade e uma imprevisibilidade, em um processo de auto-organização constante.

Nos grupos sociais, essas relações acontecem em cada subsistema que o constitui, como também entre eles, estabelecendo, assim, uma cadeia de relações intersubjetivas.

Matos (2006, p. 8), falando das relações fundamentais do "ser" humano, afirma que "o 'ser' humano funda-se em relações", sua individualidade é forjada e inseparável de sua natureza social, "produto e produtor" da sua existência. Segundo o autor:

O homem é um animal de relações e de crises. Relações que não se excluem e têm, na pessoa humana, o seu ponto de convergência. Político, religioso, social, econômico, lúdico, racional, individual, etc., o ser humano é tudo isso; mas, não é nada disso isoladamente. E, embora, mantenha uma relação consigo mesmo, é no limiar do encontro com o outro, no concreto mundo da vida, que constrói sua identidade (MATOS, 2006, p. 7).

Para o Pensamento Sistêmico, a "família é um sistema aberto em transformação; isto é, constantemente recebe e envia *inputs* para e do extrafamiliar, e se adapta às diferentes exigências dos estágios de desenvolvimento que enfrenta" (MINUCHIN, 1982, p. 56).

Segundo Tellegen (1984), os sistemas abertos trocam, autonomamente, energia, matéria e sinais informativos com o meio, como igualmente mantêm intercâmbios internos entre seus membros. Essas trocas possibilitam mudanças, no sistema, tanto no seu funcionamento quanto e em sua estrutura, garantindo, assim, a sua continuidade. No sistema fechado, por sua vez, circula energia, porém não existem trocas de energia ou matéria com o meio, tende à entropia, evoluindo para

um “estado de equilíbrio estático que se caracteriza por perda de diferenciação entre partes, até chegar à indiferenciação total ou inércia”.

A criança, ao nascer, sem nenhum modelo anterior para dar forma às suas ações, ingressa nesse sistema de relações – a família - que é uma situação, totalmente, nova e estranha a ela. Por outro lado, a sua chegada provoca, mesmo que esperada, cuidadosamente, alteração nos comportamentos dos membros da família e mudanças ao nível das relações interpessoais e da personalidade de seus integrantes. Nesse sistema particular, que passa a ser a sua família, a criança recém-nascida se desenvolve num contato vivencial que lhe permite incorporar e assimilar as características desse seu grupo de origem, dando-lhe o sentimento de pertencimento a essa estrutura familiar específica, com seus padrões transacionais intra-sistema e intersistema. Nessa perspectiva, a família é a *Matriz de Identidade* da criança: é ela que possibilita o estabelecimento do sentido de identidade.

2.2 A família como Matriz de Identidade da criança

No primeiro momento, essa matriz está ligada, basicamente, aos processos fisiológicos, correspondentes à fase de cuidados ao desenvolvimento psicossomático. O segundo momento, de evolução da criança, vincula-se aos *processos psicológicos e sociais* (FERRARI, 2002a). Em consonância com isso, o sentido de identidade é conferido, através do sentido de individuação, de autonomia que é experienciado, através de separação da participação, em diferentes subsistemas familiares, em diferentes contextos familiares, como também em grupos extrafamiliares. Os padrões transacionais da família constituem a estrutura familiar que regula o seu funcionamento, seja por uma hierarquia de papéis entre seus

membros ou através das expectativas mútuas existentes entre eles. Por sua vez, é através do desempenho de papéis, existentes na Matriz de Identidade, que ocorre a transmissão da herança cultural. Segundo a autora, o papel é uma representação para o outro e, no caso da criança, sendo anterior ao Eu e a linguagem, é o precursor do futuro Eu.

A família, enquanto Matriz de Identidade vincula-se como facilitadora da sua sobrevivência e do desenvolvimento do seu aparato fisiológico, inicialmente, à criança, como também aos cuidados do seu desenvolvimento psicossomático. No segundo momento, o vínculo ocorre com os processos psicológicos e sociais, os quais são engendrados, com a absorção da herança cultural ou socialização, transmitida através do desempenho dos papéis existentes na família. Cada membro do sistema, no desempenho do seu papel, corresponde a uma unidade cultural de conduta que é oferecida a criança. Cada papel é uma experiência interpessoal que necessita do outro para entrar em ação. Assim, a criança precisa de figuras afetivas e estáveis, com limites e fronteiras, bem definidos para, através delas, ir construindo a sua identidade (FERRARI, 2002a).

2.3 Limites e Fronteiras de Contato

Implícito ao pensamento sistêmico, à hierarquia de sistemas e subsistemas, sistemas fechados e abertos, está a idéia de limites. No caso do ser humano, o limite coloca o indivíduo na real situação em que ele se encontra, na sua relação de contato com o mundo.

Segundo Ribeiro (1995), o contato é um processo, um momento de expressão. Nele a vida acontece e se revela. Nele o indivíduo expressa o seu momento de estar no mundo:

O modo como uma pessoa faz contato consigo e com o mundo expressa igualmente o grau de individuação, maturidade e entrega com que alguém vive, em um dado momento. Sem contato, tudo na natureza perde sentido, agoniza e morre (RIBEIRO, 1995, p. 7).

Para Ribeiro, o contato pleno é aquele que inclui intencionalidade e responsabilidade. No contato, existe a idéia de intencionalidade, de união e separação. Através do contato, a vida se transforma, as pessoas se aproximam e se afastam. Implícita ao contato, está a idéia de crescimento. Com o contato, é possível pensar a própria existência (EU) e a do outro (TU), sendo o Nós “a confirmação da existência de uma comunhão maior” (RIBEIRO, 1995, p. 8).

“Diz-se então que o homem é um ente de relação ou que a relação lhe é essencial ou fundamento da sua existência”, afirma Zuben (2003, p. XLIV). Com esse pensamento, Buber (2003) acentua duas atitudes distintas do homem, ao encontro com o mundo ou com o ser, traduzidas pelas palavras- princípio EU-TU e EU-ISSO. A primeira é um ato essencial do homem, encontro recíproco e confirmatório de suas existências entre dois parceiros; é uma atitude ontológica. A segunda é uma relação objetivante, uma experiência de utilização, é uma atitude cognoscitiva.

O processo de percepção, desencadeado no encontro EU - TU, provoca, em cada indivíduo, um diálogo interno de comparações, juízo de valores, desejos, negações, memórias, antecipações, que operam, no nível inconsciente, em função de uma representação mental, subjetiva, construída ao longo de suas experiências e que caracteriza o modo como o ser humano reage ao encontro “eu - mundo” (PIRES FILHO, 2006).

Proximidade e distanciamento, portanto, são pressupostos para as duas atitudes, distintas do homem diante do mundo ou do ser, traduzidas pelas palavras-princípio, da relação ontológica, EU-TU, e da experiência objetivante, Eu-Isso, respectivamente (COSTA, 2005, p. 119).

É neste limite de contato que surge a noção de fronteira, como o lugar do encontro das diferenças, nos acontecimentos transacionais entre o indivíduo e o meio, ou seja, é na fronteira de contato que surgem os eventos psicológicos. Seguindo esse pensamento, Perls (1988, p. 31) enfatiza que “O estudo do modo que o ser humano funciona no seu meio é o estudo do que ocorre na fronteira de contato entre o indivíduo e seu meio”.

Por sua vez, Polster e Polster (1979, p. 108) pontuam:

As fronteiras do ser humano, as fronteiras-do-eu, são determinadas por toda a gama das suas experiências na vida e por todas as suas capacidades internas para a assimilação da experiência nova ou intensificada.

Como local de reconhecimento das diferenças, a fronteira do “EGO” está, apenas, completamente, estabelecida quando o “EU” e o “TU” estão nomeados, pois é na fronteira que os indivíduos se diferenciam e ganham significados. Ribeiro (1995) assinala que o diferente é que dispara o EU, ficando, para a dimensão psicopatológica, a fluidez ou a rigidez demasiada dessa fronteira.

Na medida em que o Eu mergulha a sua realidade na realidade do Outro, ou em um processo que extingue as “relações subjetivas eu-mundo” internas ao Eu, se perde o sentido de individuação, possibilitando uma confluência neurótica com o mundo fora do EU. Segundo o autor:

O desajuste é interrupção do contato enquanto fluxo e elan vitais é boicote ao processo que está no centro da natureza humana, enquanto expressão do encontro de diferentes realidades onde uma se sobrepõe à outra, tentando destruí-la (RIBEIRO, 1995, p. 8).

Em função da dualidade de sua atitude, o mundo do ser humano é duplo. Ao dizermos o TU, estamos também pronunciando o EU da palavra-princípio EU-TU que fundamenta o mundo da relação. O mesmo acontece, ao se proferir o ISSO, isto é, proferimos também, o EU da palavra-princípio EU-ISSO que diz respeito ao mundo objetivo da experiência, da utilização. Por sua vez, a palavra-princípio EU-TU, é pronunciada pelo ser em sua totalidade, enquanto o EU-ISSO, jamais, pode assumir o sentido de totalidade, pois a experiência se realiza, no experimentador, e não entre ele e o mundo (BUBER, 2003).

No começo, é a relação, posteriormente o TU, pela sua própria essência, é condenado a coisificação. Nesse sentido Buber (2003, p. 26), assinala:

Entretanto, no momento em que o EU da relação se põe em evidência e se tornou existente na sua separação, ele se dilui e se funcionaliza de um modo estranho, no fato natural do corpo que se distingue do seu meio ambiente e deste modo descobre a egoidade. Somente, então, pode surgir o ato consciente do EU, a primeira forma da palavra-princípio EU-ISSO, a primeira experiência egocêntrica: o EU que se distanciou, aparece, então, como o portador de suas sensações das quais o meio ambiente é o objeto.

No princípio, como um dispositivo, o que age é o TU, inato na necessidade de contato, expressando a reciprocidade e a “ternura”. Posteriormente, oriundo da dissociação das experiências primordiais, o homem, transformado em EU, desligado, coloca-se diante das coisas, apropria-se dele – de si próprio - associando-se a si mesmo para pronunciar a outra palavra-princípio “EU-ISSO” (BUBER, 2003).

Para Buber, o TU, na sua reciprocidade com o EU, é o princípio e o fim da relação, exercendo e recebendo a ação sem, no entanto, estar inserido numa cadeia de casualidade. “O mundo do TU não tem coerência nem no espaço, nem no tempo” (BUBER, 2003, p.38). Essa é uma verdade fundamental do ser humano. Dessa forma, não é possível qualquer pensamento que venha colocá-lo em uma ordem classificatória, pois somente as coisas, o TU que se transforma num ISSO - e “cada

TU, após o término do evento da relação *deve*, necessariamente, se transformar em ISSO” (BUBER, 2003, p. 38). - pode ser inserido em um sistema de coordenadas. E “cada ISSO *pode* se entrar no evento da relação, tornar-se um TU” (BUBER, 2003, p. 38).

Os encontros não se ordenam de modo a formar um mundo, mas cada um dos encontros é para ti um símbolo indicador da ordem do mundo. Os encontros não são inter-relacionados entre si, mas cada um te garante o vínculo com o mundo (BUBER, 2003, p. 36).

Segundo Buber (2003), são três as esferas, através das quais, o mundo da relação se constrói. Começa na vida com a natureza, depois a vida com os homens, e por fim, a vida com os seres espirituais. A primeira está na dimensão limiar da linguagem na linguagem, a segunda se coloca na dimensão da linguagem, propriamente dita, e a terceira, embora sem linguagem, gera a linguagem. Em cada uma delas vislumbramos a perspectiva do TU eterno.

Considerando que o homem é um ser simbólico, Bertalanffy (1975) enfatiza que todas as noções, usadas para caracterizarem o comportamento humano, são conseqüências ou aspectos diversos da atividade simbólica. Para o autor, o mundo do homem não se restringe às necessidades biológicas e às limitações dos seus sentidos, mas que se expande para os valores, especificamente, humanos, caracterizados pelo seu universo simbólico. Como conseqüência, as perturbações mentais são, via de regra, distúrbios das funções simbólicas, podendo haver conflito entre os impulsos biológicos e um sistema simbólico de valores, como é o caso da psicose; como também entre universos simbólicos, ou perda de orientação valorativa e experiência da ausência de sentido dando origem à neurose existencial; e, nos casos das “desordens de caráter”, como a delinqüência juvenil, proveniente da derrocada ou da erosão do sistema de valores, hegemonicamente, adotados pela sociedade.

2.4 Os papéis sociais na família

O papel social dos pais é, sempre, adquirido de modelo, retirado da própria experiência de vida. Os pais, que tiveram um aprendizado emocional, comprometido, em situações de desrespeito à individualidade, de invasão de fronteiras e que, de alguma forma não apreenderam a lidar, equilibradamente, com essas intempéries da vida, dificilmente, estarão aptos a propiciarem um aprendizado emocional completo para os seus filhos.

Nessa perspectiva, Ferrari (2002a) comenta que o bom vínculo entre pais e filhos é, apenas, possível se cada um, no desempenho de seus papéis, puder realizar uma aprendizagem emocional satisfatória. Alerta, ainda, que a função de educar seja compartilhada entre dois ou mais adultos, já que a confirmação facilita a criança a internalizar que está sendo ensinada.

O aspecto fundamental é que o ser, que apresenta o problema, é, apenas, um representante circunstancial da disfunção do sistema familiar. Assim, os membros individuais do sistema, sendo, por sua vez, sistemas de nível inferior, são, ao mesmo tempo, todo e parte. Vasconcelos (2003, p. 205), citando Koestler, usou a palavra *holons* para identificar esses sistemas que sendo, ao mesmo tempo, todo e partes apresentam uma tendência integrativa para funcionar como parte de um todo maior, mostrando interdependência e integração, viabilizando o sistema e outra afirmativa, funcionando como um todo para preservar sua individualidade, exibindo autonomia. Para Minuchin (1982, p. 58), “os indivíduos são subsistemas dentro de uma família”.

Independentemente do arranjo familiar ou forma como vem se estruturando, a família mantém a sua importância. Ela desempenha papel de fundamental

importância, para a educação, como um todo, da criança, seja no lar (informal) e na escola (formal). Em seu – da família - espaço são absorvidos os valores éticos, humanitários e se aprofundam os laços de solidariedade. No seu interior, se constroem as marcas entre as gerações e são observados os valores culturais (FERRARI; KALOUSTIAN, 1994).

Em função da sua capacidade de auto-organização, a família responde às mudanças internas e externas, como forma de manter a sua continuidade e de proporcionar um esquema de referência para seus membros. No entanto, muitas vezes, devido a certos acontecimentos, suas relações se tornam difusas e passa a carecer de recursos necessários para exercer a sua função protetora. Nesse caso, quando a família não cumpre o seu papel social de protetora, de transmissão de valores culturais, quando ocorrem situações de vitimização física e ou sexual de suas crianças, significa o fracasso de suas relações hierárquicas, o rompimento de suas fronteiras internas.

A idéia de rompimento de fronteiras pressupõe um estabelecimento prévio das mesmas, o que, nem sempre, é uma afirmação válida. A união de pessoas para constituir uma família não significa uma homogeneidade, na concepção dos limites internalizados e das suas respectivas fronteiras, ou melhor, não significa uma simetria de fronteiras. Isso depende da história de vida da cada um, escrita na sua família de origem. Essa questão coloca o observador, diante da transgeracionalidade, da repetição de padrões comportamentais aprendidos que vão passando de geração à geração, correspondentes à *família disfuncional* no desempenho de papéis, socialmente e culturalmente, estruturados.

Minuchin (1982, p. 57) define estrutura familiar, como “o conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as maneiras pelas quais os membros da família

interagem”. Para o autor, o sistema familiar opera, através de padrões transacionais, os quais, por repetição, estabelecem a forma de como, quando e com quem se relacionar, ao mesmo tempo em que reforçam o sistema. Assinala, ainda, que o comportamento dos membros da família são regidos e mantidos por dois sistemas de repressão, um “genérico”, constituído das regras “universais” que governam a organização familiar e o outro “idiossincrásico”, que diz respeito às expectativas existentes entre seus membros, referentes à maneira individual de perceber, sentir e reagir à influência de pequenos eventos do cotidiano. Entendemos que o autor ao se referir as regras “universais” são as regras, hegemonicamente, estabelecidas e adotadas por determinadas sociedades, uma vez que elas podem variar entre culturas.

Minuchin (1982, p. 58-59) enfatiza que “as fronteiras de um subsistema são as regras que definem quem participa e como”. Sua função é de “proteger a diferenciação do sistema”. Segundo o autor, para um funcionamento adequado do sistema, é necessário que as referidas fronteiras sejam “nítidas”, bem definidas, para permitir o desempenho de suas funções, sem “interferências indevidas”, permitindo “o contato entre os membros do subsistema e outros”. Segundo o autor, de um modo geral, as famílias estão situadas dentro dos limites normais cujos dois pólos extremos são “fronteiras difusas” e fronteiras “excessivamente rígidas”. As primeiras caracterizam as famílias que “giram em torno de si mesmas, para desenvolver seu próprio microcosmo, com um conseqüente aumento da comunicação e preocupação entre os membros”. Nesses casos, a distância diminui e as fronteiras se tornam nubladas de modo que “a diferenciação do sistema familiar fica difusa”. Nas segundas, “a comunicação através dos subsistemas se torna difícil e as funções protetoras da família ficam prejudicadas”.

2.5 A disfuncionalidade da família

A disfuncionalidade da família põe, em evidência, a má qualidade da comunicação entre seus membros (pais, filhos e irmãos), principalmente, em relação às vivências emocionais. Muitas vezes, a comunicação ocorre, de forma indireta, através de terceiros ou de forma não-verbal, dando a entender o que se espera do Outro ou o que vem a seguir. Essa forma de mau funcionamento da família implica, em sua operacionalidade, num obstáculo para os processos de simbolizar e elaborar as experiências emocionais. As pessoas embotam os seus sentimentos, tornando-os nebulosos, acarretando uma perda de contato genuíno, com os seus sentidos e com o mundo externo, tornando confusa a direção inata dos seus membros e o valor de suas experiências, reforçando, dessa forma a manutenção dos conflitos intrapsíquicos.

Nessa perspectiva, as pessoas não expressam, livremente, seus sentimentos, limitando-se ao superficial, utilizando-se de mentiras, segredos, mensagens involuntárias de duplo sentido e discurso confuso (SCODELARIO, 2002).

Amazarray e Koller (1998) chamam a atenção para algumas características desses sistemas familiares, tais como: incidência de violência doméstica; existência de padrasto ou madrasta; alcoolismo, nas figuras paternas; pai autoritário ou moralista, em excesso; carícias inadequadas entre pais e filhos; violação de privacidade sexual dos filhos; filhas que desempenham papel de mãe; filhas com comportamentos promíscuos e autodestrutivos; crianças isoladas; crianças com comportamento sexual inadequado para a sua idade. Como também, famílias com comportamento hostil, diante de pessoas desconhecidas e pais que, dificilmente, autorizam a entrevista de um profissional a sós com sua filha.

Para compreender a violência intrafamiliar, e, especialmente, o abuso sexual, é mais que preciso compreender o histórico psicossocial, econômico e ecológico do indivíduo e de sua família, ou seja, como ocorrem as interações entre pais, mães e filhos e as relações interpessoais entre seus membros.

3. ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: UMA FORMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

3.1 Histórico

Etimologicamente a palavra abuso tem sua origem do latim *abusus*, que significa um mau uso, excessivo ou injusto, exorbitância, descomedimento. (Grande Dicionário Larouse Cultural da Língua Portuguesa, 2000). Em latim, *abusus* é um dos atributos do direito de propriedade, o de dispor da coisa (QUICHERAT; SARAIVA 2000).

Méllo (2006, p. 44-45) assinala que o surgimento da noção de abuso sexual contra crianças, “foi favorecido pela construção da noção de infância, a partir do advento do Estado, da família e da escola”. O sentimento da família, que emergiu no Século XVI e que, no final do Século XVII, colocou-a no mesmo plano que Deus, atribuiu um lugar especial “para a criança na sociedade e na família”, estabelecendo-se, definitivamente, “com formas imperativas a partir do século XVIII”. Para o citado autor: “A prevalência da moralidade cristã na constituição e a aplicação das leis favoreceu a ilegalidade de várias atividades sexuais, tais como o adultério, a bigamia, o incesto, a sodomia”.

Conforme ressalta Ariès (1981, p. 129) “a atitude diante da sexualidade, e sem dúvida a própria sexualidade, variam de acordo com o meio, e, por conseguinte, segundo as épocas e as mentalidades”. De acordo com o autor, nas sociedades burguesas da Inglaterra e da França, do Século XVI até o início do Século XVII, o respeito e o pudor, para com as crianças, eram ignorados. Desse modo, os jogos sexuais e o “hábito de brincar com o sexo das crianças” eram comportamentos

tradicionais. Mas, ainda, no final do Século XVI, a partir de um movimento de alguns educadores, tanto católicos como protestantes, uma significativa mudança, nos costumes, começa a ser produzida sendo implementada durante todo o Século XVII, com o emergir da noção de “inocência infantil”. A partir de então, no início do Século XVII, uma nova literatura pedagógica de orientação aos pais e educadores é criada, concomitante à comparação da criança com os anjos, o que tornou-se um assunto de importância, em especial, para os cristãos. Agregada à referida noção, formou-se uma concepção moral de infância que a associava à fraqueza e, como ressalta Ariès (1981, p. 140), “verdadeiro reflexo da pureza divina”. Na realidade, segundo o autor, alguns princípios que regiam essa nova literatura remontavam à experiência monástica no Século XV, revelando-se como necessidade para o povo de um modo geral, no Século XVII. Esse sentimento da “inocência infantil” provocou atitudes morais, no sentido de proteger as crianças, contra a “sujeira da vida, e especialmente da sexualidade tolerada – quando não aprovada – entre os adultos” (ARIÈS, 1981, p. 146), além de voltar-se para fortalecê-la com relação ao desenvolvimento do caráter e da razão. Nesses aspectos, medidas disciplinares foram adotadas, durante o Século XVIII e, sobretudo, no Século XIX.

Segundo Mello (2006), nas legislações, existentes na Europa, no início do Século XIX, especialmente, na Inglaterra e na França, o que dizia respeito aos serviços sociais e de saúde de proteção à criança, relacionava-se, apenas, ao combate à crueldade. A partir de 1910, essa medida – o combate à crueldade - foi cedendo espaço à luta contra a “mortalidade infantil” e à “delinqüência juvenil”, permanecendo ambos, em evidência, até o início da segunda metade do Século XX.

No entanto, de acordo com o autor, acima referido, apenas na segunda metade do Século XX “a relação sexual entre um adulto e uma criança ou

adolescente”, foi julgada e universalizada como “abuso sexual” (MÉLLO, 2006, p. 44). Isso ocorreu nos anos de 1961 e 1962, quando começou a emergir a noção de “abuso infantil”, nos EUA, sendo incluído na lista de categorias médicas do *Index medicus* (MÉLLO, 2006, p. 135-136).

Em 1977, sob a liderança do médico americano Dr. Kemp, foi fundada a *International Society for Prevention and Treatment of Child Abuse and Neglect* (ISPCAN). Em seguida, a Revista “*Child Abuse & Neglect: The International Journal*” tornou-se a publicação de maior circulação mundial a abordar o assunto. Nessa fase, ainda, prevalecia a intenção de combater os maus tratos às crianças. No entanto, atendendo às reivindicações dos movimentos feministas, o ISPCAN incluiu os aspectos sexuais, de modo que o conceito de “abuso sexual” foi ampliado do sentido restrito de relações genitais, passando, também, a considerar as carícias, a exposições de crianças às intimidades de casais e os jogos sexuais entre irmãos (MÉLLO, 2006, p. 140-142).

3.2 Abuso sexual: conceito e características

Não é fácil encontrarmos, na literatura, uma definição precisa sobre violência sexual, violência doméstica, abuso sexual, exploração sexual, crime sexual, etc. No entanto, como ressalta Leal (1997), algumas palavras-chave, tais como: agressor, vítima, poder, dominação, violência, abusador, troca, podem ajudar na elaboração das idéias para a unificação dos conceitos.

Em nosso entendimento geral, podemos definir violência doméstica, como sendo todo comportamento adotado, com ou sem intuito de dominação, de uso ou não do poder conferido, agressivamente, explícito ou não, no que diz respeito a si

e/ou a outra pessoa que vive na mesma residência, independente de consangüinidade ou parentesco e que acarrete danos físicos, morais, emocionais e /ou sexuais para a referida pessoa.

Por sua vez, Leal (1997, p. 12) considera que a violência sexual pode ser definida “como violação de direitos e danos provocados no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente”.

O Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec) conceitua que a violência sexual ocorre, quando alguém, de mais idade, faz uso do corpo de uma criança ou adolescente, buscando sentir prazer sexual, podendo ser de duas formas: a agressão e o abuso sexual. No primeiro caso, o agente da agressão faz uso da coação, física ou psicológica, para obtenção de sua finalidade; no segundo caso, o agente perpetrador se utiliza da sedução, oferecendo algo à criança para com ela praticar o ato sexual.

Com relação ao abuso-vitimização sexual, Azevedo e Guerra (1989, p. 42) pontuam que:

É todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

Observamos, nessa colocação das autoras, uma ampliação da noção de criança. Embora não exista, propriamente, um consenso, entre os autores, sobre o início e o fim da adolescência, mas como se posiciona Campos (1996, p. 15), a duração da referida faixa etária pode ser considerada em relação aos processos psicológicos, sofridos pelos jovens, em função das mudanças fisiológicas da puberdade “até uma razoável resolução de sua identidade pessoal”. De um modo geral, a fase ora em análise pode ser considerada entre 11 e 21 anos de idade, conforme comenta a autora.

Faiman (2004, p. 27) diz que o “abuso sexual é todo relacionamento interpessoal no qual a sexualidade é veiculada sem o consentimento válido de uma das pessoas envolvidas”. A autora enfatiza que essa é a definição adotada pelo Centro de Estudo e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual da USP. CEARAS. Entendemos que o supramencionado conceito de abuso sexual abrange todas as atividades sexuais praticadas “contra” alguém - destacamos a palavra “contra”, pois queremos dar o sentido de um ato não permitido, livremente e conscientemente, pela pessoa envolvida. Nessa perspectiva, não foi um ato a favor e sim, “contra”, uma invasão – independentemente de sexo e de ser criança, adolescente ou um adulto.

Méllo (2006, p. 101) utiliza o termo “abuso” sexual para se referir “à prática sexual genital entre um adulto e uma criança ou adolescente”. Em seus estudos sobre a construção da noção de abuso sexual infantil, o autor (2006, p. 51) relaciona os movimentos sociais, das três últimas décadas do último Século, que deram origem à elaboração e obediência a Leis, possibilitando, ao Estado, intervir sempre que abusos forem constatados:

Após a instituição do Ano Internacional da Criança em 1979 e durante toda a década de 80, “firmou-se uma nova valorização da infância” (DANDURAN 1994, p.341). A Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1990) transformou a criança num “sujeito de direitos”. Com a “Declaração dos Direitos Sexuais”, pela Assembléia Geral da “World Association for Sexology”, em 1997, durante o XIII Congresso Mundial de Sexologia, em Valência, e, ainda mais, com a aprovação de emendas a esta Declaração, durante o XV Congresso Mundial de Sexologia ocorrido em Hong Kong, em 1999, a relação entre “abuso” e direitos humanos foi solidificada:

ART. 1. O direito à Liberdade Sexual: A liberdade sexual diz respeito à possibilidade dos indivíduos em expressarem seu potencial sexual. No entanto, aqui se excluem todas as formas de coerção, exploração e abuso em qualquer época ou situação de vida.

Enfim, esses movimentos culminaram com uma conscientização de que toda atividade sexual que desrespeita a fragilidade da criança, praticada dentro ou fora da

família, merece sanção imediata, pois se constitui em forma de “abuso”, como se percebe no trabalho de Mélo (2006).

3.3 Definindo os termos: incesto, atentado violento ao pudor, estupro

Para Kaplan, Sadock e Grebb (1997, p. 741), “o incesto é definido como a ocorrência de relações sexuais entre parentes sanguíneos próximos”. Numa definição mais ampla, os autores descrevem o incesto, como “sendo uma relação sexual entre pessoas relacionadas entre si por algum vínculo, formal ou informal, culturalmente considerado uma barreira para as relações sexuais”, ou seja, padrastos e enteados, como, também, irmãos adotivos.

Referindo-se ao incesto, Azevedo e Guerra (1997, p. 196) comentam que “enquanto modalidade privilegiada de violência doméstica contra criança é uma coação exercida por um adulto a ela ligado por laços de parentesco, afinidade ou responsabilidade, com o intuito de levá-la a participar de práticas eróticas”.

Amazarray e Koller (1998) - referenciando Watson (1994) - trazem o conceito de abuso sexual familiar sistêmico que é aquele no qual a criança é lançada no processo de vitimização e abuso, por vários membros, dentro da própria família. Nessa perspectiva, segundo as autoras, os pais participam e/ou favorecem o abuso, de modo que a criança chega à fase adulta, sem reconhecer o comportamento como abusivo. Para as autoras:

Em nossa cultura, o incesto é um dos abusos sexuais mais frequentes e que apresentam conseqüências mais danosas às vítimas. Operacionalmente, o incesto seria qualquer contato sexual entre pessoas que tenham um grau de parentesco, incluindo padrastos, tutores e qualquer pessoa que assuma o papel dos pais. (AMAZARRAY; KOLLER, 1998, p. 6).

Fica evidente, nessa definição, a figura do padrasto, enquanto que, em relação à madrasta, podemos supor que ela, se não omitida, é considerada, nas figuras dos tutores. Atribuimos essa posição secundária das madrastas, em função de que representam, nas estatísticas, um pequeno percentual como figuras abusivas.

Segundo o Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa (2000), o Incesto significa relação sexual entre parentes, por consangüinidade ou afinidade que se acham em grau proibido para as justas núpcias. Etimologicamente, tem sua origem do latim *incestum.i* que significa impuridade, impureza, mancha, adultério, incesto (QUICHERAT; SARAIVA, 2000).

Méllo (2006, p. 107-108), ao analisar os sentidos “dicionarizados e etimológicos” das palavras “abuso” e “incesto”, verificou que o sentido atribuído e veiculado hegemonicamente, considera o incesto um crime, “no sentido de ser contrário aos costumes e leis”, e, por isso, está relacionado a um “tema proibido”, ao mesmo tempo em que se “relaciona intensamente à moral”. Portanto, é “uma ‘mancha’, uma ‘mácula’ concernente a um grau de relacionamento sexual só permitido no casamento”. Assim sendo, o incesto está associado a um “casamento proibido”, seja “entre parentes, consangüíneos e/ou agregados”; como também, “entre um adulto e uma criança / adolescente”. Nesse sentido, é “mais ‘obsceno’ (‘repugnante’, ‘asqueroso’, ‘nojento’) que violento”. Por sua vez, o “abuso” diz mais respeito à “violação’, ‘maldade’ ou ‘transgressão’”, independentemente do uso da “força física” ou “da força da ‘influência’, da ‘sedução’”. No seu sentido amplo, envolve, também, o “incesto”, que, na qualidade de ser uma violência contra a criança “(na cultura ocidental ‘civilizada’)", portanto, um “abuso”, passa, também, a ser um problema que sai da esfera privada para a “ordem pública”, envolvendo os

aspectos clínicos, jurídicos e sociológicos, ou seja, usando a linguagem de Foucault (2006) mobilizando as estruturas de “governamentabilidade” (MÉLLO, 2006, p. 111).

Para Foucault (2006, p. 292) - “governamentabilidade” - “são as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.”.

A Moralidade das “práticas” sexuais, as permissões e proibições, as singularidades de cada cultura, vêm se modificando, ao longo do tempo, como aponta Méllo (2006). Em seus estudos sobre a “historicidade” dessas “práticas”, verificou que o conceito de Moralidade é mutável e não absoluto. Citando Cuatrecasas (1997), “evidencia a “tolerância” e a “permissividade sexual”, prevaletes no Império Romano, até as proibições da Igreja Católica, na Idade Média. Segundo o autor, a interdição do incesto não se restringia, apenas, a uma proibição da Igreja Católica; era eclesiástica e secular, principalmente na “Alta Idade Média”, incidindo, também, “sobre as ‘relações espirituais’ (derivadas do Batismo ou Crisma)” (MÉLLO, 2006, p. 115). Até meados do Século IX, os casamentos entre parentes, de sétima geração ou até o ponto em que se pudesse saber, não eram permitidos pela Igreja. Somente em 1215, houve uma redução, estendendo-se, a proibição, até parentes da quarta geração.

Lévi-Strauss (1982, p. 50) coloca a proibição do incesto, em seu caráter ambíguo, e enfatiza que:

Notemos, entretanto, que se a regulamentação das relações entre os sexos constitui uma invasão da cultura no interior da natureza, por outro lado a vida social é, no íntimo da natureza, um prenúncio da vida social, porque, dentre todos os instintos, o instinto sexual é o único que para se definir tem necessidade do estímulo de outrem.

Segundo o autor, é na esfera da vida sexual, preferencialmente, que se concretiza a passagem da ordem do natural para a ordem do cultural. Com a

proibição do incesto, a natureza se supera e “deixa de existir, no homem, como um reino soberano” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 63). Assim, a proibição, constitui o vínculo que une a existência biológica à existência social do ser humano.

Cada sociedade e os seus componentes criam padrões e formas de comportamento e exigem conformidade, de acordo com os valores culturais estabelecidos. Entretanto, os sentimentos, provocados por uma mesma Lei, se diferenciam “segundo os indivíduos, para os quais os comportamentos foram moldados através de interações precoces” (CROMBERG, 2001, p. 26).

No caso de relação sexual entre próximos, para o homem, existem dois níveis emocionais de aprisionamento: o não verbalizado, proveniente das interações precoces e o outro, em vista da exposição da Lei proibitiva (CROMBERG, 2001, p. 26). Segundo a autora, a partir da existência na verbalidade, o sentido muda e as emoções emergidas não são mais do âmbito das relações corporais precoces, porém forjadas pelo significado da palavra que designa o ato.

Esta dissociação entre uma regra enunciada para todos e o sentimento que cada um experimenta explica as reações emocionais diferentes segundo as pessoas, e pode se explicar pelos dois níveis de estruturação das emoções no homem: o corpo a corpo e a palavra (CROMBERG, 2001, p. 26).

Para Cromberg (2001, p. 26),

A partir do momento em que a coisa começa sua existência na verbalidade, ela muda de sentido e provoca as emoções que não são mais enraizadas nas trocas corporais precoces, mas determinadas pelas representações verbais do ato. Ao tomar o estatuto da transgressão, o prazer físico desencadeia a angústia.

A autora, à luz do pensamento de Boris Cyrulnik (1994), enfatiza que a função da palavra é designar os elementos do mundo humano. Nessa perspectiva, a palavra “incesto”, designa, vagamente, atividade sexual entre próximos. Por sua vez,

Augras (2000, p. 76) descreve que a “palavra” designa e a “fala” enuncia, revela a condição humana, de modo que a consciência da realidade está atrelada à compreensão da linguagem que é o desvelamento da situação existencial inerente ao próprio ente, em si, e para com o mundo. Mélo (2006, p. 108) adverte que o sentido da palavra se dá em “fronteiras, na superfície de práticas”. Nessa perspectiva, conclui que a palavra incesto, no sentido de ser contrário aos Costumes e às Leis, está relacionada a um crime, a um valor moral de um relacionamento sexual proibido. Por outro lado, o termo “abuso”, em seu sentido mais amplo, engloba o incesto e está relacionado a uma transgressão.

Cromberg (2001) enfatiza que a palavra “materna”, desde os últimos meses de gestação, funciona na proximidade da continuidade biológica como um dispositivo de estimulação do bebê. No instante em que vem à luz, o recém-nascido identifica a voz materna e a privilegia. Isso, possivelmente, explica a intensa familiaridade do bebê com a mãe. Por outro lado, a ontogênese afetiva da figura paterna é descontínua, pois é percebida, à distancia, ao redor da mãe, sendo, por ela, introduzida, na relação. “A palavra do pai será entendida mais tarde, a partir da mãe” (CROMBERG, 2001, p. 26).

Assim, desde um ponto de vista da etologia do incesto, vemos que nos humanos, assim que os papéis familiares são bem definidos pelos gestos familiares que têm lugar, as palavras que dão forma e os discursos que dão sentido, a criança e o adulto vivem um mundo coerente para eles, e percebem claramente as categorias, experimentam sentimentos claros aos quais eles se adaptam por um código comportamental sem ambigüidade (CROMBERG, 2001, p. 27)

Segundo Mélo (2006, p. 118), Malinowski, afirmando que “pela necessidade de estabelecer atitudes organizadas e permanentes”, também, defende a idéia de que “o incesto foi introduzido na cultura”. Para Mélo, os dois estudiosos (Lévi-Strauss e Malinowski) comungam do princípio “de que a lei (cultura) do incesto se

impôs aos instintos sexuais (natureza)”. O autor comenta que Malinowski avançou mais, ao prever que a cultura não sobreviveria com a liberação do incesto. “O incesto, enquanto modo normal de comportamento, não pode existir na humanidade, porque é incompatível com a vida da família e desorganizaria os fundamentos desta” (MALINOWSKI in MÉLLO, 2006, p. 119).

De acordo com o Código Penal, Decreto-Lei nº. 2.848, de 7/12/1940 - Dos crimes contra os costumes, Cap. 1, Art. 213, estupro, é “constranger a mulher à conjunção carnal, mediante a violência ou grave ameaça”. E de acordo com o Art. 214, atentado violento ao pudor “é constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal”.

Nessa perspectiva, o estupro é quando o adulto obriga a criança ou a adolescente a manterem relação sexual vaginal, referindo-se, especificamente, a meninas. Por sua vez, o atentado violento ao pudor engloba as outras práticas, voltadas para o prazer sexual do perpetrador, como sexo oral e anal, bolinagens, independente de a vítima ser menino ou menina. Sem contato físico, são considerados: masturbar-se na frente de crianças ou adolescentes, exhibir órgãos genitais, exhibir fotos e filmes pornográficos, observar crianças ou adolescentes, nus ou seminus e conversar sobre atividades sexuais, provocando interesse ou chocando os interlocutores.

No nosso trabalho, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), adotamos o termo “abuso” para nos referirmos ao atentado violento ao pudor, praticado contra as crianças do sexo masculino. Nessa perspectiva, inclusive, ao trazermos, à pauta, o pensamento dos autores, por nós,

citados neste estudo, a partir de agora, utilizaremos o termo “abuso” no seu sentido amplo, conforme situado por Mélo (2006).

3.4 As características das famílias com ocorrência do abuso sexual intrafamiliar

Azevedo e Guerra (1994) apresentam quatro características das famílias nas quais ocorre o abuso sexual, contra crianças e adolescentes: a primeira, questionada por elas próprias, quanto ao uso do termo mais adequado para expressá-la, é o “despotismo familiar”, ou seja, o chefe da família, geralmente, o pai, exerce um poder arbitrário, reforçado por ameaças e torturas físicas e/ou psicológicas e segredos bem guardados, com a conivência dos demais ou de boa parte dos familiares. Segundo as autoras:

O déspota é o senhor absoluto de suas propriedades móveis e imóveis e das pessoas que dele dependem para sobreviver (escravos, mulher, filhos, parentes e clientes)... Sua principal característica é a de ser o autor único e exclusivo de normas e regras que definem a vida familiar enquanto espaço privado, dele dependente. (AZEVEDO; GUERRA, 1994, p. 91)

Na realidade, acreditamos que as autoras buscaram um termo para caracterizar a “prepotência” que essa figura exerce sobre a família, mas que, nos dias atuais, não retrata as condições de sobrevivência de uma grande parcela das famílias brasileiras em que as mulheres assumiram a posição de provedoras. O sentido que vislumbramos na colocação das autoras e adequado para o caso é o de senhor absoluto que abusa do poder e da autoridade, na medida em que “usa” a criança ou qualquer outro membro da família como “objeto” para satisfação das suas necessidades.

A segunda característica, a “falta de limites”, comentam as autoras, além de possibilitar as “intrusões na intimidade dos mais fracos, desrespeito, violência, etc.” (AZEVEDO; GUERRA, 1994, p. 91), possibilita a inversão de papéis de modo que as crianças/ adolescentes, frequentemente, são conduzidas a “paternalizar os pais”.

A terceira é a “a confusão de discurso” e diz respeito à distorção da resposta, isto é “a criança pede carinho e recebe sensualidade; pede proteção e recebe abuso; pede respeito e recebe coação, chantagem, humilhação” (AZEVEDO; GUERRA, 1994, p. 91). Frequentemente, essas respostas são acompanhadas de insinuações de que “é para teu próprio bem”.

Por fim, a “toxicidade”, segundo as autoras, “os adultos (geralmente os pais)”, com suas práticas abusivas, intoxicam, compulsivamente, os seus filhos. “Por isso mesmo a dinâmica da violência doméstica contra crianças e adolescentes vem sendo comparada à dinâmica da drogadição” (AZEVEDO; GUERRA, 1994, p. 91).

As autoras pontuam que os genitores que praticam o abuso sexual contra seus filhos, geralmente, “com raras exceções são homens bem integrados socialmente e exibem uma fachada de respeitabilidade” (AZEVEDO; GUERRA, 1994, p. 91). Segundo as autoras, essa é a posição mais aceita, a nível internacional. Convém, nesse ponto, trazermos a posição das autoras, com relação a mitos e fatos sobre a violência sexual doméstica: um dos mitos é que os perpetradores “são homens velhos, violentos, alcoólatras e desempregados. São sexualmente depravados, homossexuais, retardados ou loucos”. O fato é que os abusos sexuais acontecem, independentemente, de classe social, nível socioeconômico, raça, etnia e religião. Crianças são envolvidas no abuso sexual, na cidade e na zona rural. A maioria dos agressores sexuais é heterossexual e tem relações sexuais com adultos (AZEVEDO; GUERRA, 1994, p. 140).

Pereira (2002) e Miller (1994), paradoxalmente, ao que afirmam Azevedo e Guerra (1994), trazem a perspectiva de o agressor ser aquela figura mais presente na vida da criança, de forma mais cuidadora e carinhosa. Nessa perspectiva, Pereira (2002, p. 19) afirma que “o agressor: geralmente é homem, pai, padrasto, parente ou pessoa que tem proximidade ou afeição para com a vítima e é de sua confiança”. Miller (1994, p. 190) pontua que para a criança:

O relacionamento pode ser mais primário do que até mesmo o trauma da violência ou da violação física. O perpetrador não apenas é uma poderosa figura provedora de cuidados no mundo da criança, mas paradoxalmente, pode estar mais presente e ser mais carinhoso e amoroso do que qualquer outra pessoa em sua vida. Com assiduidade, este é o caso na vida de crianças negligenciadas, que podem experimentar a atenção (e às vezes o remorso pós-sexual) como um modo de ser “especial” para o adulto.

Por mais curiosa e interessada, em questões sobre sexo, que a criança demonstra ser, entendemos que o adulto, no seu papel de cuidador, orientador e transmissor dos valores, estabelecidos, hegemonicamente, em nossa cultura, não deveria extrapolar os limites de informações, demandadas pela criança e compatíveis com o seu estágio de desenvolvimento. Assim compreendido, as atividades sexuais, estabelecidas em Lei como abuso sexual e, no caso específico, contra crianças e adolescentes, estão a serviço de atender às necessidades e o desejo do perpetrador. Nessa perspectiva, Funniss (1993, p. 22), considerando que as crianças não reúnem condições de dar seu consentimento, ressalta que “as atividades sexuais adultas com crianças são realizadas para a satisfação dos desejos sexuais do adulto e não em resposta às necessidades da criança”. Considera, ainda, o autor (1993, p. 37), que o abuso sexual é um processo “conduzido pela compulsão à repetição”. Ao percebermos o abuso como uma compulsão, entendemos que esse “cuidador”, no auge da excitação sexual ou de um estado de raiva, como pontua Miller (1994, p. 190), “perpetra a violação sem

qualquer conscientização empática sobre” a condição e a experiência da criança.

Cromberg (2001, p. 24) enfatiza que o perpetrador “desprovido de empatia não se representa no mundo das emoções do outro e joga com o sexo do seu próprio filho da maneira mais alegre e amorosa e se assombra quando o discurso social o nomeia de - incesto” - abuso sexual. Por sua vez, as crianças ao compreenderem o discurso social, possivelmente, “experimentarão” o ato abusivo “como um crime”.

Segundo Furniss (1993, p. 53-54), na situação do abuso prolongado, as crianças sentem-se, emocionalmente, incompreendidas e desamparadas, desacreditadas e desprotegidas, culpadas, sujas, não amadas e são dominadas pelo medo de serem castigadas pelos pais que os impedem de revelar o abuso. Por sua vez, “experenciam suas mães como emocionalmente rígidas e distantes”.

Todas as crianças em terapia, em certo estágio ficam com raiva da pessoa que abusou, por ter abusado, assim como todas culpam suas mães, em determinado estágio da terapia, por não tê-las protegido do abuso e pela posição de desamparo e desespero que tiveram de suportar na família, sem poderem falar para ninguém sobre a experiência do abuso sexual, às vezes extremamente assustadora ou desorientadora (FURNISS, 1993, p. 54).

Amazarray e Koller (1998, p. 8) comentam a dinâmica do abuso intrafamiliar, à luz dos estudos de Flores e Caminha (1994), que ressaltam a disfuncionalidade, dessas famílias, no tocante ao seu papel de agência socializadora primária e as características sugestivas da ocorrência do abuso intrafamiliar, tais como:

Violência doméstica; pai e/ou mãe abusados ou negligenciados em suas famílias de origem; pai alcoolista; pai autoritário demais ou excessivamente moralista; mãe demasiado passiva e ausente; cônjuges com relação sexual inadequada; famílias reestruturadas (presença de padrasto ou madrasta); pais que acariciam seus filhos ou exigem determinado tipo de carícias dos mesmos, violando a privacidade sexual; pais que permanecem muito tempo a sós com seus filhos; filhas desempenhando papel de mãe; filhas promíscuas ou que apresentam comportamento autodestrutivo; crianças isoladas e retraídas, com poucos amigos ou crianças que apresentam comportamento sexual inadequado para sua etapa de

desenvolvimento. Além disso, essas famílias costumam assumir atitudes de hostilidade diante de pessoas desconhecidas e os pais dificilmente autorizam entrevista de um profissional a sós com sua filha.

Cromberg (2001, p. 27), citando Naouri (1994), ressalta o limite entre a afetividade e a sexualidade nas famílias em que ocorre o abuso:

Os estatutos afetivos e sentimentais são mal definidos, os códigos comportamentais são frouxos, o limite entre a afetividade e a sexualidade não é claro, um beijo na face pode ser interpretado como um convite sexual. Aí as relações não desenham fronteiras gestuais claras e, portanto, reasseguradoras. Se ao contrário, os sentimentos foram claramente moldados ao curso da ontogênese, um beijar na boca acidental, mais freqüente, entre mãe e filho, não provocará nem angústia, nem agressividade, só o riso.

Mattos (2002, p. 178) comenta que, nos sete casos por ela estudados, sendo as vítimas quatro meninas e três meninos, as reações das famílias variaram do impedimento do contato da vítima com o perpetrador, até à punição da própria criança. “Em seis casos, as pessoas eram conhecidas (dois pais, padrasto, parentes, pessoas de confiança da família), todas do sexo masculino, tendo três deles menos de doze anos. Em apenas um caso foi relatado alcoolismo”. Ressalta, ainda, que o tempo, entre a revelação e o atendimento, variou de poucas semanas, até dois anos. Um caso foi reportado pela irmã, outro pelo médico que identificou uma DST. Todos os outros vieram à lume através da própria criança, sendo que uma delas, após três anos, depois de ter cessado a prática do abuso. Os casos de abusos variaram de um único episódio, isto é, uma vez, até dois anos de abuso continuado.

No caso dos meninos que sofreram abuso sexual, Mattos (2002, p. 196) constata que as reações dos pais e das mães mais freqüentes são de susto, culpa, medo do agressor e de novo abuso. Suas primeiras preocupações são de “continência” e com a identidade sexual da criança.

Furniss (1993, p. 53) destaca o papel da mãe, como progenitor não-abusivo. Para o autor, elas “podem determinar a cultura familiar em termos da qualidade dos relacionamentos emocionais na família”. Nesse papel, a sua função de protetora “é crucial no abuso sexual prolongado”, tanto para proteger o perpetrador, como para resguardar a criança.

De acordo com o autor, nas famílias rígidas e moralistas, as mães, geralmente, assumem um cuidado compulsivo em substituição a atitudes moralistas ou punitivas, em relação à sexualidade. Essas mães cuidam muito bem de seus filhos, entretanto, diante da situação do abuso, pode emergir uma distância entre mãe-criança. Muitas vezes, quando as crianças tentam revelar o abuso, elas ou “desconsideram essas declarações ou não levam a sério suas filhas e filhos, embora possam tomar medidas para desmentir as alegações”. Em sua análise, ao comentar o abuso pai-filha, o autor destaca que o abuso sexual, também, acontece em famílias “com relacionamento mãe-filha próximo e protetor”. Nesses casos, as mães revelam, de imediato, e o abuso não se transforma em um abuso continuado, pois “elas captam o sinal do abuso sexual por parte da criança” (FURNISS, 1993, p. 53).

Scodelario (2002, p. 104), ao analisar as dificuldades com os limites nas famílias em que ocorre o abuso, identifica o estado omissivo da função interditora que, muitas vezes, ocorre com o pai e com a mãe. No segundo caso, a mãe, muitas vezes, assume uma posição de desconhecedora e manietada. “Conivente” com o perpetrador – especialmente, quando é o pai biológico – vê-se fragilizada, temerosa e desconhecedora de seus direitos e deveres, incapaz de se defender e dar proteção a seus filhos. Por outro lado, “há mulheres que, apesar de não se atreverem a se defender a si própria, protegem a todo custo seus filhos” (FERRARI, 2002b, p. 91).

Furniss (1993, p. 46-47) comenta que, embora o abuso possa estar ocorrendo há vários anos, “existe o mesmo processo de dissonância e incongruência cognitiva emocional” das primeiras cenas abusivas, como resultante do processo de acomodação da experiência incongruente, forjadora da pseudonormalidade. Segundo o autor, “o desastre é criado pelo processo de nomear o fato do abuso e não pelos anos anteriores de abuso sexual secreto”. No entanto, o autor enfatiza que é necessário, para o seu tratamento, nomear, criar e manter a realidade do abuso sexual da criança.

A revelação induz a uma crise semelhante àquela dos desastres repentinos. A necessidade de atravessar, passo a passo, a seqüência de eventos, de modo a compreender e relacionar emoções específicas a cognições específicas na seqüência do abuso constitui um elemento terapêutico central (FURNISS, 1993, p. 47).

3.5 As conseqüências do abuso sexual para a criança

Sattler (1993, p. 43-45) comenta que, no atendimento clínico, “a situação de abuso não fica diretamente expressada”, ou seja, como figuras aparecem outros sintomas tipo “depressão, tentativa de suicídio, uso do álcool ou drogas, promiscuidade, dificuldades escolares, distúrbios do sono ou de alimentação”. A autora, em seu comentário, assinala que, mesmo em um clima não violento, a vivência do abuso é:

Uma experiência bastante dolorosa e desorganizante, pois há uma quebra na confiança básica da criança, com relação a seus pais, isto lhe resulta em desilusão e em incapacidade de confiar nas pessoas e, em decorrência, em si mesmas e em seu valor, fazendo com que se sinta só e vulnerável frente à vida.

Para a autora, o isolamento, a falta de vínculos de amizade podem ser sintomas da ocorrência do abuso. As crianças, que sofreram o abuso sexual, não

toleram um contato autêntico com outras pessoas, pois essa aproximação é associada ao abuso sexual.

Furniss (1993, p. 15) enfatiza que as conseqüências psicológicas (os danos), podem estar relacionadas aos seguintes fatores:

À idade de início do abuso, a duração do abuso, ao grau de violência ou ameaça de violência, a diferença de idade entre o abusador e a criança, ao grau de relacionamento entre o abusador e a criança, a ausência de figuras parentais protetoras e ao grau de segredo.

Para Mattos (2002, p. 180-182), as conseqüências psicológicas do abuso sexual contra crianças variam de acordo com: a idade da vítima e do agressor, o grau de relação entre ambos, a personalidade da criança, a duração e a freqüência do abuso, o tipo e gravidade do ato e as reações do ambiente. Para a autora, as crianças, na faixa entre três e cinco anos de idade, são tão frágeis à sedução quanto às ameaças. Por sua vez, quanto maior for o grau de intimidade da relação entre a criança e o perpetrador, maior é o paradoxo entre proteção e abuso. As crianças, nessa faixa etária, tímidas e inibidas, tendem a verbalizar menos o que lhes ocorrem, agregando-se ao referido caso, sua pouca capacidade de expressão verbal. Dessa forma, elas ficam mais vulneráveis à repetição do abuso e, quanto maior a freqüência e a sua duração, maior é o dano. A excitação não elaborada, a culpa, e a ansiedade, agravadas pela dor física, pela impotência, pelo desamparo e pelo medo da morte podem ser mais prejudiciais que o ato sexual em si. Ao comentar sobre as reações do ambiente, a autora enfatiza:

Os danos são maiores quando a família, escola médicos e agentes legais ignoram os apelos da criança, duvidam de sua palavra, responsabilizam-na pelas agressões ou obrigam-na a passar por exames mal conduzidos e até dolorosos, depoimentos sem fim e acareações com aquele que a abusou (MATTOS, 2002, p. 181).

De acordo com a autora, o medo, as perdas de confiança e de controle surgem, em função da síndrome do estresse pós-traumático e das queixas somáticas “(distúrbios de sono, mudanças nos hábitos alimentares, enurese, encoprese, afecções digestivas, como dores, diarreia e obstipação)”. Em sua classificação os efeitos imediatos relacionam-se à mudança súbita de comportamento, à inibição ou agitação psicomotora e fobias. Afirma, ainda, que a confusão que surge, a partir daí, provoca o não reconhecimento dos seus desejos e sentimentos, tornando-os presas fáceis à submissão e, por conseguinte à provável revitimização (MATTOS, 2002, p. 181-182).

Kaplan, Sadock e Grebb (1997, p. 741) afirmam que crianças que sofreram abuso sexual, geralmente, apresentam grau de impulsividade, comportamentos autodestrutivos e suicidas, conforme relatos de adolescentes. Assinalam, ainda, que:

Podem ser observados em algumas vítimas o transtorno de estresse pós-traumático e transtornos dissociativos. “O abuso sexual é um fator preexistente comum no desenvolvimento de um transtorno de identidade (também conhecido como transtorno de personalidade múltipla). Sinais de dissociação são descritos como períodos nos quais as crianças mostram-se amnésicas, não sentem a dor ou sentem que são outra pessoa. O transtorno da personalidade *borderline* tem sido descrito em alguns pacientes com história de abuso sexual. O abuso de substâncias também tem sido relatado com alta frequência entre adolescentes e adultos que sofreram abuso sexual quando crianças

Os autores (1997, p. 741) ressaltam que as conseqüências psicológicas e físicas do abuso sexual infantil podem ser destruidoras e irreversíveis.

As crianças sexualmente estimuladas por um adulto sentem ansiedade e excitação excessivas, perdem a autoconfiança e se tornam desconfiadas em relação aos adultos. Sedução, incesto e estupro são fatores predisponentes importantes para a formação de sintomas posteriores como fobias, ansiedade e depressão. Essas crianças tendem a ser hipervigilantes à agressão externa, o que se evidencia por uma incapacidade para lidar com seus impulsos agressivos relacionados aos outros ou com a hostilidade alheia a elas dirigida (KAPLAN; SADOK; GREBB, 1997, p. 741).

De acordo com os comentários de Kaplan, Sadock e Grebb (1997, p. 741), os sintomas depressivos, frequentemente, diagnosticados, são associados à “vergonha, culpa e um senso de que a vítima foi permanentemente danificada”.

Ferrari (2002b), citando López e Sanchez (1991), menciona os efeitos imediatos mais habituais, como sendo: medo, hostilidade diante do sexo do perpetrante, culpa, depressão, baixa auto-estima, conduta sexual anormal (masturbação excessiva, exibicionismo), angústia, agressões, condutas anti-sociais, sentimentos de estigmatização. Como efeitos físicos, o distúrbio do sono, mudança de hábitos alimentares, DST e gravidez. Classificando, como efeitos sociais, os mais comuns, para o autor, são as dificuldades escolares, discussões familiares, fuga, delinqüência e prostituição. Com relação aos efeitos, a longo prazo, são relacionados: fobias, pânico, personalidade anti-social, depressão, idéias, tentativas e consumação de suicídio, sentimentos introjetados de estigmatização, isolamento, tensão, dificuldades alimentares e dificuldades de relacionamento com pessoas do mesmo sexo do sujeito perpetrador (amigos, pais, filhos, companheiros), reedição da violência, revitimização, distúrbios sexuais, drogadição e alcoolismo.

Nessa perspectiva Azevedo e Guerra (1994, p. 41) afirmam:

As dificuldades mais sérias costumam ser sentimentos de culpa, sentimentos de auto-desvalorização, depressão, podendo levar ao suicídio. Os problemas de relacionamento social costumam abranger sentimentos contraditórios em relação aos agressores (raiva, medo, amor, etc.). Também timidez, medo das pessoas podem ser conseqüências possíveis.

De acordo com as autoras os sentimentos contraditórios que surgem, em relação aos perpetradores do abuso, podem dar origem a conflitos de relacionamento social como timidez, medo das pessoas, etc. Enfatizam que “As dificuldades emocionais mais sérias costumam ser sentimentos de culpa,

sentimentos de auto-desvalorização, depressão, podendo levar a suicídio”. “Na área sexual alguns dos problemas envolvem dificuldade de se relacionar com homens, promiscuidade e prostituição” (AZEVEDO; GUERRA, 1994, p. 41).

Observamos, nos comentários de Ferrari, Azevedo e Guerra, um olhar voltado, em especial, para as vítimas do sexo feminino. Acreditamos que essa carência de literatura em relação ao abuso sexual, praticado contra crianças do sexo masculino, deva-se ao fato do predomínio de crianças do sexo feminino como objetos da violência sexual e da restrita possibilidade de acesso às crianças do sexo masculino, possivelmente, em função do segredo que envolve o ato. A referida escassez ficou evidente, em nossa análise, pois as conseqüências psicológicas do abuso sexual, praticado nos meninos, relatadas pelas participantes, estão compatíveis com as das meninas, tratadas na literatura estudada. Entretanto, a “crise de identidade sexual” e a “preocupação com a homossexualidade”, frequentemente, observadas nos meninos, não são abordadas na literatura.

A estigmatização social e a traumatização secundária, no processo individual, são danos secundários, sofridos pela criança, objeto do abuso sexual. Nesse aspecto, Furniss (1993, p. 23-24) comenta:

As crianças que sofreram abuso sexual e suas famílias podem se tornar socialmente estigmatizadas pela reação dos vizinhos, escolas e companheiros. A criança muitas vezes também é vítima pelas conseqüências da separação familiar. Dificuldades materiais e sociais trazem problemas adicionais quando as pessoas que cometeram o abuso deixam a família ou vão para a prisão. As crianças que sofreram abuso sexual podem finalmente induzir traumatização secundária através de seu próprio comportamento. Elas frequentemente provocam rejeição, punição ou novo abuso através de comportamento sexualizado ou de vítimas que as torna mais vulneráveis e incapazes de se protegerem das conseqüências de sua própria comunicação sexualizada e mensagens de vítima. Esse processo pode facilmente conduzir à indução de ciclos inteiramente novos de vitimização secundária e abuso.

3.6 O segredo: a negação, a mentira e o silêncio

Araújo (2002, p. 7) comenta que, em toda violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, principalmente, no caso de abuso sexual, acompanhado de “sedução e carinhos que mascaram a violência e o abuso”, é estabelecida uma “confusão de papéis e funções”. De acordo com sua análise, a criança torna-se confusa e “dependendo, da relação que mantém com o agressor, ela oscila entre calar ou denunciar, tais atos, praticados por alguém, que por obrigação, deveria lhe dispensar cuidados e proteção”.

Scodelario (2002, p. 99) comenta que o discurso do perpetrador do abuso sexual, com frequência, é bastante sedutor, gerando uma auto-imagem que confunde e aprisiona a própria família, achando-o incapaz de praticar tal ato.

Perrone e Nannini (2000, p. 95) enfatizam que, nas famílias em que ocorre o abuso sexual de crianças, a interdição do ato abusivo se desloca para a palavra com a verbalização da frase: “está proibido falar”. De acordo com os autores, o segredo do abuso se guarda, tão fortemente selado, quanto mais sejam reforçadas as ameaças verbais e as violências físicas dirigidas à criança. Dessa maneira, além de sua confusão e de suas dúvidas, o menino não pode imaginar, facilmente, como escapar de um sistema cujos objetivos prioritários são a solidariedade e a coesão familiares e do qual é tão dependente (tradução nossa).

As considerações de Krestan e Bepko (1994), sobre as conseqüências da manutenção do segredo familiar, são confirmadas por Miller (1994), na Clínica, ao se deparar com os sintomas no abuso de substâncias, transtornos alimentares, automutilação e relacionamentos rompidos de seus clientes. Assim, confirma o poder do segredo, no caso específico, do abuso sexual infantil, de distorcer a

experiência de vida e de levar o sujeito à angústia da doença emocional e da dor psíquica. Ele, também, constata o jogo complexo e contraditório de ódio, desejo, lealdade, medo, paixão e amor, inerentes ao relacionamento abusivo.

Krestan e Bepko (1994) falam sobre o segredo, como algo escondido ou encoberto e que a sua guarda bloqueia o fluxo de informação entre as pessoas, impedindo-as de compartilhar e privando-as do conhecimento e da verdade. Os segredos impossibilitam vínculos pessoais, prejudicam a intimidade, confundem e distorcem, criam dificuldades e tensões desnecessárias. Como resultados deste não-dito, comportamentos disfuncionais, mais cedo ou mais tarde, podem tornar-se manifestos, como beber e/ou consumir drogas; de modo que o segredo mais bem mantido transforma-se no acobertamento do significado e da consequência do não-dito primário, ou seja, o fracasso para designar o problema como sendo “o problema”, a *negação* e, nesse contexto, o sistema familiar fica vulnerável ao bloqueio dos sentimentos.

Como ressaltam as autoras, por sua vez, a negação pode levar ao uso de mentiras, as quais, no nosso entendimento, se tornam disparadores eventuais, na criação de matizes que buscam justificar, para si, certos comportamentos, levando as pessoas a acreditarem, nelas, como realidade. À medida que as mentiras e as negações distorcem a realidade, ocorre o mesmo com o afeto, podendo inibir toda e qualquer comunicação sobre os sentimentos. Assim, atinge-se “o nível mais profundo e complexo da manutenção de segredos na família”, o silêncio, numa falta de contato com os sentimentos e sua expressão, numa ausência emocional do contexto relacional, ou seja, “desaparecido em ação” (KRESTAN; BEPKO, 1994, p. 148).

A negação, a mentira e o silêncio estão, intrinsecamente, ligados, no processo de distorção da realidade e da invalidação progressiva da experiência, que ocorre, no sistema familiar, ou seja, está no núcleo de discussão sobre qualquer processo adctivo, envolvido na situação. Para as autoras, a negação, os comportamentos inadequados, o uso de drogas e padrões adaptativos, desencadeados na família, como alianças, triangulações, lealdade, comportamentos super e sub-responsivos e a negação profissional são sustentados pela vergonha e pelo medo, em relação ao fato acontecido.

Conforme Kaplan, Sadock e Grebb (1997, p. 740-742), as crianças, menores de 3 anos de idade, “tendem a não produzir uma recordação verbal de traumas ou abusos passados; contudo suas experiências podem ser refletidas em seus jogos e fantasias”. Os autores apontam que o abuso sexual, envolvendo pai e filho, é, raramente, denunciado. Em geral, os sentimentos são expressos, através de “de culpa, vergonha, ignorância e tolerância da vítima”, que contribuem para a não revelação do abuso sexual. Por outro lado, “a relutância de alguns médicos em identificar e denunciar o abuso sexual, a insistência dos tribunais por evidências explícitas e temores de dissolução da família por seus membros, se o abuso sexual for descoberto” são fatores subjacentes para não revelar. Segundo os autores, a dificuldade em quantificar a incidência concreta do abuso sexual é devida “à vergonha e ao embaraço geral da família envolvida”. O número de casos relatados é mais freqüente na população de “nível socioeconômico inferior”. Atribuem essa freqüência “ao maior contato com órgãos da saúde pública e agentes da Lei”. Isso, no entanto, não reflete uma maior incidência nesses grupos sociais, pois o abuso nas famílias economicamente estáveis é menos exposto do que nas famílias pobres.

Araújo (2002) assinala que o ato da denúncia, a busca de romper o ciclo do abuso, através de medidas judiciais, e investir na mudança das relações, é complexo e, na maioria das vezes, encontra empecilhos de ordem econômica, pois o perpetrador, também, é o provedor familiar.

Miller (1994, p. 190) considera que nem sempre forçar a revelação do segredo do abuso contribui para a criança, pois um outro problema que afeta tanto a criança quanto os adultos da família, é a ameaça ao relacionamento da criança com o perpetrador. De acordo com a autora, geralmente, para as crianças negligenciadas, a figura perpetradora do abuso é a provedora de cuidados, mais amorosa e carinhosa, estando mais presente em sua vida.

Azevedo e Guerra (1994, p. 141), ao comentarem sobre mitos e fatos, relativos à violência sexual doméstica, enfatizam que as crianças, habitualmente, não esquecem o ato abusivo e justificam a ocultação do “seu sofrimento, sua confusão e seu ódio” em relação ao fato, como sendo decorrente de acreditarem que os adultos não querem ouvir falar sobre o assunto. Possivelmente, essas crianças interpretam o silêncio dos adultos, como “uma censura ou raiva”. Quanto à revelação do “segredo”, comentam as autoras, “as crianças podem não falar por medo de violência contra si ou contra alguém que amam”. Segundo as autoras, as crianças, possivelmente, escondem o fato, não só por medo da “censura”, como também por receio da ruptura familiar.

No caso de abuso sexual, contra os meninos, Gobbetti e Cohen (2002, p. 158) levantam a hipótese de que os mesmos tenham mais dificuldades para discriminarem e denunciarem o ato abusivo, pois, em sua grande maioria, trata-se de relações homossexuais, implicando em mais um fator discriminatório e estigmatizante.

Outros motivos, levantados por Scodelario (2002), são: achar que ninguém irá protegê-lo, achar que a mãe sabe e não pode fazer nada, medo de perder o afeto do agente perpetrador, receio de que os outros não acreditem e medo de represálias.

Roland Summit (1983), citado por Furniss (1993, p. 34-35), descreve que as crianças, objeto de uma ação abusiva, contínua, mantidas “em segredo, desamparo e sendo enganadas”, vão se adaptando a uma situação que, com o passar do tempo, se torna “intolerável”. Segundo o autor, a perpetração abusiva, maléfica à vida física e psíquica da criança, desenvolve, comumente, um processo de acomodação a uma pseudonormalidade. No nosso entendimento, isso ocorre como o resultado da impossível integração psicológica da experiência incongruente. Ou seja, “as estruturas psicológicas básicas que permitem a sobrevivência psíquica se desenvolvem ao custo de uma percepção gravemente distorcida da realidade externa e emocional”. Para Summit, a criança pode desenvolver “estados alterados de consciência” para fugir da experiência dolorosa ou para promover a dissociação do corpo.

Os mesmos mecanismos que permitem à criança a sobrevivência psíquica tornam-se obstáculos a uma efetiva integração psicológica quando adulto. Se a criança não é capaz de criar uma economia psíquica para resignar-se ao contínuo ultraje, a intolerância ao desamparo e o crescente sentimento de raiva buscarão uma expressão ativa. (SUMMIT, 1983 in FURNISS, 1993, p. 35)

Furniss (1993, p. 29) relaciona os fatores externos, os aspectos específicos e os fatores psicológicos constitutivos do abuso sexual, como síndrome de segredo para a criança.

Os principais fatores externos de segredo, relacionados pelo autor são:

1. Prova forense e evidência médica, as quais, raramente, estão disponíveis, visto que nem sempre, a segunda – a evidência médica - se em constitui prova forense, em relação à pessoa que abusa.

2. Acusações verbais, sejam por parte da criança ou de uma outra pessoa que a represente, precisam da admissão da pessoa que cometeu o abuso.
3. Falta de crédito na comunicação da criança, pois, muitas vezes, as crianças tentam dizer às suas mães, a outros membros da família ou até pessoas de fora, mas são chamadas de mentirosas e castigadas, pela revelação. O descrédito também acontece por parte das agências externas.
4. Mentir, sob ameaças, por ser dito à criança que aquilo que acontece é um segredo entre ela e a pessoa que abusa, ao mesmo tempo em que é ameaçada de violência, castigo e/ou de desastre na família, se, por acaso, revelar o abuso.
5. Ansiedades, no tocante às conseqüências da revelação, ligadas à atribuição de culpa e de toda a responsabilidade sobre o “ato”.

De acordo com o autor, a “mentira consciente”, a “negação inconsciente” e a “anulação do abuso”, constituem os aspectos interacionais de segredo, na própria interação abusiva. A mentira consciente “está baseada nos elementos externos do abuso sexual da criança como síndrome do segredo”. Na mentira, a criança está consciente dos “fatos”, enquanto que, “na negação a criança não percebe a comunicação inconsciente do abuso”. Geralmente, a mentira e a negação se confundem, pois, mesmo depois da revelação e da retirada das ameaças legais, o abuso permanece como “segredo de família”. Isso é o resultado da negação. “A mentira relaciona-se ao conceito legal de prova e a negação pertence ao conceito psicológico de crença e assunção da autoria” (FURNISS, 1993, p. 31).

Furniss (1993, p. 34-35), baseado em Bastiaans (1957), considera que as conseqüências, a longo prazo, do processo de acomodação a uma “pseudo-normalidade” da violação da integridade da criança são idênticas à síndrome do campo de concentração, conduzindo a um estado psicológico em que a experiência é apagada, emergindo quando os mecanismos de manejo e as defesas são abalados, em novos episódios estressantes.

Para o autor (1993, p. 35-36), o abuso sexual contra criança, como síndrome de segredo, pode criar problemas de personalidade, de culpa, e de auto-estima, semelhantes aos da síndrome do campo de concentração.

O aspecto comum da culpa não se relaciona à culpa específica do sobrevivente na síndrome do campo de concentração, mas à experiência forçada de viver junto, o perpetrador e a vítima, durante um longo tempo, e ao complexo padrão psicológico desenvolvidor de interdependência e apego entre a pessoa que abusa ou o carcereiro e a vítima. Problemas de culpa e auto-estima também se relacionam à incongruência da experiência de segredo sob ameaça, em que a realidade jamais deve ser mencionada como tal. O segredo, independente das ameaças, constitui um fator perturbador importante, que bloqueia a orientação e a experiência congruente. Em um grau bem menor, nós observamos o mesmo processo psicológico interacional nos casos prolongados de seqüestro. O padrão interacional pseudonormal entre a vítima e o perpetrador torna-se ainda mais complicado pelo fato de que a pessoa que abusa, o guarda do campo e o terrorista não são apenas pessoas que ameaçam a vida e a integridade. Eles são, no momento, os provedores perversos de vida, manutenção e cuidados externos, e inclusive de atenção emocional positiva. Esse elemento é crucial para a compreensão dos vínculos e lealdades possivelmente bizarros entre vítima e perpetrador, e do fato da vítima começar a falar a linguagem do carcereiro. Podem emergir formas de lealdade e apego extremamente difíceis de se compreender e aceitar. Lidar com essas lealdades, vínculos e culpa constitui um elemento central na terapia do abuso sexual da criança (FURNISS, 1993, p. 35-36).

Por outro lado, afirma o autor, que o aspecto fisiológico da excitação e o alívio da tensão sexual, como formador de hábito, podem levar a uma adictividade, no comportamento sexual, difícil de ser tratada. Alerta, ainda, que a atenção abusiva que a criança tem pode ser a única forma de cuidado parental que recebe. Em

consonância, ressalta que, “A confusão sistêmica de hierarquias nos diferentes níveis funcionais em um sistema de segredo une os membros da família em um sistema conivente, em que o abuso sexual pode continuar por muitos anos” (FURNISS 1993, p. 51).

Referindo-se à capacidade do “complô do silêncio”, para manter e reproduzir o abuso sexual na família, Scodelário (2002, p. 100-101) destaca:

Este silêncio conduz à perpetuação do abuso por várias gerações, podendo o mesmo tipo de abuso ser praticado inicialmente com uma filha e /ou filho, em seguida com a neta, e ainda esses filhos abusados sexualmente abusar de seus próprios filhos e/ou sobrinhos.

Silva (2002, p. 76-78) comenta que, tanto a menina quanto os meninos, são abusados “desde a mais tenra idade”, porém a partir da adolescência, os meninos, em função do seu porte físico, tendem a se defender e/ou reproduzir o ato abusivo. As meninas, por sua vez, continuam sendo abusadas. As ameaças e as seduções buscam manter o silêncio e o funcionamento sistêmico do abuso. Segundo a autora, devido à maior conscientização, o Estado e a sociedade têm buscado meios de combate e prevenção da violência e na divulgação dos direitos da criança e do adolescente e “a denúncia tem se mostrado importante arma contra a violência intrafamiliar”.

3.7 A abordagem do abuso sexual

Furniss (1993, p. 5) considera o abuso sexual da criança um campo de trabalho complexo, apresentando aspectos normativos, políticos, antropológicos, sociológicos e clínicos. Enfatizando a necessidade de abordar o assunto sob o ponto de vista multidisciplinar, chama a atenção para os seguintes fatores:

Como um problema multidisciplinar, requer a estreita cooperação de uma ampla gama de diferentes profissionais com diferentes tarefas. Como um problema legal e terapêutico, requer, por parte de todos os profissionais envolvidos, o conhecimento dos aspectos criminais e de proteção à criança, assim como dos aspectos psicológicos. Envolve as crianças como seres humanos estruturalmente dependentes, que são pessoas com seus próprios direitos, mas que não podem exercer esse direito elas mesmas, precisando de proteção e do cuidados dos pais. A natureza específica do abuso sexual da criança como uma síndrome conectora do segredo para a criança, a pessoa que cometeu o abuso e a família, e como uma síndrome de adição para a pessoa que cometeu o abuso complica tanto a intervenção legal quanto a intervenção protetora da criança, assim como a própria terapia. (FURNISS, 1993, p. 5).

O mesmo autor (FURNISS, 1993, p. 41-42) analisa a questão do tratamento e da intervenção psicoterápica, a partir da existência de uma “motivação para estar motivado” ou uma “motivação para não estar motivado”. A natureza interacional da motivação, com os profissionais, depende da habilidade dos profissionais e da sua própria motivação. A criança, o indivíduo que comete o abuso e a família podem estar motivados a confiarem e motivados a não confiarem, de modo que a direção da motivação pode estar relacionada a diversos fatores.

No caso do perpetrador, o medo da acusação, do castigo, da punição, do divórcio, da ruptura familiar e da perda do “status” econômico-social são fatores que o levam a evitar a interação com os profissionais. No caso da criança, o rumo da motivação está relacionada à falta de credibilidade, por não ter sido acreditada, anteriormente, por ter sido castigada, por ter servido de bode expiatório, sofrido ameaças e, conseqüentemente, por ter medo das conseqüências da revelação. As mães, por sua vez, temem a perda do parceiro, a ruptura familiar, as perdas do ganha-pão e podem vivenciar o medo de lembrar o abuso sofrido, na infância, além de temer mais danos do que benefícios, provenientes do contato com os profissionais.

Araújo (2002) enfatiza que o trabalho, junto às famílias, às crianças e aos perpetradores, é fundamental. Entretanto, em função de uma ansiedade, frente à situação do abuso, as famílias tendem a fugir do atendimento, tornando-se necessária, muitas vezes, a intervenção judicial para prosseguir, em acompanhamento.

A complexidade do problema, tanto na análise quanto na intervenção, traz, para a criança objeto do abuso sexual, uma série de conseqüências físicas, psicológicas e familiares que poderão se manifestar a curto, médio e longo prazo. Nessa perspectiva, ela pode ser considerada uma criança em situação de risco.

4. OBJETIVOS

4.1 Geral

- Investigar, a partir da experiência clínica de psicólogos que atendem, em Instituições, crianças em situação de abuso sexual, o impacto do abuso sexual intrafamiliar praticado contra meninos.

4.2 Específicos

- Descrever os comportamentos apresentados pelos meninos, após o abuso, (nas dimensões cognitiva, afetiva e social) e os sentimentos por eles experimentados;
- Identificar os familiares que mais perpetraram o abuso sexual e quem os denuncia;
- Caracterizar o funcionamento da família, antes e após a ocorrência do abuso;
- Compreender como as mães e as famílias reagem, frente à situação do abuso e à intervenção psicológica;
- Conhecer as peculiaridades do abuso sexual contra os meninos.
- Detectar a atuação dos profissionais de Psicologia frente à situação do abuso.

5. MÉTODO

Descreveremos o percurso metodológico, de natureza qualitativa, percorrido e os recursos de trabalho, utilizados para a viabilização e o desenvolvimento da pesquisa, incluindo a caracterização dos participantes, o tipo de instrumento empregado e o procedimento para coleta e para a análise dos dados.

Numa abordagem qualitativa, a preocupação maior é com o aprofundamento e a abrangência da compreensão. Nessa perspectiva, busca-se o esgotamento da informação, de modo que a amostra ideal é aquela que é capaz de “refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões” (MINAYO, 2004, p. 102). Segundo a autora, alguns critérios básicos são exigidos para definição do número de participantes:

- a) definir o grupo social mais relevante para as entrevistas;
- b) não esgotar até se configurar o quadro empírico da pesquisa;
- c) prever inclusões progressivas em função das descobertas em campo e seu confronto com a teoria;
- d) não se limitar a uma fonte de dados, multiplicando as tentativas de abordagem.

Baseada nesses critérios, a amostragem qualitativa se caracteriza por (MINAYO, 2004):

- a) privilegiar os sujeitos sociais detentores das informações que o investigador pretende conhecer;
- b) considerar uma quantidade de sujeitos que possibilite a reincidência das informações, sem desprezar aquelas singulares com potencial explicativo;

- c) considerar a diversidade do conjunto de informantes para possibilitar a apreensão de semelhanças e diferenças;
- d) esforçar-se para que as escolhas dos locais e do grupo de informantes contenham as experiências e expressões que se pretende objetivar.

Continuando os escritos da autora, a validade da amostra está na sua capacidade de objetivar o objeto de estudo, empiricamente, em todas as dimensões.

Participantes

Considerando os critérios, acima mencionados, para o profissional participar da pesquisa, era necessário ter formação clínica e atuar, pelo menos, há quatro anos, em Instituições que prestam atendimento às crianças, objeto de abuso sexual, ou seja, desde a implantação, no Grande Recife, do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência sexual Infanto-Juvenil. O limite mínimo, exigido no tempo de atuação, buscou informantes, com experiência clínica e expressões que pudessem melhor contribuir para a elaboração de idéias e reflexões, relativas às questões, levantadas nesta pesquisa.

A escolha dos profissionais foi feita, a partir, inicialmente, de uma lista de localidades e Instituições, envolvidas no atendimento dos meninos que sofreram do abuso sexual, na Região Metropolitana do Recife, fornecida pelo coordenador e pela assistente social do Centro de Referência da Criança e do Adolescente – CERCA*, da Cidade do Recife.

Participaram desta pesquisa, sete psicólogas clínicas, sendo representadas por Instituições que trabalham com atendimento às crianças que sofrem abuso

* Órgão vinculado a Secretaria da Política de Assistência Social e a Secretaria de Saúde da Prefeitura do Recife. Oferece atendimento médico, jurídico e psicossocial às crianças e adolescentes vítimas de violências e exploração sexual, bem como as suas famílias.

sexual, pertencentes à Região Metropolitana do Recife. As Instituições e as participantes (Alexandra, Ana, Cláudia, Madalena, Maria, Marta e Mary) foram denominadas, de forma fictícia, com o intuito de preservar o “sigilo de ordem institucional e natureza profissional”.

Uma psicóloga é mestrande e possui Cursos de Especialização e Pós-graduação; duas fizeram Pós-graduação, uma possui Curso de Especialização. O tempo de formatura variou entre dez a trinta anos e o tempo de atuação de quatro a trinta anos, sendo quatro psicólogas entre quatro e nove anos de atuação e três entre vinte e trinta anos de atuação.

Instrumento

Como instrumento de coleta de dados, visando a orientar a entrevista e apreender o ponto de vista das participantes, caracterizados nos objetivos da pesquisa, utilizamos, como facilitador de abertura e de ampliação e de aprofundamento, um roteiro semi-estruturado (Anexo B), aplicado, na entrevista individual, com as participantes. Nesse roteiro, inicialmente, constam três perguntas, com o intuito de atender aos objetivos da Pesquisa, no que diz respeito à percepção que os profissionais têm dos meninos que sofreram do abuso sexual, com relação aos comportamentos, sentimentos e conseqüências psicológicas, observadas, após a ocorrência do abuso. Em seguida, sete perguntas que buscaram caracterizar o funcionamento das famílias e as atitudes das mães. Por último, perfazendo um total de doze perguntas, buscamos caracterizar o abuso sexual contra meninos e contra meninas e, finalmente, a postura do profissional de psicologia, frente à situação do

abuso. Encerrando o roteiro de entrevista, constaram perguntas referentes aos dados sócio-demográficos das participantes.

Procedimentos éticos para a coleta de dados

Inicialmente, cada uma das Instituições foi contatada para marcarmos uma visita com o objetivo de levarmos uma carta de apresentação da Universidade, solicitando a sua – da Instituição – participação, nesta Pesquisa e para que pudéssemos explicar a sua – da Pesquisa - natureza, seus objetivos e métodos (Anexo A). Após a aprovação do projeto (Anexo C), pelo Comitê Científico de Pesquisa - CCP e Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da Universidade, sob o número CAAE-0067.1.096.685-05 (CEP-086/2005), agendamos a data de realização da entrevista.

Procedimento de coleta de dados

Procuramos cada uma das participantes em sua instituição de trabalho, em horário, previamente, agendado. Antes de iniciarmos a entrevista, esclarecemos à participante que as questões que seriam abordadas diziam respeito a crianças do sexo masculino, vítimas do abuso sexual, dentro da própria família e que esse universo deveria fazer parte da sua experiência clínica. Todas as profissionais entrevistadas foram informadas da pesquisa e usaram da sua liberdade para decidir sua participação e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de participação na pesquisa (Anexo D). As entrevistas foram realizadas, após a aprovação do Projeto pelo Comitê Científico de Pesquisa e o parecer favorável do

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade. Todas as entrevistas foram realizadas, individualmente, e gravadas, em fita cassete. Uma síntese com os principais dados obtidos encontra-se nos Anexos E e F deste trabalho.

Procedimento de análise das entrevistas

Após a transcrição das entrevistas, foi realizada a Análise de Conteúdo das mesmas (MINAYO, 2004) e, especificamente, Análise Temática, que “consiste em descobrir os *núcleos de sentido* que compõem uma comunicação cuja *presença* ou *freqüência* signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (MINAYO, 2004, p. 209). Assim, foram destacados dois grandes eixos temáticos, a saber: percepção das psicólogas, em relação ao menino e em relação à família, subdivididos em quinze subtemas, elencados da seguinte forma:

Percepção no tocante ao menino: os comportamentos observados e os sentimentos identificados (em relação a si, ao ato, ao perpetrador do abuso, à família e aos amigos).

Percepção no que diz respeito à família: as pessoas que mais abusam, o funcionamento da família antes e depois do conhecimento do abuso, os comportamentos adotados pela família em relação ao perpetrador e ao menino após o conhecimento do abuso, como as mães reagem frente à situação do abuso sexual contra o filho, quem denuncia o abuso, a atitude da família frente à intervenção psicológica, a existência de outros casos de abuso na família. E acrescentamos: a percepção de diferenças quanto ao abuso sexual contra meninos para o abuso sexual contra meninas e as atitudes dos profissionais de Psicologia frente à situação do abuso sexual infantil.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresentaremos, inicialmente, as informações, referentes ao primeiro eixo temático, que é a percepção das participantes em relação aos meninos que sofreram o abuso sexual intrafamiliar. Em seguida, discutiremos o segundo eixo temático constituído das percepções das participantes com relação às famílias das crianças vitimizadas.

6.1 Percepção das participantes, com relação ao menino, objeto do abuso sexual

“Eu não quero falar sobre isso, eu não quero falar disso”.
(C1, 7 anos)*

Ao descrever como percebe os meninos que sofreram o abuso sexual intrafamiliar, a psicóloga Cláudia aponta:

É a principio, o menino, tem muita inibição de falar sobre a violência que ele sofreu. Então, quando ele chega, normalmente, foge da violência, através das brincadeiras e ele, normalmente, faz com que essa violência seja camuflada dentro da sessão. Mas, ao mesmo tempo em que ele camufla, ele, também, revela, e revela, na própria brincadeira. Ele usa a brincadeira pra fugir do assunto e na própria brincadeira, ele, também, revela, a partir do momento em que ele escolhe os objetos. A partir do momento em que ele escolhe o que ele vai querer fazer, na sessão, o que ele vai querer falar na sessão. Então, sempre, eu observo uma grande inibição, uma grande vergonha de falar sobre a violência. Então, quando eles vêm falar sobre o que aconteceu, já assim, já leva um tempo que ele está aqui. Que ele está na sessão, que ele já confia que ele já pode se soltar um pouco mais para se permitir falar, porque ao mesmo tempo em que tem uma vergonha, tem uma dor muito grande também. (...).

A princípio, a primeira condição necessária para o estabelecimento de uma relação com outra pessoa é a disposição para estabelecê-la. Nessa perspectiva, a

* C representa criança e o número corresponde ao menino citado pelas profissionais, idade do menino.

criança pode estar motivada ou não, à interação psicoterápica. Um dos fatores que pode provocar a desmotivação na criança é à falta de credibilidade anterior, na família, ao fazer os primeiros comentários sobre o abuso (FURNISS, 1993). Outros fatores são os medos da censura e da ruptura familiar (FURNISS, 1993; AZEVEDO; GUERRA, 1994). Em seguida à disposição, é necessária a existência da empatia entre a criança e o terapeuta. Esta força interacional, dependente da habilidade e da motivação do psicoterapeuta ao se manifestar entre os dois, os aproximará a ponto de haver uma justaposição de intimidades (FURNISS, 1993). Via de regra, independente de idade, aquilo que o cliente traz, para a terapia, como figuras são tensões – sintomas - existentes, provenientes de um fundo que lhe dá forma e, ao mesmo tempo, permite o seu emergir. Essas tensões, ora se expressam como figuras, ora retornam ao fundo, de modo que essa relação figura-fundo é inseparável e, extremamente, fluída, pertencente ao seu “todo”, - o organismo - um sistema único, aberto e individual (BERTALANFFY, 1975). No atendimento clínico, a situação do abuso sexual, geralmente, não fica, diretamente, expressa, sendo citados como figuras outros sintomas (SATTLER, 1993). No caso de crianças menores de 3 anos de idade, por incapacidade de elaboração verbal, elas tendem a não expor uma recordação verbal do abuso passado, mas sua experiência é refletida, através das suas atividades lúdicas e da fantasia (KAPLAN; SADOCK; GREB, 1997). Essa incapacidade de verbalização torna-se mais resistente, para as crianças na faixa etária entre três e cinco anos de idade, quando associada à timidez e à inibição (MATTOS, 2002). A timidez foi um dos comportamentos observados, pelas participantes.

As psicólogas apresentam uma percepção, que está contida no imaginário cultural da sociedade brasileira, de que a pessoa objeto do abuso sexual sempre é

do sexo feminino. Nesse aspecto, Alexandra, Ana, e Mary trazem, através de suas falas a influência da cultura, nesse imaginário e nas expectativas do menino, da família e da sociedade com relação ao abuso sexual infantil. As entrevistadas apontam que os meninos demonstram constrangimento, vergonha, inibição e retraimento em falar da violência sofrida. Ao descrever como percebem os meninos que sofreram o abuso sexual intrafamiliar, as psicólogas comentam:

Na verdade, é assim, como é menos comum o menino ser abusado, ele, quando chega ao Centro de Referência, é mais complicado, pelo fato de a própria sociedade achar que, abusado sexualmente, só acontece com o feminino. Então, ele chega mais constrangido, que passa a ser mais vergonhoso para ele. (...). (Alexandra)

Pela própria conotação cultural, o menino, a criança do sexo masculino, tende a esconder, tende a falar menos do que a menina. Porque se espera que a menina, pela própria cultura, que ela seduza o agressor, mesmo sendo pequenininha, mesmo sendo adolescente. E o menino, se ele fez, então, já está desviando para homossexualidade. Então, o que a gente percebe é que o menino fica mais calado para não ser discriminado. E a família, também, presta menos queixa, quando é criança do sexo masculino, para evitar que ele seja discriminado. (Ana)

(...) Você vê muito esse conflito, é a dificuldade mesmo, como eu estava falando antes com a masculinidade de reconhecer, então, mesmo tendo gente que diz “eu vi que o vizinho abusou”, “não, não abusou estava conversando, estava brincando”. Eu acho que esse conflito mesmo, “se eu reconhecer que fui abusado, eu sou homem?”, eu acho que tem esse grande questionamento. Eu acho que é a masculinidade. (Mary)

As observações, acima, nos remetem ao medo da discriminação e da estigmatização social que, ainda são um risco que a criança e sua família comumente correm por força da informação errada e dos valores, culturalmente internalizados por uma grande parte da população. Furniss (1993) ressalta a possibilidade da estigmatização social, como um dano secundário, proveniente do abuso sofrido, tanto para a criança quanto para a sua família, em função das reações do meio social, quando do conhecimento do abuso. Como, em sua maioria, os abusos cometidos contra as crianças são perpetrados por homens, e no caso

contra os meninos, por ser uma prática entre indivíduos do mesmo sexo, apesar de ser, entre um indivíduo mais velho e uma criança, é uma prática, culturalmente, considerada homossexual, discriminatória e estigmatizante. Por isso, Gobbetti e Cohen (2002) consideram que os meninos possam apresentar dificuldades em reconhecê-la e discriminá-la como abuso. Essa dificuldade ficou evidente na fala da psicóloga Mary, já referida.

Por sua vez, percebemos na fala de Marta resquícios culturais e do preconceito que, ainda, permeiam a sociedade em que vivemos no processo de educação das nossas crianças. Isso fica evidente, na forma como ela percebe as crianças:

Como um indivíduo assim, sofrido, não é? E precisa de ajuda, de resgatar os valores. Porque eu acho a violência sexual muito, assim, a invasão do eu, muito forte. O menino é mais discriminado, a família não tem essa compreensão da violência, não tem essa compreensão, porque, às vezes, até a própria mãe que abusa, como se não acontecesse aquilo ali, estivesse abusando aquela criança, que as conseqüências vêm depois. (...)

A fala de Marta produz, de início, uma visão sensibilizada do drama que representa, para a nossa cultura, o abuso sexual infantil, especialmente, o praticado contra as crianças do sexo masculino. Em primeiro lugar, o conceito de abuso sexual como “uma invasão do eu, muito forte”, nos remete para a concepção do indivíduo como um subsistema de um sistema maior que é a família. Os padrões transacionais no referido sistema, são regidos por regras, hegemonicamente, estabelecidas e adotadas pela sociedade em que estamos inseridos. Em conformidade com a visão sistêmica da família e inerente ao seu funcionamento, surge a noção de fronteiras que estabelece quem e como se participa dos mesmos, isto é, do sistema familiar (MINUCHIN, 1982). Nas famílias em que as fronteiras não são nítidas ou bem definidas, ou quando ocorre o seu rompimento (“invasão do eu”

de acordo com a participante), entre as características dos referidos sistemas familiares encontram-se as carícias inadequadas entre pais e filhos, a violação de privacidade sexual dos filhos e a mãe demasiadamente passiva e ausente (AMAZARRAY; KOLLER, 1998). Por sua vez, a “falta de limites”, como ressaltam Azevedo e Guerra (1994), possibilita, entre outras disfuncionalidade, as intrusões na intimidade dos pais, o desrespeito e a violência.

6.1.1 Comportamentos observados

“Mas a minha mãe sabia, mas ela via e ela não fez nada”.
(C2, 11 anos)

Indagadas se existe mudança de comportamento, nos meninos que sofrem o abuso sexual, as entrevistadas, unanimemente, informam que sim e apontam, como as mais genéricas, a agressividade e a exacerbação da sexualidade.

(...) Agora, dentro da perspectiva psicológica, do quadro emocional da criança, são meninos com nível de agressividade mais exacerbado. (...) (Maria)

Entendemos que a experiência para quem sofre o abuso sexual, com ou sem violência física, é desalojadora. No caso específico das crianças do sexo masculino, aqui estudadas, não foi relatado, pelas participantes, nenhum caso do uso da violência física, exceto ameaças para se manter o segredo, após a ocorrência do abuso. Acreditamos que o desalojamento, ocorre, entre outros fatores, pelo despertar do prazer da excitação sexual, pela tendência a exibirem a nova descoberta sexual através de brincadeiras e na busca de compartilhar comportamentos sexuais com seus pares (KAPLAN; SADOK; GREBB, 1997). A partir de então, acreditamos, como mencionam as participantes, pode emergir uma “exacerbação da sexualidade”, apresentando, essas crianças, comportamento

sexualizado, na maioria das vezes, incondizente com a sua faixa etária. Em nosso entendimento, essas “novidades” podem levá-las à “reprodução” da atividade, também, apontada pelas participantes, na busca de sentirem, novamente, as sensações prazerosas ou, entre os colegas e amigos, tanto na busca do prazer, como para compartilhar o novo conhecimento com os companheiros. Entendemos essa busca do prazer como uma possível “toxicidade”, na medida em que o abuso intoxica a criança (AZEVEDO; GUERRA, 1994), uma vez que a excitação sexual e o alívio da tensão podem formar o hábito do prazer sexual que é difícil de ser tratado (FURNISS 1993).

Segundo constatação de Kristensen (1996), o comportamento sexualizado, emergido, pode evoluir de maneira a colocá-las – as crianças - em uma situação de um novo abuso. O pesquisador ressalta que Schetky (1990) constatou a erotização, o comportamento sexualizado e a revitimização, como efeitos a longo prazo.

Nesse aspecto, Madalena, Maria e Ana comentam:

(...) às vezes, tem crianças que repetem o comportamento com outras crianças do sexo masculino. Também, isso, em escolas ou com vizinhos. Já tive um caso que começou na família. Isso, meninos assim, maiores, entendeu? A gente já atendeu, no caso, meninos entre sete e dez anos. (Madalena)

(...) são meninos que apresentam comportamento da sexualidade incondizente com a faixa etária. O nível de curiosidade, por vezes, muito acima do que na faixa etária, seria esperado. (...) (Maria)

(...) Dependendo da idade, desperta mais, a sexualidade, mais cedo. As brincadeiras erotizadas são dirigidas àquilo. Ele reproduz aquilo que ele viveu. Então, é um comportamento tanto da menina quanto do menino. (...) (Ana)

Algumas dessas crianças, como afirma Mary, apresentam uma “inconstância de comportamento”, partem do “retraimento” para uma “agressão”, na medida em que são confrontadas, e lhes é colocada alguma situação de estresse.

É o que a gente vê muito, muito comum é a questão mesma da agressão. Ficam muito agressivos, nesse limiar de quando é confrontado com quando é colocada alguma situação de estresse é muito mais agressivo. A gente vê, na maioria dos casos, que a gente tem atendido, a criança fica muito agressiva, o adolescente é muito agressivo. (...) muito retraído e quando é confrontado muito agressivo, tem muito essa inconstância de comportamento. (Mary)

Nas palavras de Maria:

(...) De um modo geral, a gente tem a criança que é de nível de agressividade exacerbado, que é uma criança que apresenta uma inquietação extrema, na forma dela se conduzir. (...) é uma criança que tem uma necessidade de domínio em relação ao outro menor, quando pode, ou, por vezes, uma criança extremamente passiva.

De acordo com as constatações de Cláudia, as mudanças são observadas, tanto na família quanto na escola:

(...) Então, na escola são observados dois comportamentos, ou inibição excessiva ou agressividade excessiva, e, normalmente, os alunos que têm a agressividade excessiva, eles buscam reproduzir a violência. Então, é, os meninos que apresentam a agressividade excessiva, eles normalmente tentam reproduzir com outros meninos. seja em espaços de menor circulação de pessoas na escola, ou seja, no próprio banheiro, eles tentam reproduzir a violência sofrida. (...) E esse comportamento, de ficar só, de não participar das aulas, de não participar das brincadeiras, de não se juntar com outras crianças, de não responder mais aos adultos.

Segundo Kristensen (1996), a desatenção da criança, além de relatada, na família, também, foi identificada, na escola, juntamente com a perda de orientação de espaço e tempo. Black e DeBlassie (1993), citados por Kristensen (1996), constataram que crianças em idade pré-escolar podem apresentar comportamentos que variam entre os extremos da “introversão-agressão”. Os conflitos internos que emergem, em função do processo de estigmatização e da insegurança, no tocante à sua orientação sexual (KRISTENSEN, 1996), passam a ter sua expressão em forma de “comportamentos agressivos” e “isolamento” que podemos chamar de comportamentos “anti-sociais” (AZEVEDO; GUERRA, 1994; KAPLAN; SADOK;

GREBB, 1997; FERRARI, 2002b; MATTOS, 2002; KENDALL- TACKETT; WILLIAMS; FINKELHOR, 1993), conforme apontados pelas participantes.

Para nós, outro fator do desalojamento surge, principalmente, a partir do momento da tomada de consciência pela criança (CROMBERG, 2001), de que aquela atividade à qual foi submetida vai de encontro aos valores, hábitos e costumes, socialmente, estabelecidos, tornando-se mais grave quando praticado dentro da família (MÉLLO, 2006), em especial pelas figuras dos genitores ou padrastos e madrastas.

As “dificuldades de aprendizagem” e os problemas escolares (FERRARI, 2002b), também, são apontados por quatro participantes. Em alguns casos, quando surgem essas dificuldades, a mudança de comportamento é identificada, primeiramente, na escola, conforme observam. De acordo com Cláudia, a escola é a grande detonadora de que algo não está bem com aquela criança, porque, a princípio, ela tende a diminuir, a fracassar o rendimento escolar.

Segundo Marta, para algumas crianças, a aprendizagem é “bloqueada”. Nessa perspectiva, a participante comenta um caso, por ela, atendido:

(...) E, às vezes, é tanta sexualidade que, às vezes, mexe, ele não consegue. Tem que parar a questão da sexualidade, ele foi usado, né? De uma forma, aí, mais agressiva.

Nesse caso, observamos que o dano causado, na criança, é, diretamente, proporcional ao tipo do abuso, à gravidade, à frequência e à duração do ato, entre outros fatores (FERRARI, 2002b; FURNISS, 1993; KAPLAN; SADOK; GREBB, 1997; MATTOS, 2002; KENDALL-TACKETT; WILLIAMS; FINKELHOR, 1993).

Por sua vez, Maria chama a atenção para os sintomas sutis, de modo que, ao não serem identificados, o abuso passa despercebido, muitas vezes, por alguns anos até surgirem os primeiros problemas, como, por exemplo, as dificuldades

escolares, coisas que se manifestam, mais, no espaço social e, geralmente, são atribuídas, popularmente como “coisa da idade”. Nessa perspectiva, comenta:

(...) Então, vai juntando um sintoma sutil aqui, outro ali, outro lá e você vai começando a montar esse quebra-cabeça. (...) dores abdominais, dificuldades esfinterianas.. (...) Então, muitas vezes, sintomas sutis que ficam como se fossem da idade, “isso é da idade, ele está assim por causa da idade”. E depois você começa a juntar, e aí a mãe diz: “há um tempo atrás ele apresentava tal comportamento e eu não percebi, ele ficou com tristeza, muito triste um tempo, o tio veio em casa visitar, e aí ele ficou muito tempo triste, depois que esse tio veio”. Não é? Mas, a gente diz: “é porque o tio tinha ido embora, ele estava com saudade”. E aí, depois, descobre que aquele tio abusou da criança, entende? Quer dizer que foi uma situação pontual e a pessoa não prestou atenção mais, efetivamente, ao que tinha acontecido.

Kristensen (1996) identificou como sinais menos evidentes, observados pelos pais, que levantaram suspeitas de alguma anormalidade com os meninos, foram as dores no corpo, o comportamento quieto e assustado.

No entanto, Alexandra chama a atenção para o fato de que a mudança de comportamento varia de uma criança para outra criança:

Há, agora também é um fato que varia de pessoa para pessoa. Alguns reagem de forma natural, encarando como se fosse algo comum, uma passagem normal da vida. Alguns se fecham bem mais, não é? Para a própria questão de falar desse abuso, que só com o passar mesmo do tempo, do acompanhamento, é que eles vêm a falar, realmente do que aconteceu. É assim, alguns surgem com alguns comportamentos, a ponto de ter que tomar medicação por ficarem, realmente, vamos dizer assim, doentes com o fato de ter sido abusado. (Alexandra)

Indagada sobre qual é o diferencial que contribui para que essas crianças enfrentem a situação, de forma “natural”, a participante ressalta que diz respeito à forma como a família reage à situação do abuso. Existem famílias que alegam ter havido outro caso de abuso, na família, e, nem por isso, a pessoa deixou de levar a vida em frente e tranqüila. Para essas famílias, o fato ocorrido é uma situação que pode acontecer e que faz parte do cotidiano. Casos idênticos foram constatados

por Kristensen (1996), ao registrar o enfrentamento, a tentativa de esquecimento e a evitação, como as perspectivas apresentadas pelas famílias, na situação do abuso sexual contra o filho. Em entrevistas, realizadas com as crianças, o pesquisador veio a identificar o que ele chamou de “enfrentamento”, não permitindo que o fato acontecido atrapalhe seus planos futuros, como umas das formas, através das quais, os meninos procuram lidar com a situação do abuso, pelo menos durante a entrevista com ele.

Ainda, no tocante à reprodução da atividade sexual, Mary pontua:

(...) a gente, aqui, atende, também a agressores sexuais. A gente, já, vê clara a reprodução muito cedo. Crianças que foram abusadas, que têm relato de que foi abusado, o menino com cinco anos, com nove anos está reproduzindo numa outra irmã. (...), a gente começou a atender crianças e adolescentes e, até mesmo, adultos que estão sob suspeita de terem cometido. (...) às vezes, uma criança de oito anos, você não pode dizer que é um agressor sexual, está reproduzindo uma coisa que vivenciou. E a gente já tem recebido casos de meninos de oito ou nove anos que está reproduzindo, com uma criança de dois, três, com o irmão, com a irmã pequena também.

Nessa perspectiva, Maria ressalta que:

(...) não trabalhamos muito com essa visão mais determinista, “o menino abusado, hoje, provavelmente, vai ser agressor amanhã”. (...) a gente percebe que existe uma relação grande, mas também percebe que muitos foram vítimas de violência doméstica, não, necessariamente, abuso sexual. (...)

Nesse aspecto das conseqüências, na área sexual, outras reações relevantes são comentadas, pelas participantes:

Eu tive um caso de uma criança, em que ele foi abusado por um, o avô, é uma família, assim, muito rígida, os pais, não é? (...) E esse menino, depois ele começou a apresentar alguns trejeitos homossexuais, assim de dançar feito menina, de se vestir de menina, de só querer brincar com boneca, algumas coisas assim. E esse menino, um dia, estava numa casa de praia e, à noite, foi alisar um tio, fazer uma carícia íntima no tio. Então, isso foi outra confusão na família, porque os pais passaram a achar que ele estava virando homossexual. (...) Acho que esse comportamento mais afeminado que a gente tá vendo, até que ponto tem a ver com o abuso que ele

sofreu? Quer dizer, o que é que ficou na imagem dele, em relação à própria identidade sexual? Mesmo a criança, se ela se vê como menino e não como menina? Isso, se ele é abusado, por uma figura do sexo masculino, não é? Por que é que depois de tal coisa o menino apresenta gestos afeminados? Será que mexe um pouco com essa identidade, em formação, não é? Isso é coisa para a gente pesquisar, a partir do que ele traz para a terapia, enquanto comportamento manifesto. (...). (Madalena)

(...) Mas o fato é que eles começam a própria idéia de identidade, quer dizer a identidade masculina, com um comprometimento, com insegurança, com um sentimento de menos valia, enquanto pessoa, não é? Refere-se, tipicamente, à identidade sexual, com comprometimento, com muita insegurança, no estabelecimento da relação. (Maria)

(...) eu acho que o dano maior é de identidade, o conflito de identidade. Porque numa época que está estruturando a personalidade, acontece essa invasão do corpo, essa invasão da sexualidade. Aí, então, tem muito esse conflito. (...) (Mary)

Essas brincadeiras e jogos sexuais, apontados pelas participantes (KENDALL-TACKETT; WILLIAMS; FINKELHOR, 1993), também, foram observados por Kristensen (1996). O pesquisador identificou que os meninos, após a ocorrência do abuso, podem apresentar entre as manifestações, relacionadas à sexualidade, o medo da homossexualidade, confusão e dúvidas, no que diz respeito à sua orientação sexual. Foi, por ele, observado que algumas crianças desenvolveram brincadeiras com bonecos, e jogos sexuais, com outros meninos. Dos seis casos, por ele, estudados, três crianças, uma com 4 anos e duas, com sete anos de idade, evoluíram dessas brincadeiras para a busca de contato sexual com outros meninos, sendo os dois casos, com sete anos de idade, na posição passiva (um geralmente buscava meninos maiores de 12 anos de idade). Com o menino de 4 anos de idade, houve uma reversão da posição de vítima para a de agressor.

O despertar mais cedo para a sexualidade, a erotização, os comportamentos abusivos e a repetição do abuso, apontados pelas participantes, encontram sustentação teórica, nos estudos realizados por Kristensen (1996). Segundo o autor,

embora não ocorra, com todas as crianças, tanto a recorrência do abuso, quanto a manifestação do comportamento abusivo, são possibilidades, desenvolvidas a partir do conflito quanto à orientação sexual e do comportamento sexualizado. Por sua vez, Furniss (1993) comenta sobre a excitação sexual como formadora de hábito e difícil de ser tratada. Cabe, nesse ponto, destacar duas observações importantes, no tocante à sexualidade dos meninos, após a ocorrência do abuso. Em primeiro, de acordo com Mary, não se pode afirmar que uma criança, na faixa de 8 anos de idade, é um agressor sexual: não é outra coisa, senão, uma reprodução do que ele vivenciou. Em segundo, é que o mais consistente, na literatura, “é a associação da vitimação com algum grau de desajustamento sexual, incluindo a agressão sexual” (KNUTSON, 1995, citado por KRISTENSEN, 1996).

Seguindo a descrição dos comportamentos observados, Ana e Maria referem-se aos sintomas, decorrentes do estresse pós-traumático (FERRARI, 2002b; FURNISS, 1993; KAPLAN; SADOK; GREBB, 1997; KRISTENSEN, 2006; MATTOS, 2002; KENDALL-TACKETT; WILLIAMS; FINKELHOR, 1993):

As conseqüências são as mesmas que para as meninas. Não têm muita diferença, não. Têm pesadelos, terror noturno, medo de escuro, medo de estranhos, medo de pessoas, medo de sair sozinho, de ficar sozinho. Só fica em companhia daquele responsável que o ajudou, que o atendeu no primeiro momento. Só dorme com uma pessoa ao lado, medo de que a pessoa saia: aí, ele acorda. Então, é uma coisa que vai readquirindo, aos poucos. Ele fica muito assustado, a criança fica muito assustada. (Ana)

(...) são meninos que apresentam distúrbio do sono, (...) a gente vai ter respostas, no sintoma dessas crianças, que pode indicar, de uma exacerbação da sexualidade, pode ser indicativo para situação, não é? Do quadro de agressividade, até características autistas de comportamento. Eu tenho um caso, no atendimento, em que essa criança, que foi abusada com um ano de idade, veio para o atendimento, com quatro anos, com comportamentos, com sintomas de uma criança autista. Então, dependendo da faixa de idade, a gente vai ter respostas no sintoma dessas crianças, que pode indicar, uma exacerbação da sexualidade, pode ser indicativo para situação, não é, do quadro de agressividade até características autistas de comportamento. (...) ela não cria vínculos afetivos, existe uma labilidade afetiva muito grande, é uma criança que tem uma

necessidade de domínio, em relação ao outro menor, quando pode ser, por vezes, uma criança, extremamente, passiva. (Maria)

Quando a perpetração do abuso ocorre, precocemente, na vida de uma criança, conforme descrito acima, a consequência psicológica, caracterizada como um comportamento autista encontra explicação teórica no comprometimento do desenvolvimento do Eu, podendo ficar desintegrado e apresentar quadro clínico de sintomas próximos das psicoses (FERRARI, 2002a; ALMEIDA; DRATCU; LARANJEIRA, 1996).

Para a psicóloga Maria, “o dano psicológico é irreversível” e ressalta:

(...) porque se considera que, como houve uma violência sexual à criança, já houve um dano psicológico. Esse dano é irreversível. A gente tem, como amenizar as consequências, agora, o dano psicológico, é irreversível, não temos como revertermos essa situação. Há como a gente amenizar as consequências psicológicas, os danos psicológicos a ele. (...)

Kaplan, Sadok e Grebb (1997) concluíram que os efeitos psicológicos do abuso sexual podem ser irreversíveis. Para os autores, o abuso sexual é um fator predisponente para a formação de sintomas como as fobias, a ansiedade e a depressão.

6.1.2 Sentimentos identificados nos meninos

“Me dói muito, porque ele fez comigo uma coisa que não era para ser feita”.
(C3, 9 anos)

“Eu sou homem, eu não sou boiola não, não é? Eu não sou gay não, não é?”
(C4, 11anos)

O segundo subtema do primeiro eixo temático diz respeito aos sentimentos, identificados nos meninos. Embora imaginando que os sentimentos, em relação a si, ao ato abusivo, ao perpetrador do abuso, à família e aos amigos, estão,

intrinsecamente, relacionados, procuramos identificá-los, isoladamente, no sentido de caracterizar os efeitos, na forma como o menino lida consigo mesmo e em suas relações interpessoais.

Em relação a si mesmo, o sentimento mais evidenciado foi o de baixa auto-estima, repercutindo na autonomia e na capacidade de criar e aprender. Nessa perspectiva, relatam Cláudia e Marta:

Eu diria que a auto-estima fica completamente comprometida. Então, elas se acham incapazes de muitas coisas, “eu não sei fazer, eu não consigo fazer, eu não posso fazer”, isso é em relação a qualquer coisa, desde uma coisinha mais simples até uma mais elaborada, seja a brincadeira, seja o desenho, seja a fala, seja um comentário, “eu não sei”. Então eles se vêem muito impotentes, nas suas capacidades. (Cláudia)

Baixa auto-estima, às vezes, ele não gosta muito de si mesmo. Assim, não dá muito valor à pessoa dele. Ele não dá esse valor, de que ele é capaz, que ele pode melhorar, em todos os sentidos. Mas ele tem esta dificuldade: a baixa auto-estima. Acho que é o mais significativo... (Marta)

Outro sentimento identificado foi o medo, sob vários aspectos (de falar do acontecido, de ficar sozinho, de escuro, das pessoas, da estigmatização e da homossexualidade).

O medo de falar do acontecido está associado à vergonha, como nos descreve Alexandra:

O primeiro sentimento é de medo, medo e vergonha. Eles têm muito medo de falar do acontecido, que aí, passa, justamente, pela questão da vergonha. (...)

Por sua vez, Marta aponta a vergonha e atribui, a esse sentimento, o motivo de a criança se tornar agressiva, em relação aos amigos:

(...) Ele se torna agressivo, em relação, aos amigos porque tem vergonha, é um sentimento de vergonha muito grande, assim, de ser chamado, muitas vezes, de “fresco”, principalmente quando é menino: são chamados, abusados, às vezes, a própria família chama, não é? Não respeitam essa criança, que não foi que não tem culpa daquela violência. Mas, às vezes, eles não respeitam e as

famílias, em vez de ajudar, acho que prejudicam, muitas vezes porque ficam com preconceito, ficam chamando-o de “veado”, não é? A maioria é um sentimento de vergonha, de retraimento, de até evitar o grupo. Eu percebo muito isso no menino, não é? Até o ponto que eu sinto dificuldade de ele se inserir no grupo com os outros meninos.

A fala de Marta nos remete e exemplifica, com fatos do cotidiano, ao que foi discutido, na análise dos comportamentos observados no que diz respeito às mudanças súbitas da criança, de um estado de retraimento para o de agressão.

Segundo Ana, a revolta emerge, a partir do momento que eles começam a tomar consciência da agressão que eles sofreram:

Quando ele começa, realmente, a se conscientizar da agressão que ele sofreu, no primeiro momento, é a dor física, não é? Depois é a revolta, revolta por ele não ter reagido.

Conforme comenta Cromberg (2001, p. 26-29), de uma posição perceptiva “aquém da palavra”, os perpetradores do abuso sexual, desprovidos de empatia, não se fazem representar, no mundo das emoções do outro e abusam, sexualmente, de seus próprios filhos. Essas pessoas não ascendem ao ponto de compreender os sentimentos e as idéias culpáveis que podem surgir, na criança. No entanto, se a criança, ao entender o discurso social que dá sentido à palavra e experimentar o fato como crime, pode surgir, daí, a consciência de uma transgressão e caracterizar, para a criança, o sentimento de um ato abusivo. Segundo Maria, os mais revoltados são os meninos na faixa de 9 a 12 anos de idade. São, também, os meninos que dão uma resposta mais rápida de vergonha.

(...) Ele se percebe ocupando um espaço que, para ele, claramente, não é um espaço que ele devia ocupar. (...) “meu pai me fez de mulher”. (...) “me dói muito, porque ele fez comigo uma coisa que não era para ser feita”. (C1, 9 anos de idade).

Segundo a participante, a vergonha dessa criança foi tão intensa que o levou a um quadro depressivo e tentativa de suicídio. Os comportamentos autodestrutivos e a possibilidade de suicídio, entre os adolescentes, são confirmados por Azevedo e Guerra (1994) e Kaplan, Sadock e Grebb (1997).

O sentimento de culpa, também, foi identificado em algumas crianças. Esse sentimento, conforme relatam as participantes, geralmente, tem sua origem, a partir de três fatores, ou sejam: por achar que poderia ter reagido, pela própria família por tê-lo responsabilizado do ato abusivo e por ele ter revelado o abuso, implicando no afastamento - da família - do perpetrador. Os sentimentos descritos encontram sustentação teórica na literatura revisada (AZEVEDO; GUERRA, 1994; FERRARI, 2002b; FURNISS, 1993; KAPLAN; SADOK; GREBB, 1997; KRISTENSEN, 2006; MATTOS, 2002; KENDALL-TACKETT; WILLIAMS; FINKELHOR, 1993).

O medo da homossexualidade, também, constatado por Kristensen (1996), muitas vezes, reforçado pela própria família, ao levantar a mesma dúvida e/ou ao insinuar, de forma negativa, os seus - do menino - trejeitos e a posição que lhe foi dada, pelos familiares, no abuso, foi identificado, em especial, nas crianças com idade acima dos sete anos conforme apontado pelas participantes. Nessa perspectiva, comenta Cláudia:

Eles têm uma preocupação em serem chamados de homossexuais. Claro que eles não dizem a palavra homossexual, eles usam os pejorativos, gay, boiola, “eu não sou não, né? Eu não sou não, eu não sou não”. Então, eles têm uma preocupação de não serem taxados como homens. (...) Então, a preocupação maior que eles trazem, isso quando eles revelam, quando eles verbalizam o que aconteceu, então eles trazem todos esses conflitos em relação a sua identidade, se eles vão ser homens, ou se eles vão ser boiolas ou homossexuais. Na verdade, eles têm uma preocupação muito grande de auto-afirmação. É incrível, ao mesmo tempo que eles têm uma auto-estima comprometida, eles têm uma preocupação em relação a essa identidade, essa identidade sexual. E que lugar ele, menino abusado, sexualmente, vai ficar, perante aos amigos, perante a família. Então eles têm muito essa preocupação, de se

afirmarem enquanto homens, “eu sou homem, eu sou homem”.
(Cláudia)

Por vezes, algumas crianças demonstraram nojo de si próprias, sentimento o qual aproximamos ao sentimento de sujo, apontado por Furniss (1993) e aos achados de Kristensen (1996), referentes à preocupação com a limpeza.

Os sentimentos, em relação ao ato abusivo, descritos indicam que, para algumas crianças, existe a dificuldade do reconhecimento do ato abusivo, conforme comentado, anteriormente, por Mary, ao descrever como ela percebe o menino. Nesse aspecto, a participante analisa, sob duas perspectivas: primeiro, quando é o pai ou o cuidador que abusa. Nesse caso, geralmente, surge o dilema, uma vez que o perpetrador é a pessoa amada e cuidadora da criança. É a situação característica de algumas famílias em que a criança, no lugar de receber carinho e proteção, recebe sensualidade, sedução, abuso e o limite entre a sexualidade e afetividade é mal definido (AZEVEDO; GUERRA, 1994; CROMBERG, 2001; FURNISS, 1993; PERREIRA, 2002). Em segundo lugar, a participante ressalta a dificuldade de reconhecimento, em função do estigma da homossexualidade e, assim, ressalta:

(...) Quando a gente atende é que vê que é muito difícil o reconhecimento de que “eu fui abusado”, até porque fica muito o dilema, o agressor sempre é uma pessoa de confiança, uma pessoa que tem um afeto. Quando é o pai, uma mãe ou o padrasto, a maioria é um padrasto muito atencioso, um pai muito atencioso, então você vê muito o dilema entre “o agressor, também, é a pessoa que eu amo que cuida de mim”. (...) é até a referência da identificação mesmo do menino com o pai, e esse pai que é tão cuidadoso, que é tão bom, que joga futebol, que brinca, que leva para o colégio, também usa, também, é o agressor. Você vê muito esse conflito, é a dificuldade mesmo, como eu estava falando antes, com a masculinidade, de reconhecer... (Mary)

Além das explicações, fornecidas pela participante, em relação ao não reconhecimento, podemos levantar a hipótese de que o mesmo não ocorre, em função da inexistência do conflito entre a experiência vivida e o discurso social, o

qual, passa, apenas, a acontecer, com o entendimento e a conscientização do fato como um algo contrário aos costumes e às Leis sociais (CROMBERG, 2001; FURNISS1993; MILLER, 1994). Marta comenta que, para alguns, existe o sentimento de ódio, pois percebem a falta de respeito que sofreram, enquanto que outros eram tão pequenos que não sabem como identificarem esse ato. Nesse aspecto, Cláudia observa:

Quando elas vêm, normalmente, elas têm a consciência de que algo errado aconteceu. Mas, elas não sabem, exatamente, o que é. Mas elas sabem que aquilo que aconteceu com ela estava errado, isso elas sabem, intuitivamente, elas sabem, tanto é que elas dizem, “eu não quero falar sobre isso, eu não quero falar disso”. E quando elas vêm e passam a falar, e elas assim, revelam, de forma textual, “meu tio, meu pai, meu irmão, meu avô, fez isso e isso comigo. E isso é errado”. É isso que elas revelam, verbalizam, na verdade, “isso é errado”. Então, elas têm a consciência de que algo errado aconteceu, com elas, mas elas não têm a dimensão, isso é abuso, isso é violência sexual, essa dimensão elas não têm, as crianças. O adolescente tem. Ele tem a dimensão do proibido, do errado porque aquilo que aconteceu, não era para acontecer, isso, eles sabem.

Ana aborda a questão da revolta e da impotência dos meninos, diante do ato abusivo e observa que eles carregam uma culpa, por não terem reagido:

É revolta, impotência, eles poderiam ter feito alguma coisa, eles poderiam ter gritado, eles poderiam ter batido no agressor, eles poderiam ter se defendido que eles poderiam ter feito, e eles não fizeram. Então, eles carregam uma culpa muito grande. Depois, é quando eles começam a ver que a pessoa é maior, tem mais força, tem mais percepção, tem mais inteligência que eles. Conseguiu enrolá-los, que conseguiu induzi-los, enganou. Aí, é quando eles começam a resgatar a própria auto-estima.

Esse sentimento de culpa, relatado por Ana, nos remete à “síndrome do campo de concentração” comentada por Furniss (1993), ao relacionar o aspecto da culpa à experiência forçada de viver junto com o agressor, “e ao complexo padrão psicológico desenvolvidor de interdependência e apego entre a pessoa que abusa ou o carcereiro e a vítima”.

Entre os sentimentos, descritos em relação ao ato abusivo, também, foram elencados constrangimento, vergonha, aversão, nojo e ódio, inter-relacionados aos sentimentos nutridos pela criança consigo mesma.

Entre os sentimentos da criança, em relação ao perpetrador do abuso, o mais evidente é a ambivalência entre amor e ódio, principalmente quando essa figura é o pai. Geralmente, o perpetrador é a pessoa de confiança, mais presente na vida da criança, agregando-se, a essa relação, um vínculo, com o limite tênue entre afetividade e sexualidade (AZEVEDO; GUERRA, 1994; CROMBERG, 2001; FURNISS, 1993; MILLER, 1994; PERREIRA, 2002). A partir dessa constatação as participantes comentam:

É uma ambivalência muito grande, porque são pessoas de confiança. Então, ele tem um vínculo afetivo com essa pessoa e que esse vínculo, em determinado momento, foi quebrado. Quer dizer, o amor passou a provocar a dor, não é? Nesse instante, o amor começa a provocar a dor, então, ele ama e ele, ao mesmo tempo, ele sofreu. Ele odeia e ele fica com esse medo. Então, ele fica em cima do muro, até ele começar a se conscientizar do que ele sente, que, é a mesma pessoa, que você ama, você, também, pode odiar (Ana).

É eu acho que é bem isso. Essa ambivalência mesmo. Existe uma raiva, mas existe esse bem querer. Porque, mesmo quando não é o pai ou o padrasto, é um vizinho. É um vizinho que brinca muito, é um vizinho que é atencioso. Essa questão mesmo, como os abusadores usam a confiança da criança, geralmente, são adultos muito simpáticos, são adultos que têm muito jeito, ao contrário do que a gente espera, que o abusador sexual é um homem mal encarado, feio, que espanca, na maioria dos casos, não. É um homem supersimpático, é um homem bem carinhoso, é um homem que brinca de bola, é um professor, é um instrutor. Então, a criança ou o adolescente que é abusado, gosta muito daquela pessoa. Então, é muito esse conflito mesmo, “ele é muito bom comigo”, talvez por isso, a dificuldade de identificar aquilo como um abuso (Mary).

Repulsa, a maioria deles repudia o abusador, e alguns ficam na ambivalência entre o amor e o ódio, principalmente quando a figura que abusou foi o pai. Quando é uma outra figura da família, um avô, um tio, um irmão mais velho, o sentimento é claro de revolta, repulsa, ódio, raiva, é de destruir aquela figura parental. O desejo de destruir, quem provocou uma certa destruição nele. Mas, quando é a figura parental do pai, aí a ambivalência é presente: é o amor e o ódio. Predomina o ódio, porque é pai, e esse laço ele é muito forte,

apesar de ser pai violou um direito, cometeu uma violência, “mas é meu pai, é meu pai”, e aí o “por quê?”. Vem à pergunta: “Por que ele fez isso, ele não gosta de mim, por que ele fez isso, por quê?” “Por que a minha mãe não viu, por que a minha mãe não me protegeu?” (Cláudia).

Para algumas crianças, a relação com a figura perpetradora é tão forte que ela chega a sentir a falta, no caso de separação. Nesse aspecto, Alexandra e Marta comentam:

Também, aí, existem as diferenças, não é? (...) E existe um caso, aqui, em que a criança não consegue ter esse sentimento, muito pelo contrario, ainda chama pela pessoa. Assim, que é parente, não é? Ainda tem um contato, não tem mais, porque a família não permite (Alexandra).

Ele demonstra o ódio, e outras vezes, não. Sente falta desse abusador, (...) ele sente falta dessa mãe, ele quer morar com a mãe e a mãe abusou desse menino. Hoje, ele está em outro ambiente, mora com outras pessoas, não é? Mas, ele sente falta desse abuso, ele sente falta, por quê? Porque se tornou um jogo, quando se torna um jogo assim, há um prazer. No início é doloroso, mas depois é um jogo de prazer. Então, esse menino era mexido pela mãe, abusado, tocado por essa mãe. Então, ele, quando só por falar no telefone, ele já sente essa falta, é uma relação muito forte. Outros sentem ódio, não querem mais saber, não. Preferem nem falar dessa coisa. Existe outro caso, de um menino, que também foi abusado pela mãe que ele é muito agressivo e quando entra em contato com essa mãe fica mais agressivo. (Marta).

Teoricamente, para o acima exposto, fomos buscar compreensão em Furniss (1993), pois ele argumenta que, em alguns casos, a “atenção abusiva” é o cuidado parental mais importante e único que a criança recebe. Por sua vez, comenta o autor, é necessário considerar que a excitação sexual é, extremamente, formadora de hábito, contribuindo para a um vínculo sexualizado e para um comportamento extremamente, leal da criança com o perpetrador do abuso. Assim, podemos compreender a falta que a ausência do perpetrador faz à criança, como também, a “naturalidade” de algumas crianças, apontada, anteriormente, por Alexandra, como uma das formas de encarar o abuso. Para nós, isso, também, facilita a compreensão

do sentimento de raiva, identificado, surgido, no nosso entendimento, muitas vezes, através da tomada de consciência do discurso social (CROMBERG, 2001) e da questão da homofobia (KRISTENSEN, 1996).

Madalena e Maria, por sua vez, enfatizam a raiva e o medo:

É raiva, medo. Porque, normalmente, eles são ameaçados para não falarem o que está acontecendo, não é? “Não pode contar a ninguém, porque se contar eu faço isso e aquilo, aquilo”. Ameaçam não é? Para poder, exatamente, calar. Como no caso desse menino, que era o tio, o próprio pai e a mãe não saber, não é? Ele dizia “vou matar o seu pai”, vai matar o seu irmão, não é? É medo e raiva, é, basicamente, isso, medo e raiva. (...) Com outro menino, aí não. Aí, não tem raiva nem medo. Eu acho que é uma relação de igual para igual, digamos assim (Madalena).

Medo é o mais intenso, o mais forte. Medo, sentimento de revolta com relação ao abusador, ao agressor. Por vezes, uma percepção de que ele ocupou um espaço que não era o dele, não é? Como o menino de doze anos, confirmou e identificou muito claramente. Mas isso está relacionado, geralmente, com a revolta que ele tem em relação ao agressor, com essa percepção. Então, seria, basicamente, isso: de um modo geral, mais fortemente, a raiva, a revolta, não é? A aversão, também, ao agressor (Maria).

Segundo as participantes, o sentimento de raiva, predomina, nas crianças com idade acima de 8 anos. Atribuímos a referida reação ao fato de que, geralmente, as crianças, nessa faixa etária, reúnem mais capacidades elaborativas para a tomada de consciência do abuso sexual sofrido (CROMBERG, 2001), como ressalta a Psicóloga Maria, “*ele se percebe, ocupando um espaço que para ele claramente não é um espaço que ele devia ocupar*”.

Em relação à família, geralmente, os meninos, acima dos oito anos de idade, a princípio, demonstram, em alguns casos, a preocupação de não serem aceitos como antes da revelação do abuso; sentem-se confusos, desprotegidos, inseguros, perdidos e culpados pela desestruturação da família. Nessa perspectiva ressalta Maria:

(...) O agressor, deve ser afastado, quando se constata que houve, realmente, o abuso sexual, não é? Então, ele precisa ser afastado do convívio familiar. Existe essa quebra e, por vezes, esse sentimento de culpa do menino, ainda criança, não é? Porque esse agressor, ele foi afastado. Porque houve uma quebra do vínculo familiar, e que ele foi o causador dessa quebra. Sabe? E, também, esse tipo de sentimento que a criança, a gente trabalha com ela, e ainda, se sentir culpado, pelo que seria a ruptura concreta da família.

Posteriormente, em determinada fase da terapia, passam a sentir revolta e o afastamento daquela figura parental, que não a protegeu, em geral a mãe, a quem eles culpam pela desproteção. Na literatura revisada, verificamos que os referidos sentimentos foram constatados por Furniss (1993), Araújo (2002), e Kristensen (1996). Nessa perspectiva, comentam Ana, Cláudia e Maria:

(...) A criança, também, fica um pouco confusa, porque, como é uma pessoa de um vínculo muito forte, essa pessoa, às vezes, é quem mantém a família. Então, desestrutura tudo, em determinado momento, até eles pensam que não deveriam ter falado, deveriam ter ficado calado, porque eles perdem. Então, a gente trabalha para reestruturar essa família, reestruturar essa criança e resgatar essa auto-estima, essa visão de mundo que ele perde, em determinado momento. Então, ele fica meio, meio perdido. Ele fica se sentindo, primeiro, porque ele acha que não deveria ter falado. Depois, ele fica revoltado, e depois, aí, ele passa a ver que aquela pessoa tem que ser punida. (...) (Ana)

(...) Isso se revela, quando eles, normalmente, trazem, em suas falas, quando eles dizem que “mas a minha mãe sabia, mas ela via e ela não fez nada”. Então isso gera, na criança ou no adolescente, uma revolta muito grande, por eles entenderem que aquela figura parental poderia ter feito algo para impedir e nada foi feito.(...) (Cláudia)

Falta de proteção, insegurança, menos valia em relação à função dele, à representatividade dele junto à família. “Por que a minha mãe não viu? Por que a minha mãe não notava? Minha mãe não percebeu? Por que a minha mãe não quis resolver?”. Muitas vezes, a mãe, é depois ela fica sabendo, não é? Mas, ele já tinha uma compreensão, como se ela soubesse, “Por que não tomou conta de mim? Por que não me protegeu?” (...) (Maria).

Furniss (1993) generaliza e observa que, em determinada fase da terapia, as crianças passam a sentir raiva, em relação ao agressor, inclusive, acrescenta que elas também, passam a culpar suas mães, pelos fatos da desproteção e desamparo.

No entanto, Alexandra constata que para algumas crianças, é criado certo desequilíbrio, apenas, quando é pontuada a questão do abuso: não quer falar, briga, chora. Uns negam o ocorrido, para proteger a família. Nesse aspecto, Alexandra observa:

É normal, um sentimento normal. Só existe um certo problema, só é criado um certo desequilíbrio, quando é pontuada a questão do abuso. Aí, o menino não quer falar, o menino briga com a mãe, o menino chora, que é uma forma de ele não falar, para essa mãe, para não voltar, como se diz ao que aconteceu, ao fato acontecido.

Alexandra acrescenta que, apesar de cada um dos meninos ter o seu “diferencial de reação”, existe um aspecto comum que se percebe e observa que é a quebra de confiança em relação aos membros da família, ressaltada por Sattler (1993), podendo interferir nas suas relações interpessoais (KAPLAN; SADOK; GREBB, 1997).

Nesse aspecto, comenta a participante:

(...) Eles são mais vulneráveis, se tornam pessoas mais vulneráveis, assim, a qualquer tipo de ação. Vamos dizer, é dentro da família, até se um membro chama, é como se a história voltasse (...) Eu tenho aqui, um deles que foi abusado pelo primo. Então, não existe confiança, quebra muito a questão da confiança com relação a essa escala da família, aos outros primos, às vezes, aos tios. Dependendo de quem foi o membro abusador, eles repassam isso para todos os outros. Sabe, existe uma descrença muito grande. Acho que quebra muito, é a questão de vínculo de amizade que você tem e você cria com a família. Existe uma quebra muito grande nisso.

Em relação aos amigos, as participantes percebem que a maioria dos meninos que já têm a noção de que é uma atividade condenável, socialmente, em função disso, se diferencia, apresenta sentimentos de estranheza, vergonha, medo

das pessoas e da estigmatização. Comumente, busca isolamento, evita ficar em grupos e uma maior aproximação com as pessoas. Frequentemente as relações interpessoais tornam-se conflituosas (AZEVEDO; GUERRA, 1994; FERRARI, 2002b; FURNISS, 1993; KAPLAN; SADOK; GREBB, 1997; KRISTENSEN, 2006; MATTOS, 2002). Por sua vez, os meninos mais novos (em geral até 7 anos de idade), que ainda não atentam para o julgamento social, transitam e se posicionam, diante dos amigos, de uma forma natural.

Geralmente, na camada de baixa renda, o abuso sexual intrafamiliar vasa para a comunidade, de modo que existe um risco de a criança ficar estigmatizada junto ao meio social em que vive (FURNISS, 1993). Essa preocupação, em ser estigmatizada, fica evidente, nos relatos de Ana e Cláudia, ao comentarem, sobre a cultura machista que permeia o abuso, enfatizando que o menino é mais esperto do que a menina. Então, a ocorrência do abuso foi porque ele quis:

(...) O sentimento deles é o mesmo das meninas. É a agressão que ele sofreu, é a dor que ele viveu. No fim, é dor emocional. Os maiores é pelo acreditar, por que ele não percebeu, o que é que se vai falar? É que, vamos dizer o que vão pensar? Ele foi porque quis, que ele não foi esperto.(...) (Ana)

Na verdade aqui, aqui, como a gente atende a crianças de baixa renda, a maioria é de baixa renda, e quando um caso desses acontece, na família, ele se estende pela comunidade. Então, eles ficam muito estigmatizados, junto aos colegas. Porque nas comunidades de baixa renda, a censura, quase inexistente, a privacidade é, também, inexistente. Então, eles passam a ser a chacota, não é? (...) então, “sai daqui que a gente não brinca com boiola, a gente não brinca com gay”. Quer dizer, existe um estigma na própria comunidade. Num nível econômico melhor, isso não se estende, para ela. Então, ele, ainda, consegue transitar entre os amigos de uma forma (...) como se nada tivesse acontecido. (...) (Cláudia)

Cláudia observa que o padrão de relacionamento social da criança se estabelece, também, em função dos comportamentos por ela demonstrados, ou seja, quando a criança não apresenta comportamentos sexualizados, na busca da

reprodução da atividade sexual, ele não tem tantos problemas com relação aos amigos (FURNISS, 1993). Mas quando ele busca, também, através da agressividade, apaziguar os seus conflitos internos, ele passa a enfrentar problemas de adaptação, seja na escola, na comunidade ou na família.

6.2 Percepção das participantes com relação à família

Essa parte da análise e discussão dos dados constitui o segundo eixo temático da pesquisa que diz respeito às percepções das participantes, em relação às famílias das crianças que sofreram o abuso. Inicialmente, baseado nos registros das participantes, indicaremos a ordem das figuras parentais, perpetradores do abuso, com maior incidência. Em seguida, serão discutidos os subtemas subseqüentes: funcionamento das famílias antes e depois do conhecimento do abuso, comportamentos, adotados pela família, em relação ao perpetrador e ao menino, antes e após o abuso, como as mães reagem, frente à situação do abuso contra o filho, as pessoas que denunciam o abuso, a aceitação da intervenção psicológica, a existência de outros casos de abuso sexual na família.

6.2.1 As pessoas que mais abusam

“Por que ele fez isso, ele não gosta de mim, por que ele fez isso, por quê?”
(C5, 7 anos)

As participantes apontam as figuras dos genitores, dos tios e dos padrastos com a maior incidência, seguidas das figuras do primo, da mãe do avô e do padrinho. Essa informação está compatível com os dados estatísticos da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente - GPCA que registram a incidência maior dos pais, seguidos dos tios, padrastos e da mãe. A GPCA é um Órgão da Polícia

Civil, subordinado à Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, o qual tem, como missão, garantir, proteger, prevenir e vigiar às crianças e adolescentes, vítimas de violência, apurar os atos infracionais, atribuídos aos adolescentes de 12 a 18 anos incompletos e adotar ações que objetivem o resgate da cidadania, especialmente, através de atendimentos psicossociais.

Essa mesma ordem de freqüência entre os perpetradores do abuso foi constatada por Gobbetti e Cohen (2002, p. 156), no CEARAS (Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual), na USP, no período de 1993 a 1999. Os dados levantados registram que a figura do pai representa os maiores percentuais dos agressores, seguidos pelos tios e padrastos. As mães, irmãos e primos estão, no mesmo patamar, com pequeno percentual. Por sua vez, Kaplan, Sadock e Grebb (1997, p.741) apontam que o abuso mais freqüente é praticado por “pais, padrastos, tios e irmãos mais velhos”.

Marta atendeu dois casos cujos perpetradores foram as mães, sendo uma delas portadora de problemas psiquiátricos. Segundo os autores Kaplan, Sadock e Grebb (1997, p.741), o abuso menos comum e que, geralmente, indica um comprometimento grave, é o que envolve a relação mãe-filho.

6.2.2 Funcionamento das famílias antes e depois do conhecimento do abuso

“Por que a minha mãe não viu?”
(C5, 7 anos)

Cláudia e Marta consideram que o antes é mais difícil de colocar, porque elas têm pouco acesso a esse período. A maioria das famílias assume uma postura defensiva, outras negam, tentando se proteger. Na busca dessa proteção, a família

ameaça o menino para não revelar a violência sofrida. Nessa perspectiva, comentam:

(...) eles trazem esse antes de uma forma muito mais defensiva: “não mais, olhe é porque eu trabalhava, não mais, olhe é porque eu não tinha muito tempo de olhar”. (...) Eles tentam muito mais se defender do que trazer aspecto significativo de como eram as relações afetivas, nessa família. Agora, o depois, é, normalmente, a mãe, a mãe, quando é a mãe que acredita na criança, porque existe a mãe que não acredita. (Cláudia)

(...) Então depois, eles ficam, negam (...) que o tio tenha feito isso, que o pai não fez, a maioria da família tenta se proteger. Negam o caso porque sabem que vai para a polícia, (...) Então eles, muitas vezes, querem regredir, até negar, querem negar vir para os atendimentos (...) A família ameaça, então eles ficam com medo até de contar, de relatar, de revelar essa violência que ele está passando. (Marta)

Percebe-se, na fala de Cláudia, que o funcionamento da família descrito está reduzido à postura adotada pela mãe. Evidencia-se, assim, a importância da figura materna na manutenção de um abuso prolongado e como um dos determinantes da qualidade dos relacionamentos emocionais, na família (FURNISS, 1993).

Para Ana e Madalena, a família, antes do conhecimento do abuso, é percebida como mantendo a sua estrutura, como outra qualquer. Geralmente, o perpetrador é a pessoa provedora e mantenedora econômica da família e que apresenta uma imagem de “respeitador das normas” (AZEVEDO; GUERRA, 1994; CROMBERG, 2001; FURNISS, 1993; MILLER, 1994; PERREIRA, 2002). Depois que vem, à tona, o fato, ocorre uma desconstrução.

(...) Depois, aí, geralmente, eles expulsam o agressor, E depois, aí, a família está toda desconstruída, o mundo dela cai, desaba tudo. (...) Mas nós também temos agressores do sexo feminino, é uma desconstrução da visão do mundo, tudo que foi acertado para aquela família. Então, ela tem que se refazer, ela tem que se reorganizar, se fortalecer pra poder segurar a criança que foi agredida. (Ana)

(...) Depois do abuso, geralmente ele desestrutura a família, porque muitas vezes, quando existe uma denúncia formal, mais ainda. (...)

sem haver a denúncia, então, aí, fica na própria família, a gente trabalha a família e tudo mais. Quando há uma denúncia na GPCA e no Conselho Tutelar e, muitas vezes, chega até à escola ou chega até à vizinhança, a família se desestrutura muito mais. Parece que mexe muito mais com a família a questão de ter que depor, de ter que ir à justiça, de ter que comparecer a audiências, como se houvesse uma ameaça maior, o medo de uma vingança por parte do agressor, entendeu? Quando não, também, se desestrutura, porque é como se mexesse alguma coisa que está ali arrumada, não é? Mais ou menos entre aspas, “arrumadinha”, e, de repente, alguma coisa aconteceu com o meu filho de muito grave e que desestabiliza, de certeza, com o casal. (Madalena)

A fala de Madalena nos remete aos fatores individuais e familiares da motivação, apontada por Furniss (1993), para a busca de ajuda e proteção à criança.

Para Maria e Mary, o abuso é decorrente da má organização da família. São famílias em que as mães, geralmente, são negligentes e o pai ou padrasto é o cuidador.

(...) já existe essa desestruturação, geralmente já existe. Ou a mãe é muito negligente ou o pai e o padrasto é o cuidador. E a gente vê que depois há uma desestruturação maior, ainda, porque, em muitos casos, esse pai, esse padrasto é o provedor. Se não é o provedor financeiro, mas é o provedor psicológico, é o homem, é o macho, e, aí, existe essa questão de a mulher se submeter ou vai denunciar. “Mas eu não quero que ele saiba quem denunciou. Ou, então, não aconteceu”. A gente vê muitos casos de a mãe fazer pacto com o filho, “negue, porque senão ele vai embora”. Porque existe essa dificuldade mesmo, de ele sair. E como é que vai ficar a família? E quando ele sai você vê uma desestruturação, no sentido que, às vezes, a mãe e o filho têm que voltar para a casa da mãe, até por medo. Como a figura masculina saiu de casa, então, “eu vou morar com a tia, vou morar com a mãe pra me proteger”. Às vezes, existe a substituição muito rápida. Com dois meses depois ela já está com outro companheiro, “ah, o lugar que a gente mora é muito perigoso, eu não consigo ficar sozinha”. Eu acho que existe muito essa dificuldade. (Mary)

(...) varia entre as famílias, mas uma coisa que se percebe, como tendência, é a desorganização de forma mais acelerada, que a gente tem entendimento. Quando o abuso acontece, elas já estão desorganizadas, o abuso, já é decorrente dessa má organização da família, enquanto sistema, não é? Enquanto meio. Mas essa desintegração familiar ocorre, de forma muito mais acelerada, depois do abuso, quando constatada a agressão sexual. Porque, inclusive, o agressor, não pode ficar no convívio com a criança, não

é? Isso já está no Estatuto, o agressor, ele deve ser afastado, quando se constata que houve, realmente, o abuso sexual. (Maria)

Por sua vez, Alexandra pontua o pouco caso com que algumas famílias encaram o assunto, como uma coisa esperada, ou, por outro lado, a vergonha acerca do abuso:

Existem dois lados, não é? A família que não denuncia, que não chega aqui. Eu já havia falado a você: é como se nada tivesse acontecido. É um dado comum, é como se fizesse parte do próprio contexto de vida: “tem que acontecer aconteceu, uma vez só, o que é que tem isso? Meu filho não vai deixar de ser homem por causa disso, nem vai, futuramente, ter algum problema, só por isso”. Já a família que faz a denúncia, também, tem uma história, assim, existe a questão da vergonha de chegar aqui e sentir-se envergonhado, de dizer que o filho foi abusado, por um membro da família, não é? E existe um terceiro dado, que é a família que chega aqui, que ela ainda não fez a denúncia ao Tutelar, que não passou pela questão da Justiça. Mas que ela vem aqui, como se fosse não com ela, mas com uma outra pessoa. Para que ela pudesse nos ouvir, os profissionais, e saber o que é que a gente acha da situação. É como se a gente funcionasse, assim, como é um botãozinho que vai apertar algum membro ali, para dizer assim, olha tem que fazer uma denúncia. Faz-se necessário que este caso seja trabalhado nessa criança.

Observamos, assim, que não existe um funcionamento padrão, pois ele varia entre as famílias. No entanto, algumas características peculiares são ressaltadas, no tocante a essas famílias, como: a posição, ocupada pelo perpetrador, como provedor e mais presente na vida da criança, a da mãe como progenitor não abusivo (FURNISS, 1993) e o impacto que o abuso causa, especialmente, considerando as famílias “arrumadinhas”, comentadas por Madalena. É importante ressaltar, na fala de Alexandra, a postura da família que, diante de um único episódio, não o encarou como um problema merecedor de uma abordagem mais profunda. Esta situação nos remete a Mattos (2002), ao comentar sobre as reações do ambiente e a crise da revelação, apontada por Furniss (1993). Os funcionamentos descritos encontram sustentação teórica na literatura revisitada (AMAZARRAY; KOLLER, 1998; ARAÚJO,

2002; AZEVEDO; GUERRA, 1994; CROMBERG, 2001; FERRARI, 2002b; FURNISS, 1993; KAPLAN; SADOK; GREBB, 1997; MATTOS, 2002; SATTLER, 2002; SILVA, 2002; SCODELÁRIO, 2002).

6.2.3 Os comportamentos adotados pela família, em relação ao perpetrador e ao menino, após o conhecimento do abuso

“O que foi que eu fiz? A culpa é minha, por que foi que eu escolhi esse homem?”
(Mãe)

A princípio, há um descrédito na informação, trazida pela criança, muitas vezes, difícil de ser confirmada (FURNISS, 1993), como é o caso das bolinações ou abusos, sem o toque físico (masturbar-se na frente de crianças e adolescentes, exibir órgãos genitais, exibir fotos e filmes pornográficos, observar crianças e adolescentes, nus ou seminus, e conversar sobre atividades sexuais, provocando interesse ou chocando os interlocutores). Nesse aspecto Maria, Ana e Marta comentam:

Algumas famílias protegem, outras deixam de acreditar. Como no caso do abuso sexual do menino, quando envolve o atentado violento ao pudor efetivamente, então há o que chamam da conjunção carnal ao ato sexual, então não tem como não se duvidar da ocorrência. Quando se trata de bolinação, de abuso, do abuso sexual sem o toque físico, sem o contato, então, muitas vezes, a família, nega-se a acreditar. (...) A gente tem reações que variam, desde o olhar esse agressor como uma pessoa doente, acreditando na criança, (...) ou passar por cima dessa palavra da criança, não aceitando o que a criança está dizendo. (...) Eles têm um entendimento de que essa pessoa é doente, e ela precisa ser acolhida e compreendida, mas não tratada. (...) muitas vezes, isso é feito, quando a justiça entra e cobra o tratamento do agressor. Que a gente já percebe muito esse movimento, é nesse sentido para ser trabalhado. Algumas famílias tomam a providência de tratamento para o agressor e tentam manter o agressor, dentro da casa, com tratamento também, e outras não. Outras afastam o agressor, que é o que o Estatuto cobra, que é o afastamento do agressor, porque ele é uma ameaça à criança. (Maria)

(...) quando a criança começa a verbalizar o que está acontecendo, o primeiro momento é de descrédito para com a criança, depois é que, com as evidências, a família, o responsável que ficou com a criança começa realmente, passa a acreditar e passa a tomar providência. No primeiro momento, é o impacto, depois do impacto, é como é que vai sobreviver, a partir de agora. Uma vez que fez a queixa, a criança tem que ser afastada pra não ser, novamente, vitimizada. (Ana)

O comportamento primeiro é ficar surpreso, achar que não é verdade. Porque a maioria das famílias não acredita, no relato da criança, acha que ele está inventando, que ele conversa demais, a maioria não acredita que isso tenha acontecido, não é? Existe mãe que, realmente, defende essa criança, vai e expõe o que aconteceu, todinho, a maioria delas não. É como se dissesse assim, “é melhor ficar calada e guardar, acho melhor botar uma pedra em cima desse assunto e acabar com isso”, está entendendo? Então prefere negar o abuso, é mais fácil ele negar porque não vai ter interferência de ninguém, negar porque aconteceu no ambiente familiar e porque é uma coisa, assim, a questão do abuso mexe muito com toda questão do tabu sexual. Então, se naquela família toda certinha, nunca aconteceu alguma coisa, então, aquilo ali, não pode ter acontecido. Eles começam a negar: é segredo da família, é coisa privada. A família, às vezes, protege o abusador, nega, e outras vezes, a família denuncia esse abusador. É muito difícil, a maioria não denuncia, a mulher não vai denunciar o pai. E, às vezes, esse abusador, a pessoa foge de casa, como existe uns tão longe de casa que ninguém sabe onde está. É, às vezes, o menino sofre discriminação. “Por causa disso, por causa de você”, culpa essa criança, “por causa de você, seu pai foi embora e agora nós vamos viver de que?”. (Marta)

Observamos, nos relatos das participantes, que a família, em primeira instância, fica surpresa, sofre o impacto, podendo surgir, concomitantemente, o descrédito para com a criança. Podemos concluir que essa reação inicial de descrédito faz sentido, uma vez que o perpetrador, frequentemente, é a figura mais próxima e presente, na vida da criança, agindo de forma cuidadosa e carinhosa (MILLER, 1994; PEREIRA, 2002). Por outro lado, entendemos que esse descrédito é reforçado, em função do discurso e da imagem de respeitabilidade gerada e transmitida, socialmente, por parte do perpetrador (AZEVEDO; GUERRA, 1994;

SCODELARIO, 2002). Posteriormente, através das evidências, a família passa a acreditar.

Em suas descrições, Alexandra e Madalena abordam as reações de ódio e raiva, com relação ao agressor:

Com relação à família, quando faz a denúncia, tende a ter ódio, desse abusador. É um sentimento comum que a gente percebe, aqui, é o ódio mesmo, é o ódio verbalizado, na expressão, mesmo assim, da palavra. É de ódio, de indignação. (...) É com relação ao menino, toma-se uma mãe, eu digo a mãe, porque a mãe é quem exerce esse papel de trazer, de falar, de aparecer e de tomar conta. Então, essa mãe vai ter um papel, a partir daquele momento, da coisa acontecida, ela vai ser uma mãe redobrada. Ela passa a ser vigilante desse filho. Sempre, temendo que venha acontecer o segundo abuso, ou dentro de casa, ou, já, por um membro na rua, já, que a coisa tornou-se pública. (Alexandra)

Em relação ao abusador, existe muita indignação, muita raiva. Indignação, raiva, desejo de vingança. Às vezes, medo, dependendo da situação. E, em relação à criança, ao menino ou adolescente abusado, eu já tive família de castigar. Por exemplo, brigar com o menino, botar de castigo porque ele fez isso. A não ser isso, é de apoio, de tentar ajudar, de trazer para o atendimento psicológico, de querer que o filho supere aquela situação. (Madalena)

Mary comenta sobre o sentimento de culpa que algumas famílias apresentam:

Na maioria dos casos, quando chega aqui, já houve a denúncia. Quando a mãe sabe, a mãe, geralmente, sabe. A mãe se separa ou coloca o companheiro para fora, mesmo quando, ainda, tem dúvida. (...) É muito relativo, porque, é assim, eu acho que, na maioria dos casos, a família acredita, e aí, quando é denunciado, acredita, mas, o que a gente vê, muito freqüente: “Mas será que aconteceu, mas o que é?”. Até a gente vê, também, muita culpa na família: “O que foi que eu fiz, a culpa é minha, porque foi que eu escolhi esse homem”. Você vê muito essa questão de a família se culpar, da mãe, da avó, “eu disse pra ela que ele não prestava”, ou então, “eu achava que ele era bom”, a família se culpa, também. Mas, na maioria dos casos, a família apóia essa criança e acredita que foi verdade, e aí, existe o afastamento.

As descrições das participantes apontam que, em geral, a família sofre o impacto, reage com indignação, raiva, ódio, desejo de vingança e, às vezes, medo, dependendo da situação. Geralmente, a mãe faz a denúncia e o companheiro é

colocado para fora. Na maioria das vezes, a família se defronta com a preocupação de como vai sobreviver, já que esse perpetrador é o provedor. Existem famílias que o protegem, negando tudo. Na maioria dos casos, ele foge. Muitas vezes, ele é percebido, pela família, como uma pessoa doente que precisa de cuidados. No entanto, não há empenho para tratá-lo.

Em relação ao menino, os relatos são contraditórios. Existem famílias que apóiam essa criança, acreditam nela e a protegem. Percebemos, também, um sentimento de culpa na família, principalmente, na mãe. Algumas famílias, no entanto, deixam de acreditar no relato da criança. Outras, por sua vez, discriminam e culpam essa criança, por ter revelado o abuso e pelo afastamento do pai.

Os sentimentos e comportamentos descritos que emergem na família, também foram comentados pelos autores consultados (AMAZARRAY; KOLLER, 1998; ARAÚJO, 2002; AZEVEDO; GUERRA, 1994; FERRARI, 2002b; FURNISS, 1993; MATTOS, 2002; SATTLER, 2002; SILVA, 2002; SCODELÁRIO, 2002).

6.2.4 As atitudes das mães frente à situação do abuso sexual contra o filho

“Olhe eu estou aqui, mas eu acho, não tenho certeza, que esse menino está inventando, que esse menino está mentindo”.
(Mãe)

De um modo geral, a princípio, as mães, diante da descoberta do ato abusivo sofrem um impacto e demonstram desconfiança quanto à veracidade do fato, tendo em vista que o perpetrador do abuso, geralmente é pessoa tanto da sua confiança quanto do menino.

As psicólogas Mary e Cláudia constatam que algumas mães passam a assumir a culpa. Nesse sentido, comentam:

A gente vê muito essa culpa, mesmo. A mãe se coloca muito como culpada: “Até, porque, fui eu que escolhi o companheiro, eu nunca soube escolher bem”. Você vê, tanto quando é pai e quando é padrasto. Mas, quando é padrasto é um pouquinho maior: “Por que é que eu fui colocar um homem dentro de casa?” (...) “Eu podia não ter escolhido esse homem, eu não podia estar sozinha com meus filhos”. Você vê, é muito freqüente o comportamento de culpa, de se culpar: “A culpa é minha porque fui eu que escolhi”. (Mary)

(...) A maior parte das mães traz um sentimento de culpa muito grande. Ao mesmo tempo, que elas se defendem, dizendo que: “Eu não sabia”, “Eu não via”. Ao mesmo tempo em que se defendem, também, se culpam muito por não terem dado assistência necessária aos seus filhos... Então, normalmente, as mães, passam a ser muito, muito permissivas, porque elas acham que falharam e elas têm essa culpa muito grande, de achar que falharam. Então, agora, eu tenho que ser uma mãe boa. E ser uma mãe boa é ser uma mãe que permite ser uma mãe que dá muita liberdade, ser uma mãe... O que elas deturpam um pouco. (...) ao mesmo tempo, que elas têm essa questão da permissividade, elas, também, têm um sentimento de proteção muito grande, voltado para aquela criança. (...) elas chegam muito desesperadas e assim, a grande preocupação é: “quem vai ser o meu filho no futuro, se meu filho vai ser gay, se o meu filho, se isso vai comprometer a sexualidade, a vida sexual do meu filho”. (Cláudia)

Por outro lado, conforme já fora explicitado, na categoria “*Funcionamento da família antes e depois do abuso*”, para a participante Alexandra, a necessidade de sobrevivência é tão premente, na família, que o abuso passa a um plano secundário:

Geralmente, quer dizer, são mães, com uma carga de filhos, assim, muito grande, seis ou oito filhos e que acham que um probleminha aqui, como elas chamam, não vai mudar em nada a estrutura. (...) Parte mais da mãe... Eu acho que vem muito, assim, pela própria falta de conhecimento, sabe, o próprio desgaste dessa família. Porque nós, aqui, estamos falando de uma comunidade, vamos dizer, assim, de famílias de comunidades pobres, baixa renda, pobres no sentido mesmo, assim, grandes dificuldades para sobreviver, pra se manter, pra se vestir, pra se alimentar, pra educar. Então, o problema de um abuso, passa a ser mínimo, diante da falta da alimentação na mesa. É muito sério.

As intervenções descritas, acima, nos mostram a necessidade da análise das circunstâncias em que ocorrem as relações intrassistêmicas e intersistêmicas

(BERTALANFFY, 1975; VASCONCELOS, 2003) para a compreensão da experiência, vivenciada pelos meninos e seus familiares, diante do abuso sexual contra crianças, pois nos apresentaram o conhecimento de fatores externos (exossistemas e macrossistemas), envolvidos nas reações dos meninos e seus familiares (microsistema).

O impacto sofrido, ao tomar conhecimento do abuso sexual, praticado contra o filho, provoca em algumas mães um desmoronamento, a desconstrução de uma vida que ela pensou em construir. Depois, elas começam a proteger, evitar que o perpetrador ou o suposto perpetrador chegue perto dessa criança (FURNISS, 1993).

Assim comentam Ana, Madalena e Marta:

(...) A princípio, elas não acreditam, por que é, porque o abusador, ele é uma pessoa de confiança, não é? De confiança e quando é confiança para construção de uma família, então há uma quebra, também, nela... Então, nesse impacto, aí, há todo esse desmoronamento, toda essa desconstrução. Depois que ela começa a ser fortalecida, aí ela começa, realmente, a proteger a criança e evitar que o agressor ou o suposto agressor, chegue próximo da criança. (Ana)

As mães, eu acho que as mães ficam muito mobilizadas, no sentido de proteger a criança; proteção, dar proteção ao filho. Ajudar, no sentido de acolher, de proteger. (Madalena)

Algumas mães protegem, têm aquele cuidado, depois com o filho. Outras, não têm esse cuidado, relaxam em relação ao menino. Sabe, é como se fosse assim, aconteceu o problema é por que ele deixou... Eu acho que o menino não tem aquele cuidado, falta à mãe ter esse cuidado, esse afeto (Marta).

Segundo Maria, algumas mães, mesmo diante da confirmação da ocorrência do abuso, através da perícia médica ou psicológica, preferem encarar a possibilidade de não ter ocorrido (FURNISS, 1993; SCODELARIO, 2002). Então, afirma a participante “o que a gente chama de pacto inconsciente com o agressor” (SCODELARIO, 2002):

(...) Algumas preferem não acreditar, elas fazem o que a gente chama “pacto com o agressor”, “pacto silencioso”, inconsciente, com o agressor. (Maria)

Através das reações descritas, observamos que não existe um padrão definido, variando de família para família. Em algumas mães emergem os sentimentos de revolta e culpa, tornando-se mais atentas no sentido de dar proteção e acolher (MATTOS, 2002). Outras mães demonstram preocupação com a orientação sexual do filho. Por outro lado, existem aquelas mães que fazem pacto com o agressor (SCODELARIO, 2002) e sugerem que o menino negue a ocorrência do abuso - “negue porque senão ele vai embora”. Como se trata de menino, quando é uma mãe que acredita na criança, a tendência maior é denunciar. Posteriormente, algumas delas, têm dificuldades de dar continuidade por sofrerem pressões e ameaças.

6.2.5 Quem denuncia o abuso

“Até porque fui eu que escolhi o companheiro, eu nunca soube escolher bem”.
“Por que é que eu fui colocar um homem dentro de casa?”
“Como é que se agride uma criança desse jeito?”
(Mãe)

É necessário fazermos a distinção entre a revelação e a denúncia do abuso sexual. Nós, aqui, estamos considerando como denúncia o ato de delatar, acusar, procurar os Órgãos competentes de cuidado e proteção da criança e do adolescente, no sentido de registrar a queixa crime contra alguém, para a intervenção do Estado. Nesse subtema, a nossa intenção foi identificar as pessoas que mais procuram esses Órgãos. A revelação, por sua vez, entendemos ser é o ato da descoberta do fato. No caso da revelação, Mattos (2002) identificou que, dos sete casos, por ela estudados, um foi revelado pela irmã, outro, pelo médico e os

demais pela própria criança, sendo que uma delas, após três anos, depois de encerrado o abuso.

Na nossa pesquisa, das sete psicólogas entrevistadas, quatro apontaram, exclusivamente, a mãe como a pessoa que mais faz a denúncia, uma apontou a mãe e em segundo lugar a avó; outra mencionou a mãe, em primeiro lugar, seguida da denúncia anônima, em segundo lugar. Somente, uma participante comentou que foram os vizinhos, a escola e os professores.

Maria comenta sobre a denúncia:

Quando se trata de meninos, a tendência maior são as mães fazerem à denúncia... Uma grande maioria que entra com processo de denúncia. Algumas têm dificuldade de dar continuidade, por pressões, elas são ameaçadas, não é? Mas, a tendência é realizar isso. (Maria).

6.2.6 Atitude da família frente à intervenção psicológica

“Eu acho que, às vezes, é melhor guardar tudo, não falar disso e esquecer”.
 “A promotora disse que era pra eu trazer, então eu estou trazendo”.
 “O Conselho Tutelar disse que eu tinha que trazer”.
 (Mãe)

Maria e Ana comentam sobre o desejo das mães, em relação ao atendimento psicológico e a boa aceitação do trabalho psicoterapêutico. Constatam que, de um modo geral, elas sentem a necessidade, pois elas ficam muito perdidas:

Nós temos, aqui, uma incidência boa de aceitação do trabalho. De um modo geral, essas famílias, recebem o trabalho, sim, elas aceitam, elas acatam, elas demonstram uma certa sensação de conforto, em saberem que vão ser acolhidas, em determinado espaço, de modo geral. (Maria)

Desejam, ficam muito perdidas. Às vezes, têm que mudar de lugar, de escola, endereço, não é? Têm que sair da comunidade. Porque elas ficam se sentindo, assim, se sentem discriminadas e precisam, assim, é como se elas tivessem renascendo, recomeçando, preferem recomeçar em algum outro local. (Ana)

Ana ressalta que elas ficam perdidas e que, às vezes, sofrem o dano secundário da estigmatização social, devido ao vazamento do fato para a comunidade em que convivem (FURNISS, 1993). Muitas vezes, têm que mudar de endereço, de escola, porque, tanto as crianças, quanto a família, sentem-se discriminadas e precisam recomeçar, de preferência, em outro lugar. De um modo geral, existe uma boa aceitação do trabalho, demonstram certa sensação de conforto, em saber que vão ser acolhidas.

Mas, por outro lado, existem aquelas famílias que querem esquecer o acontecido e tendem a querer abandonar o atendimento: têm uma resistência grande, em relação à violência sexual e só comparecem ao atendimento, em virtude da atuação do Conselho Tutelar e do Ministério Público. Nesse aspecto, Cláudia, Marta e Mary comentam:

Há muita resistência, muita resistência em relação à violência sexual. Então, quando o caso já está no GPCA, está na Promotoria, aí, eles trazem. Mas, muito mais, a maioria deles, porque existem uns que vêm com a consciência: “Meu filho precisa de um acompanhamento psicológico”. Outros não, vêm por que “A Promotora disse que era pra eu vir, então, eu tô vindo”. “A promotora disse que era pra eu trazer, então, eu estou trazendo”. “O Conselho Tutelar disse que eu tinha que trazer”. Aí, traz muito mais, porque é uma obrigação, muito mais, do que por uma necessidade. (Cláudia)

Pelas famílias que a gente tem acompanhado, aqui, elas têm vindo, têm participado, apesar de, às vezes, elas nem darem muita credibilidade ao que aconteceu. Mas elas vêm, porque sabem que a gente trabalha com o Conselho Tutelar, direto com o Ministério Público, então, a gente faz o trabalho ligado. Quando não comparecem, a gente manda uma solicitação para o Conselho intervir, sempre a gente faz isso. (Marta)

Contudo, existe, em algumas famílias, a tendência a desejarem esquecer o assunto, além do abandono do tratamento. Nesse aspecto, Mary comenta:

(...) Há um movimento muito grande de querer esquecer. Então, a gente tem um número muito grande de abandono. Porque, acaba o atendimento, sendo o momento de lembrar. Eles colocam que não

têm que estar vindo, aqui, pra falar só da violência, necessariamente, do que aconteceu, mas, pode estar trazendo outras questões. Mas, existe uma dificuldade: “Eu acho que, às vezes, é melhor guardar tudo, não falar disso e esquecer”. Mas, essas famílias que são resistentes, na hora em que é marcado a audiência, aí, corre para o atendimento: “Olha, pelo amor de Deus, tem audiência, o que é que eu faço?”. E, aí, a gente vê essa quebra de trabalho. É muito complicada essa questão do atendimento continuado.

Essa tendência em querer fugir do atendimento é ressaltada por Araújo (2002), como decorrência de uma ansiedade, frente à situação do abuso. Furniss (1993) analisa essa questão, a partir da existência de uma motivação que pode estar relacionada, entre outros fatores, ao medo da ruptura familiar e perder o suporte econômico, devido a um possível afastamento, por ordem judicial, do perpetrador.

6.2.7 A existência de outros casos de abuso na família

De um modo geral, as participantes apontam que, necessariamente, não existem outros casos de abuso na família. No entanto, Ana, Maria, Mary, Alexandra e Cláudia ressaltam que existem casos em que ocorreram, sim:

Necessariamente, não. Existe mais quando é caso de menina. A gente percebe a coisa assim, meio transgeracional. Com meninos, a gente não tem, assim, essa história de haver outros casos de abuso, o pai foi abusado, o avô foi abusado, não. Acontece, não é? Um percentual muito alto, mas, acontece quando é menina. Daí, a mãe já ter sido abusada, a avó já ter sido abusada. Aí, fica aquele segredo coletivo. Até, que essa mãe quebra, no que ela abre, faz a denúncia, aí ela quebrou toda essa história. Aí, às vezes, ela e a criança precisam ser trabalhadas. (Ana)

(...) Geralmente, não. Mas, eles existem. Geralmente, com o irmão, com uma pessoa que tenha uma relação de proximidade. Eu tive um atendimento, recentemente: dois irmãos, um, esse caso que falei com características autistas de comportamento. O irmão estava com três anos, quando foi abusado. Então, começou pelo irmão, depois de um tempo, deixou mais o maior e começou a abusar do menorzinho. (Maria)

É do irmão, da irmã, às vezes, assim. Não só essa questão é do sexo, mas o pai que abusa do menino, abusa, também, da menina.

Que, aí, a gente vê que não é só uma relação de gênero, é uma relação da questão do poder mesmo. (Mary)

Sim, um primo e com um tio, que, quando era adolescente, foi abusado e tornou-se um abusador. (Alexandra)

(...) Normalmente, é assim, hoje é uma criança, mas essa criança tem uma irmã que já está adolescente, essa adolescente foi abusada. Quando a violência vem, à tona, aí vem, à tona, tudo. A gente tem casos, aqui, dessa natureza, que a criança revela, mas, antes, muito antes, outros já tinham, já existiam outras vítimas, dentro dessa mesma família que não revelou. (Cláudia)

Esse padrão familiar de comportamento, em que mais de uma criança, independente do sexo, sofre o abuso sexual, foi constatado por Furniss (1993) e por Kaplan, Sadock e Grebb (1997).

6.3 Percepção de diferenças quanto ao abuso sexual contra meninos para o abuso sexual contra meninas

Cláudia e Maria pontuam que a diferença básica é com relação ao comprometimento da identidade:

(...) As meninas assumem comportamentos diferenciados dos meninos, não têm a preocupação quanto à sua identidade de mulher, ou de homossexual, elas não têm dúvida, em relação à sua sexualidade, essa orientação sexual, elas nunca trazem essa dúvida, já o menino traz. Então, a violência é a mesma, agora o que vai gerar, daí, é que faz a diferença, porque a menina aborda de uma outra forma. É diferente do menino, porque as preocupações dos meninos são, realmente, outras: é muito acerca da sua orientação sexual. Os meninos trazem muito essa coisa da homossexualidade, do medo da homossexualidade. Já as meninas trazem uma dificuldade muito grande, com relação à figura masculina, relacionamentos, com figuras masculinas, seja tio, pai, amiguinho, colega, irmão mais velho, seja quem for. Foi homem, para ela, é uma figura ameaçadora. Já os meninos, não. Não são todos os homens que são figuras ameaçadoras, mas claro, que há meninos que não conseguem nenhum tipo de relação, isso existe, também. Mas, a menina ela é, essa é, assim, é bem taxativa. O relacionamento da menina, com a figura masculina fica muito comprometido. (Cláudia)

É. Nos meninos, a diferença que fica entre ambos, é em relação à descaracterização da sua função, então, no menino a sua função, dele, masculino. (...) É da identidade, no mais você pode perceber todos os tipos de sintomas muito parecidos. (Maria)

Essa preocupação, no tocante à orientação sexual, sentida pelos meninos, na maioria das vezes, reforçada por ser um sentimento comum de seus familiares, foi constatada por Kristensen (1996).

Alexandra e Ana enfocam a diferença, no aspecto do não uso da sedução e de mais assertividade por parte do perpetrador do abuso:

Existe a sedução do sexo oposto, com menino isso já não existe. O tio, ou seja, lá o irmão, o primo, quando chega, o artifício que ele usa para essa pessoa que vai ser abusada é que ele também passou por isso. (Alexandra)

A dor é a mesma, mas é um pouco diferenciado assim, na forma de tratar, de essa pessoa chegar. O abuso da menina começa, com uma sedução e ela vai crescendo, aos poucos. O abuso com meninos, não começa e vai crescendo, não, a sedução é mais de imediato, mais pontual. Com a menina já vem com uma história maior. (Ana)

Marta aborda a diferença, no aspecto do cuidado materno. Para a participante, com relação aos meninos, as mães, em sua grande maioria, são mais negligentes:

(...) Então, eu acho que ele é mais sofrido é mais carente... O cuidado é muito diferenciado, em relação do menino para menina. Eu percebo uma falta de cuidado maior, em relação ao menino. Ele pode ficar solto, não é? Eu vejo, assim, mais negligenciado, não é? O cuidado que se tem com a menina, a proteção Principalmente em relação à sexualidade, a menina é mais protegida. O menino é mais desprotegido, não se tem obrigação, como se tem aquele cuidado, que se tem com a menina. (...) Com uma menina, o cuidado é maior, a atenção é muito maior com a menina. Agora depende muito da mãe, porque existe mãe que mesmo sendo com a menina ela não tem o cuidado, ela é negligente, ela nega.

Analisando as características das famílias, em que ocorre o abuso sexual intrafamiliar contra crianças, Furniss (1993) pontua que, nas famílias com

relacionamento mãe-filha próximo e protetor, as mães captam, por parte da criança, o sinal do abuso sexual e o interrompem de imediato, evitando, assim, o abuso continuado. Mattos (2002, p. 196), por sua vez, ressalta que, nos casos de abuso de meninos, as reações dos pais e das mães mais freqüentes são de “continência” e preocupação com a identidade sexual da criança.

Madalena, por sua vez, traz a visão de uma maior submissão da menina e destaca que a indignação e os sentimentos de medo, vergonha e raiva, na menina em relação ao perpetrador, são mais intensos.

Nas meninas, existe o comportamento mais acentuado de vergonha em relação ao que aconteceu e medo de se repetir é bem maior, como se elas estivessem mais a mercê do agressor do que o menino... Indignação, raiva, eu acho que, nas meninas, ela é mais acentuada do que nos meninos. Em relação ao agressor, a indignação, a raiva, o medo é mais acentuado, eu acho.

Essa condição feminina de mais fragilidade e submissão é trazida por Silva (2002), ao comentar sobre o maior poder de defesa que os meninos passam a ter, em função do seu desenvolvimento físico, a partir da adolescência, comparado ao das meninas.

Mary observa que, tanto no abuso contra meninos, quanto no abuso contra meninas, a grande arma que é usada é a confiança da criança (AZEVEDO; GUERRA, 1994; CROMBERG, 2001; FURNISS, 1993; MILLER, 1994; PERREIRA, 2002). No entanto, Mary ressalta a dificuldade que existe, por parte do menino, em reconhecer que sofreu um abuso (GOBBETTI; COHEN, 2002):

É a diferença do menino para a menina, eu acho que é a questão do reconhecimento de que foi abusado, é a base de que eles têm do abuso. Quando a gente atende é que vê que é muito difícil o reconhecimento de que “eu fui abusado”. (...) É a dificuldade mesmo, como eu estava falando antes, com a masculinidade de reconhecer, então mesmo havendo gente que diz “eu vi que o vizinho abusou”, “não, não abusou estava conversando, estava brincando”. Eu acho que esse conflito mesmo, “se eu reconhecer que fui abusado, eu sou homem?”, eu acho que existe esse grande questionamento eu acho que é a masculinidade.

A observação de Mary é refletida, quando, das sete participantes, cinco indicaram que o abuso sexual contra os meninos é mais mantido no silêncio do que aquele praticado contra as meninas. Uma aponta que contra a menina é mais silenciado e outra que os dois são, igualmente, silenciados. Por outro lado, quatro participantes indicaram uma tolerância maior, por parte das famílias, no abuso contra as meninas e, apenas, uma participante indicou que a tolerância é maior no caso dos meninos. Uma referiu que a indignação é a mesma para ambos os casos e outra que não há tolerância, em nenhuma das situações.

6.4 As atitudes dos profissionais de Psicologia, frente à situação do abuso sexual infantil

De um modo geral, os casos atendidos pelas participantes nas Instituições são provenientes de um processo de denúncia, realizado junto aos Órgãos Públicos, envolvidos em atividades de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Dentro dessa perspectiva, apesar de a denúncia ser considerada por todas as participantes, como um processo que gera um novo estresse, na maioria das vezes provocando danos secundários para a criança e para a família (FURNISS, 1993), ela é o caminho comum. Assim ressalta Maria:

É, em relação à situação do abuso, reza o Estatuto, que tem o amparo legal para isso, não é? Quando existe, efetivamente, uma suspeita muito forte, não é? Procurar os Órgãos que possam averiguar a ocorrência do abuso, encaminhando a denúncia. (...) Na situação de denúncia, você tem um novo dado de violência, porque é exposição da criança. É a fala dela no GPCA, na Delegacia, é a fala dela para o advogado, é a fala dela para o Assistente Social, é a fala dela para o Psicólogo. (...) Então, é o trazer, à tona, todo o processo e isso é uma nova situação de muito estresse para a criança.

Nesse aspecto, do processo que a criança tem que percorrer, pelas vias legais e, diante da revolta que, geralmente, emerge, na família, Madalena pontua:

(...) primeiro de escuta... Depois de orientar. Porque é importante que aquilo fique na família... E a gente procura é tranquilizar a família, que a criança vai ser atendida, vai ser tratada, que a família vai tentar responsabilizar os culpados e que aquilo fique dentro da família, para não expor mais a criança, o adolescente nem essa família... E quanto mais a pessoa se expõe, ela vai ser novamente, vitimizada, não é? Ela já vem aqui, vai para o IML, já vai para GPCA, para o Conselho Tutelar, vai falar tudo aquilo de novo. Novamente falar em outros cantos, outros ambientes, é mais uma violência contra aquela criança que já foi vítima. É um comportamento muito assim, de acolher de tranquilizar e de mostrar quais as formas de trabalhar aquilo de uma forma mais saudável para a família e para criança. Pois é, quando chegam aqui, é: “eu vou matar, vou mandar matar, eu vou pegar alguém na prisão e vou matar, eu não vou mandar beijar”. A gente: bom não é bem assim, o que a gente poderia fazer, em relação a esse agressor, como é que a gente poderia usar para levá-lo diante da Justiça? Existem vias legais, existe um processo correndo na justiça, a gente tem que defender essa criança e levar até o fim esse processo, para que o Juiz ou a Juíza possa chegar à condenação e não a absolvição do réu. Ele vai ser punido, vai ser responsabilizado.

Alexandra ressalta a necessidade de respeitar e conquistar a confiança da mãe e pontua, para os casos em que ainda não houve a denúncia:

(...) Eu tenho que respeitar essa mãe que chega que, muitas vezes, a gente sabe que o problema foi dentro da casa dela e que eu tenho que ganhar a confiança... Para que ela possa confiar em mim, e ela dizer: “olha, isto está acontecendo dentro da minha casa e eu quero fazer uma denúncia”. Caso eu não consiga isso, essa denúncia não vai acontecer. Esse abuso poderá vir a acontecer mais uma vez, mais uma vez dentro de casa, entendeu? Então, assim, é de verdade um caminho muito árduo que a gente trilha... E dessa conquista a gente tem que fortalecer essa pessoa, pra que ela possa fazer a denúncia.

Cláudia, por sua vez, ao focar os casos em que, ainda, não houve a denúncia ressalta:

Sempre que o psicólogo estiver diante de um caso de abuso sexual, ele tem que, antes de mais nada, comunicar à família o que está acontecendo. Claro que ele tem que dizer para a criança com quem ele vai conversar, e ele deve conversar com os pais, quando é num consultório particular, não é? Quando vem aqui... Eles já vêm com tudo, o fato já consumado, todo mundo já está sabendo, já houve denúncia. Mas, quando uma criança está num consultório particular

e esses pais não sabem o que houve, ou um dos pais não sabe que houve violência sexual e a criança revela numa sessão, que é abusada sexualmente por um dos parentes, então a postura ética é a comunicação, é a comunicação no sentido, da denúncia. (Cláudia)

Marta ressalta, além do sigilo e da necessidade de despertar confiança na criança e na família, a necessidade de o psicólogo ser trabalhado, psicologicamente, para poder prestar o atendimento:

A questão do sigilo, eu acho muito importante. A questão da confiança, também, de você ter de respeitar esse momento da criança, o momento da família. Eu acho que a gente tem que saber lidar. Não é fácil trabalhar com abuso. Pela minha experiência não é fácil. É uma coisa muito íntima, é uma questão assim, agressiva demais, violenta. Então, você tem que estar muito bem para poder estar acompanhando essa criança. Eu acho que o psicólogo que trabalha com o abuso, tem que ser trabalhado também. Tem a questão da Justiça que é muito importante.

Mary aborda o conflito que surge entre manter o sigilo e não ser cúmplice:

É um conflito muito grande, inclusive assim, várias vezes, a gente vai ao Conselho Regional falar de casos, como é que a gente age. Assim, porque o maior conflito que eu acho é você manter o sigilo, mas sem ser cúmplice... E aí, a gente tem que partir de um princípio que é garantia do direito à vida. (Mary)

Observamos, através das descrições acima, a complexidade que é trabalhar a situação do abuso sexual infantil. Mais do que os possíveis problemas psicológicos primários, que a criança e a família possam enfrentar, eles, também, ficam vulneráveis aos possíveis danos secundários, provenientes dos conflitos entre os procedimentos das intervenções legais, multidisciplinares, e os aspectos psicológicos e de proteção da criança (FURNISS, 1993; MILLER, 1994).

Para as profissionais entrevistadas, a questão do abuso sexual contra crianças é muito mobilizadora, devido à carga de sofrimento que acarreta, sendo necessários bom senso, sensibilidade e equilíbrio por parte de quem atende a criança e a família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos *investigar, a partir da experiência clínica de psicólogos que atendem em Instituições, crianças em situação de abuso sexual, o impacto do abuso sexual intrafamiliar praticado contra meninos*, primeiro por ser um atendimento de conhecimento público que a nós se apresentou como uma fonte disponível da informação desejada, uma vez que, em nosso consultório, só atendemos, indivíduos a partir da adolescência adulta. Segundo, devido à nossa necessidade de uma compreensão mais profunda, em torno desses meninos e de suas famílias, pois na nossa prática clínica, ouvimos relatos de pessoas que, ainda crianças e adolescentes, sofreram o abuso sexual praticado por membros da própria família. Em alguns relatos, além da dor psíquica, pudemos constatar comportamentos associados ao uso excessivo do álcool, de drogas lícitas e ilícitas, desequilíbrio na vida afetiva, bissexualismo, homossexualismo, culminando com tentativas de suicídio, levadas ou não a termo.

Especificamente, buscamos descrever os comportamentos apresentados pelos meninos, após o abuso, nas dimensões cognitiva, afetiva e social; identificar as figuras parentais que mais perpetraram o abuso sexual contra os meninos; caracterizar o funcionamento da família, antes e após a ocorrência do abuso; compreender como as mães reagem, frente à situação do abuso contra o filho e conhecer as peculiaridades do abuso sexual, contra os meninos.

Para a realização do nosso estudo, contamos com a participação de sete psicólogas clínicas, as quais tinham que estar atuando em Instituições que prestam atendimento às crianças que sofrem o abuso sexual, pelo menos, desde a implantação, no Grande Recife, do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência

sexual infanto-juvenil, ou seja, com quatro anos de experiência clínica, nesse tipo de atendimento. Julgamos essa condição necessária para que tivéssemos depoimentos que pudessem, melhor, contribuir para a elaboração de idéias e reflexões, relativas às questões, levantadas nesta pesquisa.

Ao revelarem como *percebem* os meninos que sofreram o abuso sexual intrafamiliar, as participantes apontam que, em geral, as crianças demonstram uma inibição em falarem do abuso sofrido, em especial, no caso dos meninos, porque eles sentem bastante envergonhados e constrangidos. Tendem a esconder o fato, existindo, por parte de alguns, uma resistência em reconhecerem o ato como abusivo e, em sua maioria, apresentam preocupação e medo da discriminação, como também, receio da estigmatização social.

Frente aos *comportamentos observados*, nos meninos que sofrem o abuso sexual, as participantes, unanimemente, apontam como as mais genéricas, a agressividade e a exacerbação da sexualidade. Essa última – a exacerbação da sexualidade - leva, muitas vezes, esses meninos à busca da reprodução da atividade sexual e/ou colocando-as em uma situação de um novo abuso. Nesse aspecto das conseqüências, na área sexual, outras reações relevantes identificadas são: o medo da homossexualidade, confusão e dúvidas, no tocante a sua orientação sexual, identificados, em especial, nas crianças com idade acima dos sete anos. Esse conflito, com a sexualidade, muitas vezes, é agravado pela própria família, ao levantar as mesmas dúvidas e/ou insinuar, de forma negativa, os seus trejeitos. Em sua grande maioria, os meninos apresentam uma “inconstância de comportamento”: partem do “retraimento” para a “agressão”, na medida em que são confrontados e lhes são colocadas algumas situações de estresse. As “dificuldades de aprendizagem” e os problemas escolares, também são apontados.

Seguindo a descrição dos comportamentos observados, constatam-se os sintomas, decorrentes do estresse pós-traumático: depressão, distúrbio do sono, pesadelos, terror noturno, medo em suas mais variadas formas: de escuro, de estranhos, de pessoas, de sair sozinho, de ficar sozinho. Dependendo da faixa etária, quando a perpetração do abuso sexual ocorre, precocemente, na vida de uma criança, elas podem apresentar características autistas de comportamento. Por sua vez, entre os adolescentes, foi identificado um quadro depressivo, levando-os a um comportamento auto-destrutivo incluindo, a tentativa de suicídio.

Por outro lado, existem aquelas crianças que enfrentam a situação, de forma “natural”. O diferencial que contribui para esse tipo de reação, conforme ressaltado por uma das participantes, diz respeito à forma como a família reage à situação do abuso.

Na dimensão afetiva, foram descritos os *sentimentos experienciados pelos meninos*, em relação a si próprios, ao ato abusivo, ao perpetrador do abuso, à família e aos amigos.

Em relação a si próprio, o sentimento mais evidenciado foi o de baixa auto-estima, repercutindo, na autonomia e na capacidade de criar e aprender. Em seguida, foram descritos: vergonha, tristeza e o medo, sob vários aspectos, conforme evidenciados, anteriormente, no subtema *comportamentos observados*. Em alguns meninos, foi identificado o nojo de si próprios. Em sua grande maioria, a partir da conscientização da agressão sofrida, emergem a revolta e a culpa por não terem reagido. Também, foi relatada a culpa provocada pela própria família, ao responsabilizá-lo pelo ato abusivo, pela revelação e afastamento do perpetrador da família.

Os sentimentos, em relação ao ato abusivo, descritos, além da dificuldade do reconhecimento, do referido ato, como tal, isto é, abusivo por parte de algumas crianças, conforme comentado, anteriormente, foram de ódio, revolta, impotência, culpa, constrangimento, vergonha, aversão e nojo.

Em relação ao perpetrador do abuso, o mais evidente é a ambivalência entre amor e ódio, principalmente, quando essa figura é o pai. Também, foram elencados a repulsa, a raiva e o medo. E em alguns casos, a relação com a figura perpetradora é tão forte que o menino chega a sentir a falta dessa figura, no caso de separação.

Em relação à família, alguns se demonstram preocupados em não serem aceitos como antes da revelação do abuso. Na sua maioria, sentem-se desprotegidos, confusos, inseguros, perdidos e culpados pela desestruturação da família. Em geral, os meninos, com idade acima dos oito anos, responsabilizam a mãe pela desproteção, como também, há uma quebra de confiança, em relação aos demais membros da família.

Em relação aos amigos, as relações interpessoais tornam-se confusas. Para a maioria dos meninos que têm a noção de que a experiência vivenciada é uma atividade condenável, socialmente, emergem sentimentos de estranheza, vergonha, medo das pessoas e da estigmatização. Comumente, consideram-se diferentes, buscam isolamento, evitam ficar em grupos e o estabelecimento de uma maior aproximação com as pessoas.

Observamos que todos os sentimentos descritos estão, intrinsecamente, relacionados entre si. Ao segmentá-los, buscamos caracterizar os efeitos na forma como o menino lida consigo mesmo e em suas relações interpessoais. Foi constatado que os sentimentos negativos são mais evidenciados nos meninos que reúnem maior capacidade cognitiva, porque propicia a tomada de consciência do

discurso social e experienciar o fato como uma atividade condenável, socialmente. Por sua vez, os meninos mais novos (em geral até 7 anos de idade), que ainda não atentam para o julgamento social, transitam e se posicionam, diante dos amigos, de uma forma natural.

O segundo objetivo específico da pesquisa foi *identificar os familiares que mais perpetraram o abuso sexual* contra os meninos. Nesse aspecto foi identificada a figura do pai, com a maior incidência, seguida dos tios e dos padrastos e com a menor incidência, as figuras do primo, da mãe, do avô e do padrinho.

O terceiro objetivo específico foi o de *caracterizar o funcionamento da família, antes e após a ocorrência do abuso*. Nesse aspecto, existe uma dificuldade das participantes de descreverem o funcionamento da família anterior ao abuso, porque a maioria das famílias assume uma postura defensiva, outras negam, tentando se proteger. Muitas vezes, na busca dessa proteção, a família ameaça o menino para não revelar a violência sofrida.

De um modo geral, antes do conhecimento do abuso, a família é percebida mantendo a sua estrutura, como outra qualquer. Geralmente, o perpetrador é a pessoa provedora e esteio econômico da família, próxima e mais presente na vida da criança, cuidadosa e que apresenta uma imagem de “respeitador das normas” e, entre as mães, por sua vez, algumas são negligentes. Em dois casos, nos quais as mães foram o agente perpetrador, uma tem comportamento associado ao uso do álcool e a outra apresenta problemas de saúde mental. Foi ressaltado, por algumas participantes, que o abuso é decorrente da má organização da família. Após a ocorrência do abuso, com a revelação, por parte da criança ou de terceiros, a família, em primeira instância, fica surpresa, sofre o impacto, podendo surgir, concomitantemente, o descrédito para com a informação, muitas vezes,

dependendo do tipo de abuso difícil de ser confirmada. Posteriormente, através das evidências, a família passa a acreditar, e geralmente, faz a denúncia. Demonstra indignação, ódio e raiva desse perpetrador e, por vezes, desejo de vingança e medo. Com relação ao menino, na maioria das famílias, a mãe torna-se vigilante, temendo que venha acontecer um segundo abuso, ou dentro de casa ou na rua. Na maioria dos casos, as famílias apóiam essa criança, acreditam nela e a protegem. Evidenciou-se, também, um sentimento de culpa na família, principalmente, na mãe. Algumas famílias deixam de acreditar no relato da criança. Outras, em sua minoria, por sua vez, discriminam, culpam, espancam e castigam a criança, por ter revelado o abuso e pelo afastamento do pai. É importante ressaltar a postura da família que, diante de um único episódio, não o encarou como um problema merecedor de uma abordagem mais profunda. Por outro lado, para algumas famílias, a necessidade de sobrevivência é tão premente que o abuso passa a um plano secundário.

Como podemos observar, não existe um funcionamento padrão, variando de uma família para outra. No entanto, algumas características peculiares são ressaltadas a essas famílias, como a posição ocupada pelo perpetrador na qualidade de provedor e mais presente na vida da criança; a importância da mãe como progenitor não abusivo, no balizamento das interações familiares, no evitamento ou manutenção de um abuso prolongado e o impacto que a revelação e a denúncia do abuso causam em todas as famílias.

Ainda, nesse aspecto de caracterizar o funcionamento das famílias, procuramos *identificar a existência de outros casos de abuso na família*, sendo constatado que, necessariamente, não existe a prevalência desse padrão familiar.

O quarto objetivo específico foi o de *compreender como as mães reagem, frente à situação do abuso contra o filho*. De um modo geral, as mães, diante da

descoberta do ato abusivo, sofrem um impacto e demonstram desconfiança quanto à veracidade do fato, tendo em vista que o perpetrador do abuso, geralmente, é pessoa tanto da sua confiança quanto do menino. Por sua vez, o impacto sofrido, muitas vezes, provoca, na mãe da criança, um desmoronamento de toda uma vida que ela pensou em construir. Em algumas mães, emergem os sentimentos de revolta e culpa; tornam-se mais atentas, no sentido de dar proteção e acolher; revelam-se preocupadas com a orientação sexual do filho e evitam o contato entre o perpetrador ou o suposto perpetrador e a criança. Por outro lado, existem aquelas mães que fazem pacto com o agressor e sugerem que o menino negue a ocorrência do abuso. Como se trata de menino, quando é uma mãe que acredita na criança, a tendência maior é denunciar. Nesse aspecto, as participantes evidenciaram a figura materna como aquela que mais faz a denúncia, seguida da avó, da denúncia anônima, dos vizinhos, da escola e professores. Posteriormente, algumas mães têm dificuldades de dar continuidade ao processo desencadeado, por sofrerem pressões e ameaças.

Com relação ao acompanhamento psicológico, foi constatado, por parte da maioria das mães, o desejo e a boa aceitação do trabalho psicoterapêutico, de um modo geral, elas sentem a necessidade, pois elas ficam muito perdidas. Mas, por outro lado, existem aquelas mães que querem esquecer o acontecido e tendem a querer abandonar o atendimento, têm uma resistência grande, em relação à violência sexual e comparecem, apenas, ao atendimento, em virtude da atuação do Conselho Tutelar e do Ministério Público.

O quinto e último objetivo específico foi de *conhecer as peculiaridades do abuso sexual, contra os meninos*. Nessa perspectiva, procuramos enfocar a percepção de diferenças quanto ao abuso sexual contra meninos para o abuso

sexual contra meninas. Nesse aspecto foi evidenciado que a diferença básica se encontra nas preocupações dos meninos acerca da sua orientação sexual, muitas vezes, reforçada pela própria família, ao demonstrar a mesma ansiedade. Outro aspecto identificado é que o perpetrador, ao abordar o menino, não usa da sedução, como assim o faz, no caso das meninas. Para os meninos, o perpetrador é mais assertivo.

Por fim, como complemento das informações colhidas, procuramos identificar as opiniões das participantes, com relação às *atitudes dos profissionais de Psicologia frente à situação do abuso sexual infantil*. Apesar de a denúncia ser considerada por todas as participantes como um processo que gera um novo estresse, na maioria das vezes, provocando danos secundários para a criança, ela é apontada como o caminho comum, mais eficaz e imediato de se combater o abuso.

Convém ressaltarmos as dificuldades inerentes a esta pesquisa, frente às quais nos deparamos. Nesse aspecto, apresentamos, como limitações: a escassez de literatura em língua portuguesa que trata do abuso sexual infantil, especialmente ,o praticado contra meninos; a dificuldade de acesso à literatura estrangeira e de acesso a psicólogos não institucionalizados que prestam atendimento a crianças e adolescentes que sofreram o abuso sexual. Além disso, trata-se de um tema denso que mobilizou tanto as participantes como o pesquisador.

Faz-se necessário destacar a presença de dois fatores que, certamente influenciaram os resultados do nosso estudo: a presença, tão somente, de mulheres como participantes, uma vez que nas Instituições visitadas não encontramos psicólogos prestando atendimento psicoterápico e o nível socioeconômico das crianças atendidas nas Instituições pesquisadas, todas pertencentes à camada social de baixa renda.

Vale salientar que os dados colhidos foram retirados de uma amostra restrita à Região Metropolitana do Recife, que tem valores e cultura próprios, além de condições de sobrevivência, diferente, portanto, de outras Regiões do País.

Considerando que esta pesquisa representa, essencialmente, uma busca de aproximação de realidade da experiência do abuso sexual intrafamiliar, vivido por algumas crianças do sexo masculino, esperamos que, a esse respeito, seja relativizada, servindo como uma ferramenta de reflexão e dando origem a novas pesquisas que explorem, ainda mais, essa e outras dimensões, acerca do abuso sexual intrafamiliar de meninos. Nessa perspectiva, sugerimos, por exemplo, entre outras: pesquisas referentes à percepção dos psicólogos; à faixa etária dos meninos que sofrem o abuso sexual; abordando meninos de diferentes níveis sócio-econômicos e em outras Regiões do País. Esperamos, ainda, que ela venha a servir como instrumento para subsidiar, no sentido de prever e ampliar os conhecimentos técnicos, para o atendimento psicológico às crianças, adolescentes, aos adultos e suas famílias, envolvidos no abuso sexual intrafamiliar, bem como para o desenvolvimento de estudos, voltados para a política de enfrentamento e combate ao abuso sexual infantil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O. P.; DRATCU, L.; LARANJEIRA, R. **Manual de psiquiatria**. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 1996. 307 p.

ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em estudo**. Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez. 2002.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 279 p.

AUGRAS, M. **O ser da compreensão**: fenomenologia da situação de psicodiagnóstico. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 96 p.

AMAZARRAY, M. R.; KOLLER, S. H. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia reflexão e crítica**. Porto Alegre: 1998. Disponível em < <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> >. Acesso em: 24 jul. 2005.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. (Org.). **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989. p. 25-47.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. Incesto ordinário: a vitimização doméstica da mulher-criança e suas conseqüências psicológicas. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. (Org.). **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 185-210.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. (Org.). **Infância e violência doméstica**: perguntelho: o que os profissionais querem saber. São Paulo: Ipusp – Laboratório de Estudos da Criança, 1994. 183 p.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas**. Tradução Francisco M. Guimarães. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1975. 351 p.

BÌBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução Missionários Capuchinhos. São Paulo: Stampley Publicações, 1974. 1292 p.

BRASIL. **Código penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BUBER, M. **Eu e tu**. Tradução Newton Aquiles Von Zumben. 6. ed. São Paulo: Centauros, 2003.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da adolescência**: normalidade e psicopatologia. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 157 p.

CENTRO DOM HELDER CÂMARA DE ESTUDOS E OBRAS SOCIAIS. **A família esperta**: como reconhecer os sinais de violência sexual em crianças e adolescentes. 3. ed. Recife: Gol Gráfica, 2004. 43 p.

COLL, C. (Org.). **Psicologia da educação**. Tradução Cristina Maria de oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. 209 p.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 282 p.

COSTA, V. E. S. M. A presença nos sistemas de intimidade. In: ENCONTRO GOIANO DA ABORDAGEM GESTÁLTICA, 11. 2005, Goiânia. **Anais...** Goiás: Andrade, C. C.; Carmo, M., 2005. p.117-143.

CROMBERG, R. U. **Cena incestuosa**: abuso e violência sexual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. 259 p.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Campinas: Jurídica Mizuno, 1999. 436 p.

FAIMAN, C. J. S. **Abuso sexual em família**: a violência do incesto à luz da psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 90 p.

FERRARI, D. C. A. Visão histórica da infância e a questão da violência. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (Org.). **O fim do silêncio na violência familiar**: teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002a. p. 23-56.

FERRARI, D. C. A.. Definição de abuso na infância e na adolescência. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (Org.). **O fim do silêncio na violência familiar**: teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002b. p. 81-94.

FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. Introdução. In: Kaloustian, S. M. (Org.). **Família brasileira a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994. p.11-15.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006. 295 p.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança**: uma abordagem multidisciplinar, manejo terapia e intervenção legal integrados. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. 337 p.

GRANDE Dicionário Larousse cultural da língua portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 2000, 928 p.

GOBBETTI, G. J.; COHEN, C. Caracterização do abuso sexual intrafamiliar através de dados elaborados no Ceará. In: LEVISKY, D. W. (Org.). **Adolescência e violência**: ações comunitárias na prevenção “conhecendo, articulando, integrando e multiplicando”. São Paulo: Casa do Psicólogo, Hebraica, 2002. p. 153-166.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. D. S.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. 2922 p.

KAPLAN, H. I.; SADOCK, B.J.; GREBB, J.A. **Compêndio de psiquiatria**. Tradução Dayse Batista. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 1169 p.

KENDALL- TACKETT, K. A.; WILLIAMS, L. M.; FINKELHOR, D. Impact of sexual abuse on children: a review and synthesis of recent empirical studies. **Psychological Bulletin**, v. 113, n. 1, p. 164-180, jan. 1993. Disponível em < <http://www.granitescientific.com/PsychologicalBulletin.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2007.

KRESTAN, J.; BEPKO, C. Mentiras, segredos e silêncio: os múltiplos níveis da negação em famílias adictivas. In: IMBER-BLACK. E. **Os segredos na família e na terapia familiar**. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p.147-165.

KRISTENSEN, C. H. **Abuso sexual em meninos**. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996. Disponível em < <http://www.biblioteca.ufrgs.br/bibliotecadigital/2005-1/tese-psico-177073.pdf> >. Acesso em: 25 abr. 2007.

LEAL, M. L. P. A construção teórica sobre a violência sexual. In: COSTA, J. J. (coord.). **Rompendo o silêncio**. São Luiz: CEDA, 1997. p. 11-15.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Tradução Mariano Ferreira. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 540 p.

MATOS, J. C. Apresentação. In: PIRES FILHO, M. F. **Os sentidos: uma aprendizagem de contato**. 2 ed. Olinda: LivroRápido, 2006. p. 5-9.

MATTOS, G. O. Abuso sexual em crianças pequenas: peculiaridades e dilemas no diagnóstico e no tratamento. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (Org.). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2002. p. 174-200.

MÉLLO, R. P. **A construção da noção de abuso sexual infantil**. Belém: EDUFPA, 2006. 293 p.

MILLER, D. Incesto: o centro da escuridão. In: IMBER-BLACK, E. **Os segredos na família e na terapia familiar**. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p.185-199.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 269 p.

MINUCHIN, S. **Famílias: Funcionamento & tratamento**. Tradução Jurema Alcides Cunha. Porto alegre: Artes Médicas, 1982. 238 p.

OSÓRIO, L.C. **Casais e famílias: uma visão contemporânea**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

OSÓRIO, L.C. **Família hoje**. Porto alegre: Artes Médicas, 1996, 91 p.

PEREIRA, L. M. Violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes: uma proposta multidisciplinar de atendimento. In: CENTRO REGIONAL AOS MAUS TRATOS NA INFÂNCIA. **Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor**. São Paulo: Cortez; Brasília, (DF): UNICEF, 2002. p. 15-38.

PERLS, F. S. **A abordagem gestáltica e testemunha ocular da terapia**. Tradução José Sanz. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c1988. 210 p.

PERRONE, R.; NANNINI, M. **Violencia y abusos sexuales en la familia** un abordaje sistémico y comunicacional. Buenos Aires: Paidós, 2000. 173 p.

PIRES FILHO, M. F. **Os sentidos: uma aprendizagem de contato**. 2.ed. Olinda: LivroRápido, 2006. 74 p.

POLSTER, E.; POLSTER, M. **Gestalt terapia integrada**. 1. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1979. 280 p.

PRADO, D. **O que é família**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 92 p.

QUICHERAT, L. M.; SARAIVA, F. R. dos S. **Novíssimo dicionário latino-português: etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc.....** 11. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 2000.

QUINTAS, F. **A mulher e a família no final do século XX**. Recife: Massangana, 2000. 240 p.

RIBEIRO, J. P. **O ciclo do contato: temas básicos na abordagem gestáltica**. Brasília: Ser, 1995. 44 p.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia: refazendo um caminho**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1985. 140 p.

SATTLER, M. K. Incesto: fantasia ou realidade? **Nova perspectiva sistêmica**, Porto Alegre, ano 2, n. 4, p. 42-47, out. 1993.

SCODELARIO, A. S. A família abusiva. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (Org.). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2002. p. 95-106.

SILVA, M. A. S. Violência contra crianças – quebrando o pacto do silêncio. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (Org.). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2002. p. 73-80.

TELLEGEN, T. A. **Gestalt e grupos: uma perspectiva sistêmica**. São Paulo: Summus, 1984. 126 p.

VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. 2. ed.rev. Belo Horizonte: Papyrus, 2003. 268 p.

ZUBEN, N. A. V. Introdução. In: BUBER, M. **Eu e tu**. 6 ed. São Paulo: Centauro, 2003. p. V-LXXVIII.

ANEXOS

ANEXO A – Carta de apresentação da Universidade

ANEXO B – Roteiro de entrevista com as participantes

ANEXO C – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

ANEXO D – Termo de Consentimento

ANEXOS E e F – Síntese com os principais dados obtidos

Anexo - A



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Recife, 15 de agosto de 2005

Ilmº Sra. Diretora do

Assunto:
Apresenta aluna de Mestrado em Psicologia Clínica
Da UNICAP para realização de pesquisa

Prezado Coordenador

Apresentamos MOACYR FERREIRA PIRES FILHO, aluno regularmente matriculado no Programa de Mestrado em Psicologia Clínica desta Universidade que pretende desenvolver uma dissertação sobre *Violência Intra-familiar: a compreensão de psicólogos que atendem crianças do sexo masculino, vítimas do abuso sexual*, sob a orientação da Profª. Dra. Zélia Maria de Melo do Laboratório de Família e Interação Social – UNICAP. O referido trabalho requer primeiro um levantamento, junto a instituições que trabalham com tal temática e, para tanto, o aluno precisará fazer um contacto com os profissionais da área que trabalham nesse Programa.

Solicitamos, então, à V.Sa a permissão para que o referido aluno possa fazer tais contactos e iniciar seu trabalho de pesquisa. O trabalho em questão não tem caráter de avaliação dos procedimentos institucionais e, de acordo com a ética da pesquisa, será preservado o sigilo quanto à identificação dos serviços e entrevistados e obedecerá a autorização prévia das pessoas envolvidas. A investigação será feita através de entrevistas com profissionais que apresentem o perfil acima indicado. O aluno se compromete a entregar um exemplar do referido projeto antes do início da pesquisa.

Certa de que V. Sa. não se eximirá de colaborar com tal iniciativa. Quaisquer outros esclarecimentos poderão ser solicitados via telefone 32164407 ou via e.mail equeroz@unicap.br

Antecipadamente, agradecemos a sua colaboração.

Profª Dra. Edilene Freire de Queiroz
Coordenadora do Mestrado em Psicologia Clínica

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: A COMPREENSÃO DE PSICÓLOGOS QUE ATENDEM CRIANÇAS DO SEXO MASCULINO VÍTIMAS DO ABUSO SEXUAL.

• **PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO AO MENINO:**

1. Que comportamentos são observados nos meninos abusados?
2. Quais são as conseqüências psicológicas para os meninos abusados?
3. Quais os sentimentos, identificados nos meninos abusados (em relação a si próprios; ato abusivo; perpetrador; família; amigos)?

• **PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO À FAMÍLIA:**

4. Quais são as pessoas que mais abusam dos meninos?
5. Como as famílias funcionam, antes e depois do conhecimento do abuso?
6. Quais os comportamentos, adotados pela família, em relação ao perpetrador e ao menino, após o conhecimento do abuso?
7. Quais as atitudes das mães frente à situação do abuso do filho?
8. Geralmente, quem denuncia o abuso?
9. As famílias desejam ser tratadas?
10. Existem outros casos de abuso, nas famílias?
11. Existe diferença, no abuso sexual contra meninos para o abuso sexual contra meninas?
12. Quais as atitudes que os profissionais de psicologia devem tomar, frente à situação do abuso infantil?

• **Dados sócio-demográficos dos psicólogos**

13. Idade:
14. Ano de conclusão do curso:
15. Pós-graduação:
16. Tempo de atuação:
17. Religião:

Anexo - C



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
COORDENAÇÃO DE PESQUISA**

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP
Registro nº 25000-050953/2004-81 CONEP/CNS/MS, de 22/04/2004

Recife, 19 de dezembro de 2005

PARECER CEP N° 096/2005

O Comitê, em reunião do dia 16 de dezembro de 2005, considerou **APROVADO**, o projeto de número **CAAE-0067.1.096.685-05 (CEP-086/2005)**, intitulado:

- **“VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: a compreensão de psicólogos que atendem crianças do sexo masculino vítimas do abuso sexual”,**

que tem, como pesquisador(a) principal:

- **Prof(a) Dr(a) Zélia Maria de Melo (PSICOLOGIA)**

RESUMO DO PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

- O estudo não apresenta riscos de agravos éticos e está em consonância com a Resolução 196/96 do Conselho de Saúde, com a Declaração do Helsinque e com o Código de Nuenberg para experimentação humana.

Valemo-nos da oportunidade para solicitar-lhe que, ao consultar a UNICAP/PROPESP, indique o número do processo já referenciado.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Junot Cornélio Matos
*Presidente
Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAP*

Profa. Dra. Arminda Saconi Messias
Coordenadora de Pesquisa

Anexo - D

TERMO DE CONSENTIMENTO**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: A COMPREENSÃO DE PSICÓLOGOS QUE ATENDEM CRIANÇAS DO SEXO MASCULINO VÍTIMAS DO ABUSO SEXUAL.**

EU, _____ dou consentimento livre esclarecido para participar como voluntário do projeto de pesquisa supracitado, sob a responsabilidade da pesquisadora, Zélia Maria de Melo professora da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP.

Assinando este Termo de Consentimento estou ciente de que:

1. O objetivo da pesquisa é compreender, a partir dos relatos de Psicólogos, o processo psíquico da criança do sexo masculino, vítima de abuso sexual por membros de sua própria família.
2. Durante o estudo serei entrevistada sobre a criança do sexo masculino, vítima de abuso sexual praticado por membros da família.
3. Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa.
4. Estou livre para interromper a qualquer momento minha participação na pesquisa.
5. Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo. Os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas, para alcançar os objetivos do trabalho exposto acima, incluindo sua participação na literatura científica especializada.
6. Poderei contatar o Comitê de Ética da UNICAP para apresentar recursos ou reclamações em relação a pesquisa através do telefone 21194057, o qual encaminhará o procedimento necessário.

Recife, de 2006.

Voluntário.....

RG.....

Pesquisador.....

Anexo - E

**SÍNTESE DOS RESULTADOS
PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO AO MENINO**

PERGUNTAS	Maria	Ana	Mary	Claudia	Alexandra	Marta	Madalena
Comportamentos observados	Agressividade Distúrbio do sono Exacerbação da sexualidade Características de um comportamento autistas Labilidade afetiva Não cria vínculos afetivos Necessidade de domínio Passividade Retraimento Vergonha Usado Depressão Terror noturno Pesadelos Masturbação Problemas escolares (ver14)	Tende a esconder Ficar calado para não ser discriminado Retraimento Mesma sintomatologia da menina Agressividade Sexualidade precoce e exacerbada reprodução Medo vergonha	O não reconhecimento de que foi abusado. Conflito, pois o agressor é também a pessoa que ama e que cuida. Agressividade Reprodução Retraimento timidez Inconstância de comportamento	Inibição de falar da violência Foge através da brincadeira. Vergonha Dor muito grande Revolta com a figura parental que não o protegeu. Inibição Agressividade Reprodução medo Perda de autonomia Sexualidade exacerbada Isolamento (Escola)	Constrangido, vergonhoso Agiu normalmente como se nada tivesse acontecido. Outro luta para não demonstrar o lado feminino. Outro a família é que corta para ele não mostrar trejeitos.	Sofrido Precisa de ajuda Discriminado Negligenciado Dificuldade na própria sexualidade. Desperta mais cedo para o sexo. Dificuldade de aprendizagem. Agressividade. Apatia. Baixa auto-estima. Dificuldade de expressar sentimentos. Negam	Agressivos, Medo de vir a ser homossexual. Reprodução Sexualidade exacerbada Trejeitos homossexuais. Perda de identidade muito grande (ver a 4).
Conseqüências psicológicas	Sentimento de menos valia Rebaixamento da auto-estima Sexualidade exacerbada	Igual às meninas: Pesadelos terror noturno medo de estranhos de pessoas de ficar sozinho	Conflito de identidade	Autonomia comprometida. Poder de realizar e criar comprometido. Desenvolvimento comprometido.	Tornam-se pessoas vulneráveis a qq. Tipo de ação. Quebra a confiança com relação a essa escala da família	Baixa auto-estima, dificuldade de aprendizagem, muito bloqueio. Depressão, isolamento, sexualidade precoce.	Baixa auto-estima, agressividade. Comportamento afeminado.
Sentimentos em relação a si	Menos valia Tristeza Depressão Revolta Sentimento de culpa	Dor emocional	Menos valia	Auto-estima comprometida. impotentes	Medo e vergonha e constrangimento, retraimento.	Vergonha. Retraimento, baixa auto-estima, não gosta dele, conflito com a homossexualidade.	Baixa auto-estima, menos valia.

Anexo - E

**SÍNTESE DOS RESULTADOS
PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO AO MENINO**

PERGUNTAS	Maria	Ana	Mary	Claudia	Alexandra	Marta	Madalena
Sentimentos em relação ao ato	Aversão Nojo Vergonha	Revolta Impotência Culpa muito grande	Do não reconhecimento Agressividade raiva Ambivalência	Preocupação em serem chamados de homossexual Preocupação com a identidade sexual.	Vergonha e medo	Ódio, abuso, nojo. Os pequenos não sabem como identificar esse ato.	Alguns têm certa repulsa, outros não se referem.
Sentimentos em relação ao abusador	Medo Revolta Raiva Aversão	Ambivalência muito grande Amor e ódio	Ambivalência raiva e bem querer	Repulsa Ambivalência entre amor e ódio (pai) Revolta, ódio, raiva. Desejo de destruir o agressor.	Aversão outros não ainda chama a pessoa que foi afastada.	Ódio e outras vezes não. Sente falta desse abusador.	Raiva, medo.
Sentimentos em relação à família	Falta de proteção Insegurança Se sente com menos valia	Confusa perdido Revoltado A família sente culpa	De abandono	Medo de não serem aceitos como antes da violência ser revelada.	Normal. Só é criado certo desequilíbrio quando é pontuada a questão do abuso.	Negam para proteger a família.	Pedido de proteção e socorro.
Sentimentos em relação aos amigos	De ser diferente Estranheza Isolamento Agressivo	Se o menino é pequeno não tem diferença. Os maiores: retraimento medo das pessoas Dificuldade de estabelecer vínculos Agressão O toque fica complicado	Não fala para os amigos	Estigmatizados junto aos colegas (baixa renda). Transita normal (nível econômico melhor). Com agressividade problemas de adaptação.	Tende a querer fazer a prática com os amigos.	Agressividade, vergonha, retraimento, evitar ficar no grupo.	O pequeno fala para os amigos. O mais velho esconde. Vergonha de contar.

Anexo F -

**SÍNTESE DOS RESULTADOS
PERCEÇÃO EM RELAÇÃO À FAMÍLIA**

PERGUNTAS	Maria	Ana	Mary	Claudia	Alexandra	Marta	Madalena
Pessoas que mais abusam	Os pais	Pais Padrasto Primo Padrinho Tio	Pai Padrasto	Os pais	Pais Tios Primos.	Tio, Pai, Padrasto.	Avós Tios.
Funcionamento das famílias	Desorganização antes Desorganização mais acentuada depois	Antes é uma família como outra qualquer. Depois é uma desconstrução, o mundo cai.	Antes já é desestruturada Mãe negligente Depois é uma desestruturação maior.	O antes de forma muito defensiva. Mães que não acreditam. Mães com sentimento de culpa. As mães passam a ser permissivas.	Famílias que não denunciam como se fizesse parte do contexto de vida. Famílias que denunciam e tem a questão da vergonha. Famílias que vêm sondar o que agente acha da situação.	Antes é mais difícil de colocar. Depois negam. A família ameaça e os meninos ficam com medo.	Antes de forma norma. Depois desestruturação.
Comportamento das famílias	Algumas protegem Outras descrédito Percebe o abusador como doente	Primeiro é o descrédito para com a criança, impacto. Depois como vai sobreviver.	Denuncia Separação A família se sente culpada.		A família que faz a denuncia ela tende a ter ódio desse abusador. A mãe passa a ser redobrada, vigilante. Na baixa renda torna-se público.	Primeiro é a surpresa, descrédito. Tem mãe que defende e expõe O abusador na maioria das vezes foge. A família às vezes protege o abusador. Outras denunciam.	Em relação ao abusador indignação, raiva desejo de vingança.
Atitudes das mães	A tendência é denunciar Pacto inconsciente com o agressor	Descrédito Desmoroamento Proteção à criança	Sentimento de culpa Pede para o filho negar	Sentimento de culpa que falharam. Se tornam mais permissivas com sentimento de proteção, suprir todas as falhas. Medo da homossexualidade	Indignação, ódio se sente culpada. Para as mães que denunciam. As que não denunciam...	Dois casos que a mãe foi a abusadora. Um protege a criança. Outras denunciam.	Em relação a criança castigar é raro. É mais apoio e ajuda.

Anexo F -

**SÍNTESE DOS RESULTADOS
PERCEÇÃO EM RELAÇÃO À FAMÍLIA**

PERGUNTAS	Maria	Ana	Mary	Claudia	Alexandra	Marta	Madalena
Quem denuncia	A mãe	A mãe A avó	A mãe Anônima	A mãe.	A mãe	Os vizinhos, a escola, os professores.	A mãe.
Desejo de tratamento das famílias	Sim	Sim	Quer esquecer Abandono	Têm muita resistência. Trazem muito a criança pq. É uma exigência do conselho tutelar.	Algumas sim.	Sim	Sim
Outros casos na família	Geralmente não	Necessariamente Não Existe mais quando é com menina (transgeracional)	Às vezes sim.	Algumas sim, algumas não.	Sim que quando crianças foram abusados e tornaram-se abusadores.	Não.	Não necessariamente.
Diferença entre meninos e meninas	Sim da identidade	A dor é a mesma A diferença é que é mais pontual	Não. Usa da confiança.	O abuso é sempre abuso. As meninas não têm dúvida com relação à identidade sexual, mas trazem uma dificuldade com relação a figura masculina. Os meninos trazem muito o medo da homossexualidade	Sim. Os meninos são mais fechados. Para as meninas existe o jogo da sedução. Para o menino é que ele também passou por isso.	Sim. A menina o cuidado é maior.	Sim
As atitudes dos psicólogos frente à situação do abuso	Procurar órgãos que possam averiguar a ocorrência do abuso. Denunciar.	Denunciar.	É um conflito muito grande. O primeiro princípio é o direito a vida. É confirmar o abuso.	A denuncia.	Respeitar a mãe, adquirir a confiança dela para que ela possa chegar a dizer que quer fazer a denuncia	Sigilo, confiança	De acolher de orientar.